

A RETÓRICA DA ECONOMIA. OS DESAFIOS DE MCCLOSKEY[†]

Fernando Araújo[‡]

Sumário: I - A Denúncia da Metodologia Positivista. II - A Crítica da Metodologia como Instância Reguladora. III – A Alternativa da Retórica. IV – A Economia como Encadeamento Alegórico. V- Sobre a Esperteza dos Professores de Economia. VI- O Leitor e a «Densidade Retórica» do Texto Económico. VII- Vinte Argumentos contra McCloskey. VIII- Retórica, não Terapêutica.

"Recorde-se, por exemplo, para falar do que me toca, que a Economia na Clássica de Lisboa é dada (por assistentes...) a partir do manual inteiramente literário de Soares Martínez"

Leonardo Ferraz de Carvalho¹



pregação do credo positivista através de meios não-positivistas é um facto paradoxal da moderna ciência económica, que deve por si só constituir um desafio à consciência crítica de quem queira avaliar as pretensões de legitimidade científica deste ramo do saber – ao menos na sua vertente *moder-nista*. Um dos títulos de glória da moderna ciência económica é o de ter conseguido sedimentar os seus métodos de pesquisa em torno de um cânone largamente maioritário, o cânone positivista – o que lhe permitiu encontrar voz própria e uma coesão dogmática, e clareza e rigor, ao menos na formulação das pro-

[†] Publicado originalmente em AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Pedro Soares Martínez*, Coimbra, Almedina, II, 2000.

[‡] Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

¹ "A Criação de Elites", *O INDEPENDENTE* (19-9-97), 26.

posições nucleares da microeconomia, remetendo para segundo plano as dissenções próprias de um ramo de saber que, de tão abundante e sofisticadamente cultivado, deveria servir de fermento a uma pluralidade irreconciliável de «vozes».

Os meios não-positivistas são muito simplesmente os apoios expressivos, as figuras, os tropos através dos quais se comunica a inteligibilidade do conhecimento económico, nos quais se adensa a responsabilidade da linguagem própria desse conhecimento. Na medida em que se demonstre que a ciência tem, entre outros propósitos, o de persuadir, o de concitar um juízo de verosimilhança assente numa percepção do mundo filtrada pelas próprias categorias referenciais da linguagem, então vale a pena investigar todos os indícios de artifício e de convenção que, para lá dos denominadores comuns do uso social da linguagem, apareçam a apoiar as formas peculiares de comunicação da ciência económica: e isso não apenas porque pode ser que encontremos, como desejávamos, uma arquitectura não-positivista como fundamento último das pretensões de suficiência positivista que muitos economistas reclamam para a sua disciplina, mas também porque é inteiramente previsível, nesta era de hiper-cepticismo relativista, que topemos com uma ciência em pleno esforço de auto-persuasão, alicerçada em convicções positivistas cuja única força provém precisamente da veemência da linguagem que a disciplina utiliza para formar as suas próprias convicções – do modo, afinal, como ela se ausculta a si mesma, e, persuadindo-se nessa auscultação, sedimenta a sua identidade.

Se a linguagem é um meio escasso face aos fins virtualmente inesgotáveis da persuasão, então a retórica é já ela, de certo modo, uma economia: a economia daquele que, na profusão social de vozes, quer ser ouvido, apreciado, louvado, seguido – agraciado com o Prémio Nobel, ou mais modestamente mantido no seu posto de professor ou de investigador. No mundo das ideias, no qual o economista, se pretende ser um

cientista, se vê forçado a mover-se, a persuasão é a manifestação máxima de poder social; pelo que, se o seu ideal científico tem algo de pragmático – e a visão pragmática é, se não mais, pelo menos tão frequente nos economistas como nos demais cultores das ciências sociais –, então a retórica torna-se a «economia da economia», a chave para a satisfação das necessidades da sua afirmação dentro de um contexto de diálogo entre cientistas.

Perceber-se o estatuto da retórica dentro desse contexto de afirmação da «cientificidade» do conhecimento económico pode ter diversos efeitos terapêuticos: desde logo o efeito mais amplo de toda a auto-reflexão, o do exame e refundamentação crítica dos seus próprios alicerces, mas também o da descoberta de limites à sua vocação, e ainda o do abandono de truncagens e de apoios exíguos – para muitos a própria marca do pretenso «rigor metodológico» do cânone positivista – em favor de uma compreensão mais ampla e «descontraída» do papel do conhecimento económico dentro do quadro de um diálogo entre disciplinas, no qual se percebe ser legítimo que cada uma recorra ao seu próprio arsenal retórico, como forma de disputar um papel, se não dominante, ao menos efectivo, num contexto em que todas visam o domínio da compreensão de leitores *reais*.

É este esforço de libertação da economia do espartilho do cânone positivista-modernista, de detecção de elementos retóricos incindíveis de toda e qualquer metodologia científica, de adensamento cultural, e depois ético, da linguagem económica, de iluminação dos mais recônditos e silenciosos pressupostos da comunicação do saber económico, de aumento de eficácia persuasiva, de maiêutica da deontologia dos economistas, de apelo a formas superiores de aprendizagem e de partilha comunitária do conhecimento económico – em universos de argumentação progressivamente mais livres – que Donald / Deidre McCloskey resolveu liderar, a partir de 1985, em três obras sucessivas que são hoje referências incontornáveis na medita-

ção filosófica sobre o que a economia é, o que pretende ser e aquilo em que pode tornar-se: *The Rhetoric of Economics* (1985; ²1998), *If You're So Smart* (1990) e *Knowledge and Persuasion in Economics* (1994)².

I - A DENÚNCIA DA METODOLOGIA POSITIVISTA

"The old assumptions, that all quantity is numerical and that all quantitative characteristics are additive, can no longer be sustained. Mathematical reasoning now appears as an aid in its symbolic rather than its numerical character. I, at any rate, have not the same lively hope as Condorcet, or even as Edgeworth, «éclairer les sciences morales et politiques par le flambeau de l'Algèbre»"

J.M. Keynes³

"the adoption of mathematical values has made much economics into sheer poetry, the cultivation of metaphor and logic for their own sakes"

D.N. McCloskey⁴

Os economistas engendraram, e mantêm entre eles, uma conversação teórica que demarca drasticamente a sua disciplina perante as demais, e na qual, pode dizer-se, a área de consenso e de sobreposição é muito mais ampla do que aquela em que se registam desacordos. Esse consenso sedimentou-se, com um grau indeterminável de acaso histórico, em torno da formalização matemática – mais precisamente, em torno daqueles temas mais susceptíveis de uma tal formalização. O ponto de viragem pode fixar-se na década de 30 do nosso século: sucedendo, com o atraso de uma década, à própria fascinação filosófica com a

² McCloskey, Donald N., *The Rhetoric of Economics*, Madison Wis., Univ. of Wisconsin Press, 1985 (²1998); *If You're So Smart. The Narrative of Economic Expertise*, Chicago – London, Univ. of Chicago Press, 1990; *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge, C.U.P., 1994.

³ *The Collected Writings of John Maynard Keynes. VIII- A Treatise on Probability*, London, Macmillan - Royal Economic Society, 1976, 349 (¹1921).

⁴ McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 167.

depuração lógica da linguagem «natural» através de uma reconstrução epistemológica estritamente formalista⁵, o conhecimento económico procurará uma reedificação como «ciência de rigor» através da adopção do credo positivista: um credo entusiástico que começa por uma difusa amálgama de pruridos de quantificação, de representação gráfica, de comprovação estatística e de computação⁶, e que cedo levará a economia a exceder, em zelo formalizador, qualquer exemplo provindo da matemática, da geometria ou da física⁷ – o que não pode senão significar que, no âmbito das suas preocupações disciplinares directas, a economia deixou que a motivação intelectual da *descoberta* fosse largamente ultrapassada pela da *comprovação*: o que denota, por sua vez, a imobilização do seu objecto.

Sucede que esse consenso positivista está frequentemente obnubilado pela consciência satisfeita que alguma reflexão metodológica tem trazido ao campo da ciência económica: alguns breves esforços no sentido da indagação histórica e filosófica têm bastado para que muitos economistas sustentem que está oficialmente assegurada a sofisticação teórica da disciplina, na dupla aceção de ductilidade e sensibilidade aos mais recentes ditames da epistemologia – especificamente no que eles comportam de denúncia recorrente dos males e limitações do positivismo – e de articulação com a vertente política, ou seja, de abertura ao mundo dos valores e das grandes causas. E sucede também, ao invés, que esse mesmo consenso positivista

⁵ Que tem paralelo no esforço de depuração ornamental da arquitectura, ou na redução da pintura à representação bidimensional, que corresponde a uma das vertentes, a vertente «formalista» ou «cientista» do modernismo (sendo que há a vertente oposta, a da dissolução ética e estética, a do primitivismo) – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 5; *eiusdem*, *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., xii.

⁶ McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 4.

⁷ Em termos de contraponto entre investigação aplicada e especulação teórica, Leontief concluiu que eles rondavam, na ciência económica do início da década de oitenta, os 50% cada, enquanto que em química e em física o número de artigos publicados sobre teoria pura não excedia 10% da produção total – Leontief, Wassily, "Letter: Academic Economics", *Science*, 217 (1982), 104-107.

seja deliberadamente empolado pela comunidade dos economistas, sobretudo por aqueles que, tendo assimilado mais completamente o correspondente cânone, se julgam isentos da supervisão filosófica e do peso da tradição e imunes a qualquer «contaminação» resultante do uso da linguagem natural, da referência a valores ou formas, da designação de qualidades ou de quantidades não mensuráveis – persuadindo-se a si mesmos, por meios eminentemente não-positivistas, de que a forma como cultivam a disciplina é rigorosamente congruente com o arquétipo mecânico e «puro», matemático e axiomático, daquilo que têm por ciência⁸. Ora a verdade é que, contra este estado de coisas, depõe muito eloquentemente o consenso anti-positivista que tem vindo a formar-se entre os poucos economistas que têm procurado compagnar-se com a evolução actual da filosofia⁹.

McCloskey não tarda a formular os dez mandamentos do credo modernista na economia: 1) a ciência visa a previsão e o controlo; 2) a verdade de uma teoria depende exclusivamente das suas implicações observáveis¹⁰; 3) só as experiências re-

⁸ Ao menos enquanto envergam as vestes de sacerdotes positivistas, sendo que só um «homem de palha» positivista pode ser tido, por falsa atribuição, como alguém que permanece sempre, no íntimo das suas convicções, avesso à cultura, à história, à emoção estética. Menos caricatural é o «compromisso modernista» que McCloskey descreve assim: "A ciência é trabalho, das 9 às 5, e a arte é prazer, para depois das 5; o conhecimento é para os dias úteis, a moral para os Domingos" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 97.

⁹ Entre os quais avultam: Backhouse, Roger E., *A History of Modern Economic Analysis*, N.Y., B. Blackwell, 1985; *eiusdem*, *Economists and the Economy. The Evolution of Economic Ideas, 1600 to the Present Day*, Oxford, B. Blackwell, 1988; *eiusdem*, "Fact, Fiction or Moral Tale: How Should We Approach the History of Economic Thought?", *Journal of the History of Economic Thought*, 14 (1992), 18-35; Caldwell, Bruce J., *Beyond Positivism. Economic Methodology in the Twentieth Century*, London, Allen & Unwin, 1982; Caldwell, Bruce J. (org.), *Appraisal and Criticism in Economics. A Book of Readings*, London, Allen & Unwin, 1984.

¹⁰ O pendor pragmatista: a validação da teoria faz-se pela eficiência e realismo das suas conclusões, não pelo realismo das suas premissas (o que subalterniza o recurso à lógica dedutiva, insensibilizando a teoria à detecção de petições de princípio). O «*nervus probandi*» da teoria residirá, nesta perspectiva, no valor preditivo das generalizações hipotéticas – para usarmos a terminologia de Fritz Machlup ("The Pro-

produtíveis são observáveis¹¹; 4) a falsidade de uma teoria só pode ser demonstrada pelos resultados negativos da experimentação; 5) só a objectividade conta, sendo de afastar-se a introspecção do observador como veículo de conhecimento rigoroso; 6) só é fiável um conhecimento susceptível de quantificação¹²; 7) uma justificação é intemporal e imune ao contexto em que é formulada, não dependendo de quaisquer factores episódicos que tenham conduzido à descoberta da hipótese justificada; 8) cabe à metodologia demarcar rigorosamente os domínios do científico e do não-científico, dos juízos de facto e dos juízos de valor; 9) a explicação científica é uma explicação por leis empíricas; 10) a ciência é neutra perante juízos de valor, morais ou estéticos. Esses dez mandamentos, atribui-os McCloskey a um fascínio rudimentar com o modernismo, que a filosofia há muito enjeitou¹³ – e que mesmo os mais sofisticados apologistas no campo da economia, como Milton Friedman, prudentemente abandonaram há muito, mesmo que não se tenham dado ao trabalho de rejeitarem expressamente os seus velhos credos¹⁴. Fora do âmbito da ciência ficariam, de acordo

blem of Verification in Economics", *Southern Economic Journal*, 22 (1955), 1-21) – , ou no significado «operacional» das proposições teóricas, nas palavras de Paul Samuelson (*The Foundations of Economic Analysis*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1947, 3). Cfr. também: Diggins, John, *The Promise of Pragmatism. Modernism and the Crisis of Knowledge and Authority*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1994.

¹¹ O que torna irrelevante o testemunho pessoal – reflectindo-se no repúdio da ciência económica pelos questionários.

¹² Aquilo que McCloskey designa por "máxima de Kelvin" – *The Rhetoric of Economics*, cit., 7.

¹³ McCloskey, não resistindo a colar etiquetas, qualifica a sua própria posição filosófica como «neo-pragmática» e «neo-moderna», e depois como «pós-moderna» ou «meta-moderna»; e a sua posição política como «libertária» – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., xiii, 298, 316.

¹⁴ Sobretudo se essas opções doutrinárias tinham constituído, *in illo tempore*, o próprio trampolim para a reputação académica. A referência ao «cânone» de Friedman é ao texto "The Methodology of Positive Economics", in Friedman, M., *Essays in Positive Economics*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1953, 3-43, e poderia facilmente expandir-se aos sucessos e tribulações da «Escola de Chicago»: cfr. Hammond, J.D., "The Problem of Context for Friedman's Methodology", *Research*

com o cânone modernista, todo o estudo de fenómenos políticos, se fosse indispensável à ciência uma aptidão para enumerar; a antropologia, se fosse necessária a susceptibilidade de tratamento matemático; e todas as ciências sociais, se devesse existir uma metodologia de comprovação experimental de hipóteses (ressalvando-se somente uma parte significativa da psicologia e pequenos fragmentos da ciência económica, da sociologia e da arqueologia)¹⁵.

O fascínio modernista resulta em boa medida da ilusão de que é possível uma fundamentação do conhecimento inteiramente separada de qualquer argumentação «metafísica», ou de que, mais especificamente, seria concebível uma economia exclusivamente estribada na coesão axiomática das suas proposições, com uma validade transcendental, isto é, independente de qualquer comprovação empírica e isenta de qualquer escopo designativo – e por isso assegurando, «em cascata», a validade das suas asserções a partir da sua congruência com uma linhagem coesa de postulados (tautológicos) e axiomas¹⁶. É um fascínio tardio, visto que, como referimos, ele se manifestou entre os economistas quando o seu declínio entre os filósofos era já muito pronunciado, e, mais do que se degladiarem escolas de pensamento em torno das virtualidades fundamentadoras da epistemologia – aquilatando os méritos relativos do formalismo lógico –, era já a própria ideia de fundamentação epistemológica, de garantia do processo cognitivo através de uma rigorosa uniformidade metodológica que era posta em causa – mais a mais se esta era encontrada por meio de uma truncagem que

in the History of Economic Thought and Methodology, 10 (1992), 129-147; Reder, Melvin, "Chicago Economics: Permanence and Change", *Journal of Economic Literature*, 20 (1982), 1-38. Contudo, como sublinha McCloskey, já naquele artigo de 1953 Friedman dava mostras de sensibilidade a questões epistemológicas, como a do recurso ao critério da simplicidade para base de escolha entre teorias com a mesma capacidade preditiva.

¹⁵ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 59.

¹⁶ Cfr. Clower, Robert W., "Axiomatics in Economics", *Southern Economic Journal*, 62 (1995), 307-318.

garantia um «oásis» de rigor à custa da desertificação de tudo o resto¹⁷ –: e isto pelo motivo óbvio de que a validade lógica não garante a verdade factual¹⁸. Mas é um fascínio *cómodo*, visto que cria uma aparência de legitimidade àquele misto de indiferença e de ignorância arrogante que, fora do círculo exíguo da sua perícia técnica, é tão patente na maior parte dos economistas¹⁹.

É ainda modernista o credo Popperiano, a ênfase nas virtualidades epistemológicas da «falseabilidade», pois é ainda a aplicação de uma única panaceia, a aplicação reiterada dos tes-

¹⁷ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 6. É evidente aqui o ascendente de Kenneth Burke em McCloskey; cfr. Brock, Bernard L., "Epistemology and Logology", *Communication Quarterly*, 33 (1985), 94-104; Hochmuth, Marie, "Kenneth Burke and the «New Rhetoric»", *Quarterly Journal of Speech*, 38 (1952), 133-144.

¹⁸ Mais do que isso, a verdade de uma proposição pode estar ligada à de uma outra por muitos outros meios que não o do simples encadeamento axiomático; por exemplo, através de uma sobreposição de domínios semânticos, ou por designação comum de factos que partilham um mesmo antecedente causal (neste último caso, estamos perante a falácia causal do «efeito conjunto», e que é uma variante da correlação casual, o «*post hoc*»: dois eventos que parecem ser causa e efeito são ambos efeitos de uma causa comum) – cfr. Cederblom, Jerry B. & David W. Paulsen, *Critical Reasoning. Understanding and Criticizing Arguments and Theories*, Belmont, Wadsworth, ⁴1996, 238. Os antecedentes da derivação do «anti-fundacionalismo» a partir da lógica podem encontrar-se na obra (hoje um pouco esquecida) de Jean Cavaillès, mormente em *Sur la Logique et la Théorie de la Science* (Paris, Vrin, ⁴1987; ¹1943): a meta-linguagem científica é uma constrição da experiência, no sentido de que pretende absorver *a priori* as singularidades da experiência num edifício formal e eterno, assentando em pretensões de imutabilidade quando é certo que ela mesmo evolui, não possuindo pois uma «identidade transcendental» que faça dela uma instância judicativa infalível.

¹⁹ Deles observa McCloskey: "ainda que queiram pronunciar-se sobre o direito e a ciência política, não querem ouvir. Ignoram completamente conversações mais remotas, tal como ignoram as suas próprias conversações passadas" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 28. Adiante dá um exemplo, o da «concorrência monopolística», que no seu entender está constantemente a ser redescoberta (*ibid.*, 171). Demarcando-se, em estilo sardónico, de McCloskey, e defendendo a tradição «panorâmica» da «*institutional economics*», veja-se: Waller, William & Linda R. Robertson, "Why Johnny (Ph.D., Economics) Can't Read: A Rhetorical Analysis of Thorstein Veblen and a Response to Donald McCloskey's *Rhetoric of Economics*", *Journal of Economic Issues*, 24 (1990), 1027ss..

tes do relativismo céptico, que é tida como critério de validação da ciência, numa inversão dos processos que levam da formação difusa de convicções à sedimentação de certezas nos processos «naturais» de raciocínio e de descoberta²⁰. Não haverá ciência, em suma, aí onde a fé dos cientistas no seu saber não deva ter-se por perpetuamente vacilante e contingente, aí onde ela não queira conservar-se à mercê da mais drástica denúncia céptica²¹. Porém, um ramo de saber que devesse concentrar-se num esforço constante de legitimação *pela negativa* cedo se insensibilizaria para a descoberta através daquela indução *ampliativa* na qual cabe a edificação de modelos e o recurso a simulações – e terminaria até, como Hume já denunciara, na paralisia pirronista, numa quixotesca e autofágica alternativa

²⁰ Mesmo no domínio da ciência, visto que há muitos ramos do saber onde é impossível a experimentação controlada ou dubitável o seu alcance – na astronomia, na demografia, ou genericamente em todas as ciências onde predomina o recurso à noção de *atipicidade* estatística – sendo que aí é virtualmente impensável iniciar-se a demanda científica sem se adotarem certas convicções acerca de apropriação e demarcação temática, certas «visões pré-analíticas», *anteriores* à adopção de qualquer metodologia, «falsificacionista» ou não.

²¹ Aliás, essa denúncia pode ter um alcance muito restrito fora do âmbito do mais estrito determinismo causal: pois aí onde se reconheça um qualquer grau de indeterminação ou de natureza probabilística, deixa uma *falsificação* da teoria de poder ter-se por crucial, dado que o evento pode resultar daquela margem de acaso que se encontrava já incorporada na teoria. Cfr. Gillies, Donald, "Bayesianism versus Falsificationism", *Ratio*, 3 (1990), 82ss.. Note-se aliás o facto elementar de a simplificação axiomática tender a envolver uma truncagem do objecto: nomeadamente, procurando reconduzir todas as *gradações* (ou mais, ou menos) a *disjunções exclusivas* (ou isto, ou aquilo), por forma a facilitar a redução a «valores de verdade» (ou verdadeiro, ou falso – sem *gradações* intermédias) e a iteração binária da lógica proposicional (por contraposição à «lógica dos predicados», que recorre às quantificações universal e existencial) – aquilo que por vezes se designa como «*síndrome booleano*». A falseabilidade, além disso, aproxima-se do *argumentum ad ignorantiam* – uma típica «falácia de distração», que consiste no emprego adulterado do operador «*não*» para sugerir que a falta de refutação de uma proposição prova a sua verdade, ou que a falta de comprovação de uma proposição demonstra a sua falsidade (uma variante do *falso dilema*, já que sugere que o universo das proposições se esgota numa divisão em dois conjuntos, o «*comprovadamente verdadeiro*» e o «*comprovadamente falso*»). Cfr. Cederblom, J.B. & D.W. Paulsen, *Critical Reasoning*, cit., 136; Copi, Irving M. & Carl Cohen, *Introduction to Logic*, N.Y., Macmillan, ⁸1990, 93.

entre um rigor inatingível e a completa dissolução de toda a fundamentação legitimadora²².

Sobretudo, para lá de todas as variantes que o cânone modernista possa ter experimentado, o cerne do seu esforço assenta na convicção «fundacionalista» de que há um *Graal* do conhecimento, um ponto de convergência e de apoio, um ponto final e redentor de toda a empresa científica, a «Verdade», cuja descoberta o estabelecimento prévio de certas condições epistemológicas, e a sua observância estrita, se encarregariam de assegurar. O maior anátema do positivismo, a acusação de «relativismo», abate-se sobre aqueles que ousam pôr em causa a existência dessa *meta* da ciência²³ – mesmo que os progressos pretéritos dessa ciência bastem para evidenciar que uma tal meta jamais foi atingida *em qualquer ramo do saber*, ou mesmo que aquela acusação seja, do ponto de vista lógico, um «*non sequitur*»²⁴ – sem embargo de um outro tipo de verdade,

²² "Mas um pirrónico não pode esperar que a sua filosofia venha a ter uma influência constante sobre a mente (...) ele deve reconhecer, se é que admite alguma coisa, que toda a vida humana teria de perecer, se os seus princípios prevalescessem de maneira universal e permanente. Cessaria imediatamente todo o discurso e toda a acção; os homens ficariam numa total letargia" – Hume, David, *An Enquiry Concerning Human Understanding*, apud *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals* (L.A. Selby-Bigge & P.H. Nidditch, eds.), Oxford, Clarendon, ³1989, 159-160; *eiusdem, Dialogues Concerning Natural Religion*, reimp. in *The Philosophical Works —II* (T.H. Green & T.H. Grose, eds.), Aalen, Scientia Verlag, 1964, 382ss.. Cfr. ainda: Polanyi, Michael, *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1962, 88.

²³ Mantendo-se amiúde uma subtil ambiguidade entre as acepções epistemológica, moral e cultural de «relativismo».

²⁴ Cfr. Geertz, Clifford, "Anti-anti-relativism", in Krausz, Michael (org.), *Relativism. Interpretation and Confrontation*, Notre Dame, Univ. of Notre Dame Press, 1989, 12-34. O «*non sequitur*» resulta de inconsistência: nem todas as proposições do anti-relativismo podem ser verdadeiras *ao mesmo tempo*, sobretudo se, como veremos adiante, se pretende *demonstrar* a falsidade das proposições relativistas por um acto de *fé* (indemonstrável) numa instância *absoluta* com a qual aquelas seriam incompatíveis. O que se põe em causa é: – 1) a *demonstrabilidade*, e não a fé numa instância absoluta (sendo falacioso sugerir-se, como o faz o «*argumentum ad fidentia*», que a verdade do que sustentamos está contingentemente presa ao nosso grau de auto-confiança); – 2) o carácter falacioso da auto-exclusão (não sendo claro qual o crité-

mais comezinha, estar constantemente acessível à nossa linguagem designativa e à nossa capacidade de melhorarmos as nossas respostas no âmbito de uma conversação²⁵ –. E o primeiro ídolo a derrubar pela ofensiva anti-positivista seria, por isso, a convicção de que está prometido à ciência atingir aquele ponto focal para lá do qual ela se esgotaria: de que lhe é acessível aquela *revelação* que inutiliza toda a descoberta futura, que remata toda a dialéctica argumentativa, que finaliza toda a conversação (ou, pela positiva, que nos resgata, para todo o sempre, do mal e do erro)²⁶.

A essa «Verdade» pede-se ainda que espraie a sua eficiência em direcção à previsão económica – jogando-se nessa dimensão preditiva, no entendimento positivista, o próprio estatuto epistemológico da ciência. O rigor da ciência económica mede-se, segundo este prisma, pelo rigor das respectivas previsões; e uma ciência que se esquia a prever não é falsificável, não preenchendo, pois, o mais decisivo dos quesitos da epistemologia popperiana, nem responde ao repto baconiano de domínio das circunstâncias *através* da ciência²⁷. Só que, por um

rio que imuniza, *indubitavel e definitivamente*, as proposições anti-relativistas contra os males do relativismo).

²⁵ Nada impedindo também que se convençione designar como «Verdade» aquele acervo de convicções que, *tendendo* para o *limite* da certeza teórica e da infalibilidade prática, nos dotam dos recursos intelectuais adequados para lidarmos com as pequenas verdades parcelares que são efectivamente mais relevantes no mundo real – cfr. Rozeboom, William W., "Why I Know So Much More Than You Do", *American Philosophical Quarterly*, 4 (1967), 281-290 (288-289).

²⁶ Veja-se uma síntese dos problemas filosóficos conexos com um tal conceito absoluto de «Verdade», em: Goodman, Nelson, *Ways of Worldmaking*, Indianapolis, Hackett, 1978, 17-19; para uma adaptação ao contexto da ciência económica, cfr. Hoksbergen, Roland, "Postmodernism and Institutionalism: Toward a Resolution of the Debate on Relativism", *Journal of Economic Issues*, 28 (1994), 679-713; Milberg, William S., "Natural Order and Postmodernism in Economic Thought", *Social Research*, 60 (1993), 255ss..

²⁷ Cfr. Bernstein, Peter L., *Against the Gods. The Remarkable Story of Risk*, N.Y., Wiley, 1996 – onde, retratando-se a evolução das atitudes culturais perante as incertezas, se associa a consciência da «modernidade» em parte à noção de controle e eliminação *sistemáticos* do risco (em larga medida através da esperança depositada em *métodos científicos de previsão* que definitivamente dispensassem as práticas

lado, sublinha McCloskey, alguns dos cânones da moderna ciência derivam de teorias não preditivas, como a evolucionista²⁸; por outro, muitos dos dogmas científicos são aceites quando não há ainda condições para a corroboração ou refutação preditivas, ou quando nenhuma quantificação pode confirmar ou infirmar o alcance empírico da teoria – como foi o caso, até à sua reformulação em termos estatísticos na década de 50, da «revolução keynesiana»²⁹; sendo que, por outro lado enfim, e ao contrário do preconceito popular – e da exigência popular, que faz do economista um sucedâneo secularizado do mago propiciatório, que com as suas apotropias aplacava a ira divina³⁰ –, a economia não é uma ciência vocacionada para a previsão: ao menos, para a macro-previsão que postula uma realidade determinista³¹. No domínio das ciências humanas, a presen-

divinatórias e oraculares).

²⁸ Cfr., a esse propósito, Brown, Richard Harvey, "Rhetoric and the Science of History. The Debate between Evolutionism and Empiricism as a Conflict of Metaphors", *Quarterly Journal of Speech*, 72 (1986), 148-161.

²⁹ Cfr. Ahiakpor, James C.W., "Full Employment. A Classical Assumption or Keynes's Rhetorical Device?", *Southern Economic Journal*, 64 (1997), 56ss.; Heilbroner, Robert L. & William S. Milberg, *The Crisis of Vision in Modern Economic Thought*, Cambridge, C.U.P., 1995; Heilbroner, Robert L. & William S. Milberg, *The Making of Economic Society*, Upper Saddle River NJ, Prentice-Hall, ¹⁰1998. Nas palavras de Kuhn, "a estrada que conduz da lei científica à mensuração científica raramente pode ser percorrida em sentido inverso" – Kuhn, Thomas, *The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1977, 219.

³⁰ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., Cap. VII: "The Poetics and Economics of Magic".

³¹ McCloskey ressalva os notáveis sucessos que a ciência económica tem registado no refinamento dos seus processos analíticos – fixando regularidades causais que habilitam o economista a multiplicar as micro-previsões. No seu entender, um dos vícios do positivismo é a sua insistência no «tudo ou nada»: ou a ciência económica é infalível na previsão de tudo (isto é, de tudo aquilo que os positivistas acriticamente aceitam), ou então não vale nada (fazendo-se tábua-rasa, entretanto, da idiossincrasia do evento particular) – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 232-233. Sobre a história dos ataques contra o determinismo da economia neo-clássica, cfr. Mirowski, Philip, "The Probabilistic Counter-Revolution, or How Stochastic Concepts Came to Neoclassical Economic Theory", *Oxford Economic Papers*, 41 (1989), 217-235.

ça da liberdade dos agentes torna altamente recomendável que se proceda à minuciosa demarcação entre ciência e presciência – quebrando-se esta poderosa aliança mecanicista.

McCloskey coloca grande ênfase nesta segunda asserção: se fosse dado ao economista fazer previsões «faustianas» sobre a evolução próxima dos eventos, então toda a sua conduta poderia pautar-se por uma exploração *no presente* de todas as oportunidades de ganho entrevistas nessa evolução, e no afastamento *imediato* de todo o potencial de risco relativamente às situações de perdas igualmente antevistas, o que sucederia com probabilidade máxima de sucesso se ele reservasse para si mesmo essa informação privilegiada. Porquê, então, dissipar a oportunidade dessas vantagens pessoais incomensuráveis, divulgando ao grande público o conteúdo de tais previsões? Porquê, em flagrante desprezo da racionalidade otimizadora, abandonar uma oportunidade de lucros extraordinários em favor de uma divulgação de dados que não permitem a ninguém, depois de divulgados, sair do nível do «lucro normal»? Um caso de irracionalidade ou de erro de perspectiva? Não: para McCloskey, «o Rei vai nú», sendo que nem mesmo os economistas acreditam na «indústria preditiva» que servem; ou pelo menos agem como se não acreditassem, nem sequer se esforçando por tirar os proveitos extraordinários que a previsão parece querer pragmaticamente facultar. Se há um *experimentum crucis* no espírito de McCloskey, ele consistiria na «Pergunta Americana», que deveria, no seu entender, ser colocada a todo e qualquer economista: "Se és tão esperto, porque é que não és rico?"³².

Os meios não-positivistas da pregação positivista resultam, afinal, de um esforço de persuasão retórica, dirigido a transmitir a ideia de que o conhecimento científico é algo de essencialmente distinto do conhecimento comum, com funda-

³² Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 15-16; *If You're So Smart...*, cit., 111-122.

mentos e processos inteiramente demarcados e em larga medida autônomos; e a ideia de que os cientistas são, por força dessas circunstâncias, veículos de um conhecimento privilegiado, que proporciona um acesso exclusivo àquela instância absoluta da «Verdade» e, através dela – e, curiosamente, só dela³³ –, a um poder irresistível sobre a realidade (o sonho tecnológico).

Um inglório esforço de demonstração de que tudo, na ciência, dispensaria a intermediação «contaminadora», demasiado humana, dos artifícios da retórica. E inglório por duas razões essenciais: primeiro porque as circunstâncias e as próprias «modas intelectuais» podem ditar a sorte de uma teoria sem que possa dizer-se que ela foi refutada de acordo com o cânone epistemológico prevalecente – dando McCloskey alguns exemplos ilustrativos a propósito da ascensão do monetarismo³⁴ –; e em segundo lugar porque a insistência em simples limitações metodológicas empobrece a compreensão dos debates teóricos que apontam *para fora* do simples âmbito de demarcação da ciência positivista – oferecendo-se agora o exemplo relativo às nuances interdisciplinares da «*Law and Economics*»³⁵ –.

³³ Reflectindo sobre o alcance «performativo» da linguagem, observa Sandy Petrey: "Quando falamos verdade, fazemos simultaneamente tantas outras coisas que é insensato venerar-se a verdade como se só ela tivesse consequências" – Petrey, Sandy, *Speech Acts and Literary Theory*, London - N.Y., Routledge, 1990, 32. Cfr. Kolenda, Konstantin, "Speech Acts and Truth", *Philosophy and Rhetoric*, 4 (1971), 230-241.

³⁴ O descrédito do keynesianismo teria provindo mais da conjugação dos movimentos inflacionários dos anos 70 e da capacidade persuasiva, ou mesmo *intimidativa*, de grandes tratados como o de Milton Friedman & Anna J. Schwartz, *A Monetary History of the United States, 1867-1960*, Princeton, Princeton U.P., 1963. Isto sem embargo de se reconhecer que o próprio Keynes foi inultrapassável na sua habilidade persuasiva: "Keynes hipnotizou três gerações de economistas e de políticos com a sua elegante fluência do inglês. Ele é reconhecido como o melhor estilista do inglês que a ciência económica jamais conheceu" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 125. Numa cerrada oposição a McCloskey neste ponto, cfr. Bellofiore, Riccardo, "The Poverty of Rhetoric: Keynes versus McCloskey" e "The Case of Keynes: Economics from Rhetoric to Critique", in Marzola, Alessandra, Francesco Silva & R. Bellofiore (orgs.), *John Maynard Keynes. Language and Method*, Aldershot, E. Elgar, 1994, Caps. III e VII.

³⁵ A propósito, cfr. Panetta, Edward M. & Marouf Hasian Jr., "Anti-Rhetoric as

Em suma, a tese é a de que o positivismo oculta aquilo que os economistas fazem: pelo que o seu afastamento postula a necessidade de uma outra atitude filosófica (ou porventura anti-filosófica³⁶), como seja a via da persuasão não-coerciva, a via retórica – através da qual se critica a ciência económica, não com o objectivo de a demolir ou substituir, mas antes com o singelo propósito de permitir que ela seja *lida* e compreendida de um modo diverso daquele cuja falência se denuncia. Um objectivo que pode alicerçar um outro: o de, recobrada através da sensibilidade retórica a amplitude total do universo semântico que corresponde ao conhecimento económico, a própria economia reassumir o seu papel num quadro mais vasto de referência a valores, de referência às questões mais profundamente relevantes na condição social da humanidade³⁷.

II - A CRÍTICA DA METODOLOGIA COMO INSTÂNCIA REGULADORA

Rhetoric. The Law and Economics Movement", *Communication Quarterly*, 42 (1994), 57ss..

³⁶ Combater os pressupostos filosóficos de uma ciência através de uma argumentação estritamente filosófica pode não ter outro resultado do que o de reforçar o estatuto privilegiado da filosofia como «instância judicial», aceitando-se implicitamente a superioridade de uma forma de conhecimento cuja base canónica não foi ainda suficientemente criticada (até pela sua inacessibilidade aos leigos), e cuja legitimidade pode, pois, estar ainda aberta a debate – uma observação repetida em Bourdieu, Pierre, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Éditions de Minuit, 1979.

³⁷ O preciso inverso do que se propõe com o critério de demarcação positivista. Veja-se as tentativas nesse sentido – desconcertantes, pioneiras, insólitas na amplitude dos seus horizontes – de Albert O. Hirschman, desde *Essays in Trespassing. Economics to Politics and Beyond*, Cambridge, C.U.P., 1981, até *A Propensity to Self-Subversion*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1995. Cfr. ainda: Foxley, Alejandro, Michael S. McPherson & Guillermo A. O'Donnell (orgs.), *Development, Democracy, and the Art of Trespassing. Essays in Honor of Albert O. Hirschman*, Notre Dame Ind., Univ. of Notre Dame Press, 1986; Hirschman, Albert O., "Self-Subversion", *Common Knowledge*, 3 (1994), 10ss.; *eiusdem*, "The On-and-Off Connection Between Political and Economic Progress", *The American Economic Review*, 84 (1994), 343ss.; Meldolesi, Luca, *Discovering the Possible. The Surprising World of Albert Hirschman*, Notre Dame Ind., Univ. of Notre Dame Press, 1995.

A abordagem kantiana da ciência como forma de conhecimento legitimada *a priori* por um cânone metodológico regulador, *normativo*, acabaria por ter os seus reflexos no entendimento modernista da ciência económica – e por autorizar aos estudiosos da metodologia a presunção de serem o poder legislativo e judicial da própria *prática* científica: de terem a virtualidade de determinarem previamente, sem qualquer necessidade de corroboração pragmática (e julgando essa determinação logicamente *prévia*, e logo isenta, dessa corroboração), as condições e limites da prática ela mesma³⁸. Mas se existe alguma legitimidade da reflexão metodológica, ela deverá ser, não a de tornar-se num pomposo sucedâneo do exercício concreto da actividade científica, ou numa instância judicativa perante a qual, em contrição, os práticos da ciência devessem responder, mas antes a de tomar-se por um processo de detecção e de remoção de quaisquer adições espúrias ao balizamento que o exercício da ciência reclama; de, nas palavras de Ivor Richards, "*proteger as nossas aptidões naturais contra a interferência de pontos de vista desnecessariamente rudimentares acerca delas*"³⁹.

Ora uma das teses de McCloskey é a de que a metodologia positivista é precisamente um caso exemplar desses pontos de vista rudimentares, agravado pela luta persistente de tantos «metodólogos» da economia em prol de um adensamento dessa interferência constritora de regras *a priori* de procedimento – dando como ilustração dessa tendência a forma como Mark Blaug quebra lanças contra todos aqueles que ousam desviar-se das prescrições popperianas dos anos 30, na ânsia (genuína,

³⁸ O que pode acarretar consequências perversas e arrogantes, se desacompanhado da *consciência de limites* trazida pelo criticismo kantiano; consciência que é lapidariamente sintetizada nesta observação de Hilary Putnam: "*realism is an impossible attempt to view the world from Nowhere*" – *Realism with a Human Face*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1990, 28.

³⁹ Richards, I.A., *The Philosophy of Rhetoric*, N.Y., O.U.P., 1936, 116.

não irónica) de expulsar da «sociedade aberta» os gentios⁴⁰; e não poupando, tão-pouco, o próprio Karl Popper, acusando-o de notória e grave *superficialidade* no modo como reduz a riqueza da história da ciência à monótona repetição de episódios de afirmação de um cânone e de sua refutação por espíritos animados precipuamente por uma vontade de rebeldia e de heterodoxia – por cientistas românticos, em suma, perenemente dispostos à reinstauração de um «Ano Zero da Ciência» –, deixando de fora o grosso da comunidade científica, o pelotão de corredores de fundo que produzem o principal de uma ciência (e para os quais o facto mais corrente é, não o sucesso experimental, mas o insucesso e o esforço de eliminação do erro)⁴¹;

⁴⁰ McCloskey vai ao ponto de sugerir a Blaug que mude o subtítulo da sua *The Methodology of Economics. Or, How Economists Explain* (Cambridge, C.U.P., 1980), para «*How the Young Karl Popper Explained*» - McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 21. Noutro ponto, McCloskey conclui que o objectivo do que tem passado por «Metodologia» é essencialmente uma atitude moralizadora, que não pretende substituir-se aos métodos efectivamente empregues pelos cientistas, nem pretende ser uma descrição, nem a prescrição de uma nova estrutura epistemológica (o escopo principal de Popper e dos seus seguidores seria o de "*persuadirem os cientistas a serem bons*"); noutro, que Blaug tem uma tendência irreprimida para encarar o debate académico como uma «carga de cavalaria» panfletária; e noutro ainda, numa crítica que abarca, além de Blaug, também Alexander Rosenberg, Daniel Hausman e Neil De Marchi, McCloskey acusa os «Metodólogos» de "*persistirem em falar apenas com um grupo restrito de outros filósofos da ciência popperianos confortavelmente refastelados nas suas poltronas, enquanto as teias de aranha de 1955 se adensam em torno deles*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 94, 283, 239 (e especialmente o Cap. XX, "Getting «Rhetoric»: Mark Blaug and the Eleatic Stranger").

⁴¹ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 85ss., 225ss.. McCloskey revela-se menos contundente, contra Popper, do que o foram já D. Wade Hands, Daniel Hausman, E. Roy Weintraub, H.M. Collins ou J.J. Klant – cfr. Collins, H.M., "History and Sociology of Science and History and Methodology of Economics", in De Marchi, Neil & Mark Blaug (orgs.), *Appraising Economic Theories. Studies in the Methodology of Research Programs*, Aldershot, Elgar, 1991, 492-498; Hands, D. Wade, "Blurred Boundaries. Recent Changes in the Relationship Between Economics and the Philosophy of Natural Science", *Studies in History and Philosophy of Science*, 25 (1994), 751ss.; *eiusdem*, "Caveat Emptor: Economics and Contemporary Philosophy of Science", *Philosophy of Science*, 64-Supp. (1997), 107ss.; *eiusdem*, "Falsification, Situational Analysis and Scientific Research Programs. The Popperian Tradition in Economic Methodology", in De

críticas que, *mutatis mutandis*, são extensíveis ao ascendente teórico de Imre Lakatos, embora haja em Lakatos uma reacção já contra a exiguidade anti-subjectivista da visão popperiana⁴². Um mundo em que a história da ciência fosse redutível a um conjunto de fórmulas filosóficas seria decerto interessante⁴³: mas, adverte McCloskey, não é manifestamente o nosso mundo – um mundo no qual, mais grave ainda, nenhuma fórmula filo-

Marchi, Neil (org.), *The Post-Popperian Methodology of Economics. Recovering Practice*, Dordrecht, Kluwer, 1992, 19-53; Hausman, Daniel M., "An Appraisal of Popperian Methodology", in De Marchi, Neil (org.), *The Popperian Legacy in Economics*, Cambridge, C.U.P., 1988, 65-86; Klant, J.J., *The Rules of the Game*, Cambridge, C.U.P., 1984; Weintraub, E. Roy, *General Equilibrium Analysis. Studies in Appraisal*, Cambridge, C.U.P., 1985; *eiusdem*, *Stabilizing Dynamics. Constructing Economic Knowledge*, Cambridge, C.U.P., 1991. Uma outra das críticas de McCloskey é a de que mesmo o manifesto de tolerância que a *Open Society and Its Enemies* pretende ser se atarda em longos esforços de demarcação de áreas de legitimidade, de relevância e de significância no raciocínio, para remeter para o nimbo do «não-modernismo» a psicanálise ou o marxismo – McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 23.

⁴² Bastando aí a referência a Feyerabend, Paul, *Against Method. Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, Atlantic Highways, Humanities Press, 1975 (³1993). Cfr. ainda: Fulton, G., "Research Programmes in Economics", *History of Political Economy*, 16 (1984), 187-205; Hands, D. Wade, "Ad Hocness in Economics and the Popperian Tradition", in De Marchi, Neil (org.), *The Popperian Legacy in Economics*, cit., 121-137; *eiusdem*, "Second Thoughts on Lakatos", *History of Political Economy*, 17 (1985), 1-16; *eiusdem*, "Second Thoughts on «Second Thoughts»: Reconsidering the Lakatosian Progress of *The General Theory*", *Review of Political Economy*, 2 (1990), 69-81. Mais amplamente: Dilworth, Craig, *Scientific Progress. A Study Concerning the Nature of the Relation Between Successive Scientific Theories*, Dordrecht, Kluwer, ³1994.

⁴³ Como *possibilidade* filosófica, mas não mais, dado o pressuposto pragmatista das investidas de McCloskey, que, contra Lakatos, pergunta: "*Qual é o problema para o qual a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica, de Lakatos, é uma solução progressiva? Mas nenhuma resposta se fez ouvir (...) Lakatos poderia, contudo, ter designado uma ciência como «científica» ou «livre de falsa consciência», em vez de tê-la adjectivado como «progressiva»; e todos estes qualificativos equivaleriam, no fim, a «amada por Lakatos» (...) Porque haveríamos nós de nos importar que a economia fosse amada por Imre Lakatos?*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 91-92. Também de Kuhn se poderá dizer – embora McCloskey não se pronuncie a esse respeito – que a sua ênfase na «mudança de paradigmas» favorece uma concepção linear e progressista em detrimento da consideração das virtualidades dialécticas da coexistência de paradigmas, que interagem e se moldam reciprocamente.

sófica, por optimista (ou soteriológica) que seja, assegura o progresso futuro da ciência, ou a sua salvação nos embates contra paixões e interesses episódicos⁴⁴. A ciência, como já advertia Hayek, é essencialmente uma ordem espontânea, e não o fruto do acatamento de prescrições racionalistas⁴⁵.

O que há de particularmente rudimentar nas teses positivistas é, insista-se, a concentração da epistemologia no esforço de demanda de um ideal de objectividade inatingível, um «valor-verdade» que esgotaria toda a indagação científica posterior, espécie de apocalipse sobre o qual se edificaria um mundo referencial perfeito, sem a mácula da intermediação interpretativa – «wertfrei» –, um beatífico mundo de factos e evidências que dispensariam todo o esforço ulterior do pensamento – quando a realidade é que séculos de história da epistemologia nada fizeram para sedimentar qualquer espécie de consenso em torno do que possa dar-se por uma tal «essência da Verdade»⁴⁶.

Esse entendimento é uma subtil perversão da proibidade metodológica que reclama a persistente e escrupulosa referência aos factos como condição de validade; tal proibidade é lou-

⁴⁴ Cfr. Hands, D. Wade, *Testing, Rationality, and Progress. Essays on the Popperian Tradition in Economic Methodology*, Lanham Md., Rowman & Littlefield, 1993, 149. Cfr. também: Gilbert, Christopher L., "Do Economists Test Theories? – Demand Analysis and Consumption Analysis as Tests of Theories of Economic Methodology", in De Marchi, Neil & Mark Blaug (orgs.), *Appraising Economic Theories*, cit., 137-168; Leamer, Edward, *Specification Searches. Ad Hoc Inferences with Nonexperimental Data*, N.Y., Wiley, 1978.

⁴⁵ Cfr. Butos, William, "Rhetoric and Rationality. A Review Essay of McCloskey's *The Rhetoric of Economics*", *Eastern Economic Journal*, 13 (1987), 295ss..

⁴⁶ A observação é de Richard Rorty, *The Consequences of Pragmatism. Essays*, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1982, XIV. A explicação pode ser extremamente simples: se «verdadeiro» é um predicado intemporal, então só no fim dos tempos poderemos asseverar a verdade de eventos cujo encadeamento causal subsiste – cfr. MacIntyre, Alasdair, *Whose Justice? Which Rationality?*, London, Duckworth, 1988, 71. Para McCloskey, a constatação não impressionará muitos dos pretensos «metodólogos da ciência» pela simples razão de que eles se desinteressaram há muito de conhecer o modo como a ciência efectivamente opera: "*nada de factos, por favor: somos filósofos*" – ironiza McCloskey (*Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 227).

vável, sem dúvida⁴⁷, mas já se lamentará que o prurido empírico se converta num espartilho àquela imaginação criativa que ousa formular hipóteses não meramente analíticas, e àquela atitude de fé que concebe a ciência como esforço inexaurível de revisão de crenças, de aprendizagem, de aperfeiçoamento pragmático do conhecimento – uma atitude que prefere ver na ciência um modo de conversação dominado por uma «ética do diálogo», que preserva a sanidade da vida intelectual enquanto consente aos seus participantes a mais ampla utilização dos instrumentos analíticos correntes dentro da sua comunidade de interesses, porque os vê ocupados na concepção de argumentos que se entrecrocam na busca de um sedimento de persuasão interna⁴⁸, sem visarem o termo da conversação ou o encerramento definitivo da própria vida intelectual, ou a separação de

⁴⁷ Sobretudo quando proliferam casos de excesso de interpretação cujo fito seja o de encobrir deficiências de investigação – como é tão frequente entre algumas das luminárias «rive gauche». Veja-se o extremamente provocatório: Sokal, Alan D. & Jean Bricmont, *Impostures Intellectuelles*, Paris, O. Jacob, 1997. A simples proibida-de «deontológica» nada comprova, todavia: a sua invocação isolada não passa de um «argumentum ad misericordiam» ("como podes tu discordar de mim, se sabes que dispendi o melhor do meu esforço para alcançar este resultado?") – Cfr. Cederblom, J.B. & D.W. Paulsen, *Critical Reasoning*, cit., 151; Copi, I.M. & C. Cohen, *Introduction to Logic*, cit., 103.

⁴⁸ A referência é obviamente à «*sprachethik*» de Habermas. Cfr. Habermas, Jürgen, *Legitimationsproblem im Spätkapitalismus*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1973, *passim*; *eiusdem*, "Discourse Ethics: Notes on a Program of Philosophical Justification", in Darwall, Stephen L., Allan Gibbard & Peter A. Railton (orgs.), *Moral Discourse and Practice. Some Philosophical Approaches*, Oxford, O.U.P., 1997, Cap. XVI; Christians, Clifford G. & Michael Traber (orgs.), *Communication Ethics and Universal Values*, Thousand Oaks, Cal., Sage, 1997; O'Neill, Shane, *Impartiality in Context. Grounding Justice in a Pluralist World*, Albany NY, SUNY Press, 1997 (os Caps. V e VI, "Jürgen Habermas Discourse Ethics"); Nagel, Thomas, *The Last Word*, Oxford, O.U.P., 1997; Rorty, Richard, *A Filosofia e o Espelho da Natureza* (trad. p/ Jorge Pires), Lisboa, Dom Quixote, 1988; *eiusdem*, *The Consequences of Pragmatism*, cit., 165ss.; Wallgren, Thomas, "Varieties of Enlightenment Optimism. Discourse Ethics and Wittgensteinian Particularism in Conversation", in Alanen, Lilli, Sara Heinämaa & Thomas Wallgren (orgs.), *Commonality and Particularity in Ethics*, London, Macmillan, 1997, Cap. XII; Wisman, Jon D., "The Scope and Goals of Economic Science. A Habermasian Perspective", in Lavoie, Don C. (org.), *Economics and Hermeneutics*, London - N.Y., Routledge, 1990, 113-133.

águas entre os «eleitos» e os «gentios» designados pela arma suprema da demarcação, como se esta estivesse deveras inscrita, quiçá por uma inteligência suprema, na própria arquitectura do «real», legitimando uma só forma de designação, a «científica», proscurendo todas as demais para a penumbra da dúvida e da irrealidade⁴⁹. Parafrazeando um célebre dito de Harry Truman, um perito é aquele que se recusa a aprender algo de novo, quer porque ser perito é aparentar-se a onisciência, quer porque o conhecimento novo pode pôr em causa os fundamentos da perícia; e uma tal recusa manifesta-se na vontade de evitar e de encerrar os diálogos científicos⁵⁰.

O positivismo torna-se, deste modo, uma afronta à prática académica da conversação cooperante e respeitadora – o *livre câmbio* de ideias –, já que um dos seus escopos é o de pôr-lhe fim, em nome de princípios que vão buscar-se à Metodologia⁵¹. Só que, sustenta McCloskey, a Metodologia (com

⁴⁹ Esse preconceituoso «critério de demarcação» é um dos alvos predilectos da moderna reflexão sobre as ciências – cfr. Fuller, Steve, *Philosophy of Science and Its Discontents*, Boulder Colo., Westview, 1989; *eiusdem*, *Social Epistemology*, Bloomington, Indiana U.P., 1988; Mulkay, Michael, *The Word and the World. Explorations in the Form of Sociological Analysis*, Winchester Mass., Allan & Unwin, 1985; Pickering, Andrew, *Constructing Quarks. A Sociological History of Particle Physics*, Edinburgh, Univ. of Edinburgh Press, 1984. Por detrás dele é discernível o «*argumentum ad consequentiam*», o apelo aos preconceitos do destinatário – sugerindo-lhe, no caso, que o desvio à ortodoxia pode acarretar a proscrição para um *ghetto* minoritário (o «lado errado» da demarcação).

⁵⁰ McCloskey, durante tanto tempo um dos ornamentos da «Escola de Chicago», relembra que, nas décadas de 60 e 70, a simples menção dos nomes de Galbraith ou de Joan Robinson era suficiente para pôr os seus colegas às gargalhadas – verificando-se o mesmo efeito, na Harvard de então, com a menção do nome de Milton Friedman. Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 345.

⁵¹ E isto apesar de a Metodologia ser também ela essencialmente dominada por finalidade éticas, especialmente a de exortar e castigar uma comunidade de intelectuais aos quais é inacessível a «Verdade» redentora, mas não é inacessível uma deontologia – cfr. Harré, Rom, "Some Narrative Conventions of Scientific Discourse", in Nash, Christopher & Martin Warner (orgs.), *Narrative in Culture*, London, Routledge & Kegan Paul, 1989, 81-101 (95-96); *eiusdem*, *Varieties of Realism. A Rationale for the Natural Sciences*, Oxford, Basil Blackwell, 1986, 19ss..

maiúscula) é uma instância inferior à da ética do discurso, não tendo por si mesma a virtualidade de impôr ou preservar as condições de sucesso e de sobrevivência de um ramo de saber no todo cultural, de obter uma «renda extraordinária» para os cientistas estabelecidos à custa de restrições ao acesso de novos cientistas⁵² – e menos ainda a possibilidade de se elevar acima do contexto cultural, de quebrar o «círculo hermenêutico», ascendendo ao panteão *numenal*⁵³ –; a Metodologia é uma instância intermédia, visto que procura, com generalidade e abstracção, fundamentar e demarcar o âmbito legítimo da prática, colocando-se por isso a um nível superior ao do método (com minúscula) dessa prática. A sacrossanta Metodologia positivista não pode ter, pois, por definição, as características que lhe são atribuídas⁵⁴: a de servir de veículo pragmático e, *enquanto tal*, servir de fundamento às pretensões «científicas» (ou seja, de reconhecimento cultural) da ciência. Muito elementarmente,

⁵² Jerry Evensky nota, com razão, que a posição de McCloskey é, neste ponto, similar à que Adam Smith tomou na crítica aos privilégios mercantilistas e corporativos – cfr. Evensky, Jerry, "Ethics and the Classical Liberal Tradition in Economics", *History of Political Economy*, 24 (1992), 61-77.

⁵³ Aos «Metodólogos», McCloskey acusa-os de "através de uma conversação culturalmente condicionada sobre a hipótese de condicionamento cultural do conhecimento, insitirem na ideia de que a própria conversação é incondicionada" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 101.

⁵⁴ Nem mesmo na sua reincarnação pluralista, pois o que nesta se visa é o sincretismo como via sucedânea para a obtenção da «Verdade», a mesma promessa de encerramento definitivo da dúvida que alimentaria o debate. Os exemplos dessa inflexão do positivismo rumo à tolerância encontrar-se-iam, na ciência económica, em Lawrence Boland (*The Foundations of Economic Method*, London, Allen & Unwin, 1982; *Methodology for a New Microeconomics. The Critical Foundations*, Boston, Allen & Unwin, 1986; *The Methodology of Economic Model Building. Methodology after Samuelson*, London, Routledge, 1989; *Critical Economic Methodology. A Personal Odyssey*, London, Routledge, 1997) e em Bruce Caldwell (*Beyond Positivism. Economic Methodology in the Twentieth Century*, London, Allen & Unwin, 1982; (org.), *Appraisal and Criticism in Economics. A Book of Readings*, Boston, Allen & Unwin, 1984; "Varieties of Pluralism", in Salanti, Andrea & Ernesto Scerpanti (orgs.), *Pluralism in Economics. New Perspectives in History and Methodology*, Cheltenham, Edward Elgar, 1997 [comentário a Sheila C. Dow, "Methodological Pluralism and Pluralism of Method", Cap. V *ibid.*]).

a Metodologia não tem aquela utilidade, nem este prestígio; sobretudo no que respeita à instância suprema da integração cultural, não é a adopção de uma Metodologia nem o apego a ela que assegura a validade do discurso científico, mas a probidade e a inteligência com que o discurso científico contribua para uma conversação, aquela conversação na qual somos iniciados através da educação e por meio da qual alcançamos o hábito moral e intelectual que sobrepomos à nossa animalidade instintiva – um hábito evolutivo, adaptativo, de mútuas descobertas e concessões, de onde emerge, não a Verdade que tudo silencia – o «*différend*» de Lyotard⁵⁵ –, mas uma simples reiteração do hábito da conversação, com os seus paulatinos e simples, mas sólidos, efeitos centrípetos⁵⁶.

Um dos efeitos perversos dessa ênfase na Metodologia foi também o do isolamento da ciência económica face à sua tradição, cindindo esta em *história do pensamento económico*, por um lado, e *teoria*, por outro – sugerindo que há uma diferença fundamental entre o intercâmbio científico actual e o pretérito, e que aquele não depende deste⁵⁷. O que tem a virtude de dispensar muitos economistas praticantes de lerem mais do que alguns manuais dominantes e os artigos dos últimos dez anos sobre os temas em que são especialistas, mas tem o notó-

⁵⁵ O silenciamento de um jogador num jogo linguístico - Cfr. Lyotard, Jean-François, *Le Différend*, Paris, Éditions de Minuit, 1983.

⁵⁶ McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 25-27 (onde se reconhece a dívida a algumas observações de Michael Oakeshott nesse sentido ["Poetry as a Voice in the Conversation of Mankind" (1933), in *Rationalism in Politics*, N.Y., Basic Books, 1962]).

⁵⁷ Não se querendo sugerir que, como *Pallas Athene* emergindo da cabeça de Zeus, a teoria moderna nasceu adulta, mas antes que ela é produto de uma *distilação* (uma sedimentação otimizada) que dispensa o repisar de todos os passos anteriores (em termos de poder dizer-se que todas as boas ideias do passado estão incorporadas na teoria mais recente, tornando-se inoportavelmente elevado o «custo de oportunidade» da opção pela história em detrimento da teoria) – o que, para lá do implícito optimismo panglossiano (todo e qualquer novo artigo de revista incorpora e supera qualquer artigo anterior), parece favorecer mais ainda o isolamento, a insensibilidade a paradigmas alternativos e à contingência da evolução teórica, e a intolerância dogmática.

rio inconveniente de privá-los da riqueza (se não mesmo da genuína *identidade*) da sua disciplina. Esse confinamento da ciência económica teve já como vítima imediata a história do pensamento económico, que muitos economistas não reconhecem como património seu (até porque, no meio da «balcanização disciplinar», já não o conhecem), sendo que alguns dos próprios cultores desse ramo historiográfico, sentindo-se marginalizados, reclamam já a independência face aos economistas, defendendo a alternativa da inserção nos estudos gerais de historiografia da ciência⁵⁸.

⁵⁸ A proposta de secessão foi lançada por Margaret Schabas: "Breaking Away: History of Economics as History of Science", *History of Political Economy*, 24 (1992), 187-203 (proposta parcialmente assente na distinção entre história do pensamento económico, que seria um capítulo de história das ideias, e história da ciência económica, que se integraria na história da ciência – distinção cujo alcance, confessamos, nos escapa, embora já a tenhamos visto associada a perspectivas «internalistas» e «externalistas» sobre a evolução do pensamento económico, a primeira «saltando de nome em nome» num encadeamento de autores notáveis, a segunda dando mais ênfase ao condicionamento contextual, à maneira do sociologismo; ou associada a uma eventual distinção entre as tradições da doutrina e da análise económicas –). Note-se que, nos domínios da história económica e da cliometria, a «migração», que já está em curso, é de sentido oposto – tem levado os seus cultores a abandonarem os departamentos de história e a procurarem os de economia. Cfr. ainda: Emmett, Ross B., "Reflections on «Breaking Away». Economics as Science and the History of Economics as History of Science", *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 15 (1997), 221-236 (que defende que a história do pensamento económico é parte integrante da teoria económica, visto que aborda a tradição científica a partir do prisma da actual conversação entre cientistas – a qual fornece a norma da teoria –, enquanto que a história da ciência económica seria um capítulo da história intelectual, no sentido de ser uma descrição histórica de procedimentos científicos); e Schabas, Margaret, "Parmenides and the Cliometricians", in Little, Daniel (org.), *On the Reliability of Economic Models. Essays in the Philosophy of Economics*, Boston, Kluwer, 1995, Cap. VI. Note-se também que, como tem sido já observado, o impulso «faustiano» para a independência disciplinar faz-se não raro à custa da perda de relevância – cfr. Fuller, Steve, "Who's Afraid of the History of Contemporary Science?", in Söderqvist, Thomas (org.), *The Historiography of Contemporary Science and Technology*, Amsterdam, Harwood Academic, 1997. Para uma reflexão mais ampla (mas mais datada), cfr. Stark, Werner, *History and Historians of Political Economy* (Charles M.A. Clark, ed.), New Brunswick NJ, Transaction Pubs., 1994 (escrito em 1939-1941); Von Mises, Ludwig, *Theory and History. An Interpretation of Social and Economic Evolution*, New Haven, Yale U.P., 1957.

Em suma, não há um *método dominante* que espartilhe num formato definitivo as interacções culturais dos economistas, por muito que isso possa frustrar o desejo de caracterizar abstractamente toda a sua actividade científica num conjunto restrito e coeso de fórmulas lapidares⁵⁹. Pois não seria uma violação das mais elementares regras da economia defender-se um progresso científico no qual à especialização não sucedesse a *troca* – no qual não fosse possível a partilha e o intercâmbio de ideias, e os cientistas se vissem confinados a um percurso intelectual solipsista, eventualmente até com sobreposição de esforços?⁶⁰

III – A ALTERNATIVA DA RETÓRICA

“Se indagarmos qual o princípio da mente humana em que se funda esta propensão para as trocas, ele é claramente a inclinação natural que toda a gente tem para persuadir. (...) As pessoas esforçam-se sempre por persuadir os outros a partilharem as suas opiniões, mesmo quando se trata de assunto que não as afecta pessoalmente (...) e assim é que toda a gente pratica oratória com toda a gente durante toda a vida”

Adam Smith⁶¹

Conferirmos primazia à ética da conversação é reconhecermos o papel crucial que a retórica pode desempenhar na fundamentação cultural da ciência – e nomeadamente da ciência

⁵⁹ É aproximadamente com estas palavras que John Davis exprime o seu assentimento aos desafios de McCloskey – cfr. Davis, John B., "Rorty's Contribution to McCloskey's Understanding of Conversation as the Methodology of Economics", *Research in the History of Thought and Methodology*, 7 (1990), 73-85 (83).

⁶⁰ Tom Palmer nota que a elevação da conversação à categoria de instância judicativa sobre a própria racionalidade (a *sprachethik*) coloca McCloskey em sintonia com Adam Smith e os clássicos, para os quais o mercado era antes de mais um grande fórum para a capacidade humana de persuasão – cfr. Palmer, Tom G., "An Economist Looks at His Science", *Humane Studies Review*, 4 (1986/87), 13.

⁶¹ *Lectures on Jurisprudence. Report of 1762-3* (The Glasgow Edition: R.L. Meek, D.D. Raphael & P.G. Stein, eds.), Oxford, Clarendon, 1978, 352.

cia económica. É que a retórica, enquanto arte da persuasão, versa precisamente sobre a conversação, desligando-se assumidamente das inquietações epistemológicas acerca do estatuto da «Verdade» na ciência. À retórica não interessa analisar, se não reflexamente e enquanto *sintoma*, o recurso a uma Metodologia abstracta que se arroga o acesso privilegiado a «absolutos»; nem a retórica se fascina com a possibilidade de um consenso instantâneo de que ela seria a primeira vítima: interessa-lhe antes indagar as razões que subjazem às convicções, a forma como estas se ganham e perdem através da persuasão, o modo como se sedimenta, no intercâmbio de opiniões, um acervo comum de proposições plausíveis, a via pela qual essas proposições se tornam contingentes e rebatíveis, e como, através da dialéctica, são possíveis sínteses progressivamente afastadas dos domínios da casualidade e da irracionalidade⁶². Pese embora o desejo jornalístico de converter a ciência económica (e toda a ciência) numa incessante celebração de descobertas sensacionais, de iluminações de génio, de fraudes calamitosas, incensando dogmas e queimando os heréticos, o labor científico é antes o afã diuturno de uma retórica discreta, que aglutina uma comunidade de estudiosos em busca paulatina, por pequenos avanços, de progressos na senda do conhecimento – sendo que só muito mais tarde, e retrospectivamente, se consegue fazer emergir no vasto oceano da produção científica as «ilhas de relevância» que são as obras verdadeiramente férteis e marcantes (os «clássicos»), encarregando-se o tempo de proceder a uma triagem à qual é alheia, *pace* Hegel, qualquer justiça *substantiva*⁶³.

A alternativa retórica é sobretudo, já o dissemos, a opção

⁶² Para um conspecto geral e sintético do que é o principal ponto de contenção entre «tradicionalistas» e «pós-modernistas» norte-americanos, e do que é a retórica em acção entre eles, cfr. Smith, Barbara Herrnstein, *Belief and Resistance. Dynamics of Contemporary Intellectual Controversy*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1997.

⁶³ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 67, 90.

não-coerciva de fundamentação do conhecimento científico⁶⁴: não surpreende que ela coexista pacificamente com as mais radicais denúncias dos cânones epistemológicos do modernismo, e não insista demasiado em demarcar-se do irracionalismo, na medida em que também neste detecte virtualidades *persuasivas* – virtualidades que se emancipam da sua origem epistemológica para serem reavaliadas pela sua eficiência cultural⁶⁵.

⁶⁴ Não-coerciva no sentido clássico de que a persuasão é a alternativa racional à violência como meio de resolver diferendos, e também no sentido habermasiano de que um consenso genuíno postula, do ponto de vista de uma pragmática universal, a inexistência de manipulação, de ameaça ou de subterfúgio – cfr. Arens, Edmund, *The Logic of Pragmatic Thinking: From Peirce to Habermas*, Atlantic Highlands NJ, Humanities Press, 1994 (o Cap. VI, "Jürgen Habermas' Universal Pragmatics Within the Framework of the Theory of Communicative Action"); Kirby, John T., *The Rhetoric of Cicero's Pro Cluentio*, Amsterdam, J.C. Gieben, 1990; Porter, Stanley E. (org.), *Handbook of Classical Rhetoric in the Hellenistic Period, 330 B.C. - A.D. 400*, Leiden - N.Y., Brill, 1997.

⁶⁵ Por exemplo, são nítidos a aproximação e o paralelismo entre teses de McCloskey e as mais célebres teorias anarquistas de Paul K. Feyerabend – que na essência constituem, não um apelo à dissolução metodológica (embora os seus títulos bombásticos possam criar essa impressão a quem esteja habituado a não passar das lombadas dos livros), mas uma insistência no abandono de metodologias pseudo-escolásticas que tendem a reduzir a ciência à repetição infundável e monótona de tautologias e verdades analíticas. De Feyerabend, cfr. "A Plea for Tolerance in Matters Epistemological", in Sarkar, Sahotra (org.), *Decline and Obsolescence of Logical Empiricism. Carnap vs. Quine and the Critics*, N.Y., Garland, 1996; *Against Method*, cit.; "Anything Goes", in Anderson, Walt (org.), *The Truth About the Truth. De-Confusing and Re-Constructing the Postmodern World*, N.Y., G.P. Putnam, 1995, Cap. XXIX; "How to Be a Good Empiricist. A Plea for Tolerance in Matters Epistemological", in Nidditch, P.H. (org.), *The Philosophy of Science*, Oxford, O.U.P., 1968, Cap. I; "Il Relativismo Ontologico", in Pagnini, Alessandro (org.), *Realismo/Antirealismo. Aspetti del Dibattito Epistemologico Contemporaneo*, Scandicci – Firenze, La Nuova Italia, 1995, Cap. III; *Philosophical Papers. I- Realism, Rationalism, and Scientific Method. II- Problems of Empiricism*, Cambridge, C.U.P., 1981; "The End of Epistemology?", in Earman, John (org.), *Philosophical Problems of the Internal and External Worlds. Essays on the Philosophy of Adolf Grünbaum*, Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1993, Cap. VIII; *Three Dialogues on Knowledge*, Oxford, Blackwell, 1991. Cfr. ainda: Corvi, Roberta, *I Fraintendimenti della Ragione. Saggio su P.K. Feyerabend*, Milano, Vita e Pensiero, 1992; Couvalis, George, *Feyerabend's Critique of Foundationalism*, Aldershot, Avebury, 1989; Laudan, Larry, *Beyond Positivism and Relativism. Theory, Method, and Evidence*, Boulder Colo., Westview, 1996; Preston, John, *Feyerabend. Philosophy, Science, and Society*, Cambridge, Polity, 1997; Stove, David C., *Popper and After. Four*

Porque, convém sublinhá-lo, um dos pontos que ressaltam da perspectiva retórica é o de que a comunicação é determinada contextualmente, por um ambiente cultural e por uma linguagem, e pelo próprio jogo da *oferta e procura* dessa comunicação: como McCloskey ilustra num exemplo sugestivo, a proposição «*O agravamento dos impostos pode determinar perda de receita*» é trivial para uma audiência de estudantes de economia que já tenham analisado o mecanismo dos preços; mas, proferida para o grande público num ambiente eleitoral, ela constituiu o impulso decisivo para o advento da «*reaganomics*»⁶⁶. Uma das tarefas primordiais da consciência retórica é a de ajudar a esclarecer que tipo de destinatário *implícito* é visado pelo conteúdo semântico do discurso – para *Quem* é que é suposto esse discurso fazer sentido. Nesse sentido, a abordagem retórica é mais ambiciosa do que o «sociologismo» e o «psicologismo» da historiografia do pensamento económico, que se limitavam a colocar uma ênfase relativista nas dependências ideológicas dos economistas – em tributo à análise marxista, com tonalidades de Veblen⁶⁷.

Modern Irrationalists, Oxford – N.Y., Pergamon Press, 1982.

⁶⁶ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 35. O que se pretende realçar é o facto, mais ou menos elementar, de toda a comunicação valer em função não apenas de uma sintaxe e de uma semântica «intrínseca», mas também de uma *pragmática* do discurso; cfr. Kempson, Ruth M., "Semantics, Pragmatics, and Natural-Language Interpretation", in Lappin, Shalom (org.), *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*, Oxford, Blackwell, 1996, Cap. XXI.

⁶⁷ McCloskey dá como exemplos dessas tendências Robert Heilbroner ("Economics as Ideology", in Samuels, Warren (org.), *Economics as Discourse. An Analysis of the Language of Economists*, Dordrecht, Kluwer, 1990, 101-116), Jane Rossetti ("Deconstruction, Rhetoric, and Economics", in De Marchi, N. (org.), *The Post-Popperian Methodology of Economics*, cit., 211-234) e Philip Mirowski (*Against Mechanism. Protecting Economics from Science*, Totowa NJ, Rowman & Littlefield, 1991) – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., Cap. XXIII. Cfr. ainda: Katouzian, Homa, *Ideology and Method in Economics*, London, Macmillan, 1980; Milberg, William S., "Marxism, Poststructuralism, and the Discourse of Economists", *Rethinking Marxism*, 4 (1991), 93ss.; Milberg, William S. & Bruce A. Pietrykowski, "Objectivism, Relativism and the Importance of Rhetoric for Marxist Economies", *The Review of Radical Political Economics*, 26 (1994), 85ss..

Afinal, o que confere dignidade à ciência é o seu reconhecimento pela comunidade científica, e esse reconhecimento, a *identificação* e a atribuição de *estatuto* de um ramo de conhecimento como ciência não-de depender da forma de comunicação (principalmente acadêmica) através da qual os cultores desse ramo de conhecimento se persuadem uns aos outros, e persuadem os ramos limítrofes, relativamente à sua inclusão no domínio restrito da *autoridade cultural* associada à ciência. Ora esse objectivo postula o recurso a um estilo literário – visto que o *estilo* é o meio de tradução em prosa de um *carácter* e "*a ciência depende do carácter, do ethos ou persona que torna o cientista credível*"⁶⁸.

Ao contrário do que tem sustentado a tradição epistemológica, não é o escrúpulo maníaco com a observância de todos os ditames do cartesianismo (mesmo dando de barato que estes são congruentes e exequíveis⁶⁹) que assegura aquele elo de pertença e a comunhão no *gestalt* da vanguarda, e menos ainda o é a demanda infrutífera pelo fundamento último, pela certeza absoluta: porque a ciência é ainda um *veículo*, e o que através dela se procura é uma forma de sabedoria que é ao mesmo tempo mais ampla e mais imediatamente apreensível⁷⁰. Porque

⁶⁸ McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 111. Cfr. tb.: McCloskey, D.N., "Missing Ethics in Economics", in Klammer, Arjo (org.), *The Value of Culture. On the Relationship Between Economics and Arts*, Amsterdam, Amsterdam U.P., 1996, Cap. XII.

⁶⁹ Quando o não são, como se poderia concluir com base nos mais diversificados testemunhos, provindos até daquilo que poderia julgar-se serem os bastiões mais inexpugnáveis do formalismo positivista. Veja-se, por exemplo, a asserção de que "*a matemática informal é matemática. A formalização é apenas uma possibilidade abstracta que ninguém teria a vontade ou a capacidade para levar a cabo em concreto*", estabelecendo-se pois as provas matemáticas por simples "*consenso entre matemáticos qualificados*", sem outra forma de comprovação ulterior – cfr. Davis, Philip J. & Reuben Hersch, *The Mathematical Experience*, Boston, Houghton Mifflin, 1981, 349, 354. Uma ideia que os mesmos dois autores retomam em *Descartes' Dream. The World According to Mathematics*, San Diego, Harcourt Brace Jovanovich, 1986. Cfr. Hersch, Reuben, *What Is Mathematics, Really?*, N.Y., O.U.P., 1997; Kline, Morris, *Mathematics, the Loss of Certainty*, N.Y., O.U.P., 1980.

⁷⁰ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 30, que neste ponto reme-

haveria um economista de permanecer eternamente à espera da confirmação última, infinitesimal, das suas intuições, e mutilar a eficiência que lhe advém do *grau de certeza* indutiva e da suspensão crítica (para agir) que o estatuto provisório do conhecimento consente em todas as demais ciências?⁷¹ E que grau de corroboração confirma ou refuta uma teoria económica, se atendermos à inevitável diversidade das condutas ditadas pela causalidade livre dos agentes? Um economista que mutilasse a sua teoria em holocausto a uma certeza científica virtualmente inatingível não estaria a violar a sua própria racionalidade económica, desbaratando os seus meios escassos (incluindo o seu tempo) a troco de uma produtividade marginalmente decrescente?⁷² Não se tornaria ele o exemplo rematado do *idiot savant*?

McCloskey toma o humor com que os economistas se referem aos *tiques* da profissão – por exemplo, a consabida e proverbial aversão, se não hostilidade, a dúvidas e a retracta-

te para Rorty (*A Filosofia e o Espelho da Natureza, cit.*, 57ss.) e para John Dewey (*The Quest for Certainty. A Study of the Relation of Knowledge and Action*, N.Y., Putnam, 1960 (1929)).

⁷¹ Isto para não tomarmos já em conta o facto de muitas corroborações formais, com exigências de precisão desacompanhadas de especificações metodológicas rigorosas ou de uma crítica depuradora de procedimentos, serem menos válidas do que as intuições difusas que as reclamam – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics, cit.*, 45. A alegada imprecisão da «linguagem natural» não é um lapso daquela mesma inteligência que é capaz de conceber os magníficos edifícios axiomáticos: ela é antes um preço a pagar – a) pela ductilidade semântica imposta pela infinita variedade de percepções individuais do mundo, e – b) pela capacidade de evolução vocabular. Cfr. Hesse, Mary B., *Science and the Human Imagination*, N.Y., Philosophical Library, 1955, 88.

⁷² McCloskey nota que a eficiência de uma indagação científica que prescindiu de certezas definitivas e de referências absolutas é recobrada pelo recurso à autoridade – no sentido de que é lícito ao cientista abandonar os seus inaplacáveis pruridos cartesianos em favor da simples constatação de que outros cientistas inteligentes e sérios agem *como se* a teoria fosse pressuposta – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics, cit.*, 51. Contudo, esse apelo à autoridade fere os argumentos com a falácia «*ad verecundiam*», agravada se a remissão se faz, como é tão frequente, para autoridades anónimas ou para um «bom senso» difuso. Cfr. Cederblom, J.B. & D.W. Paulsen, *Critical Reasoning, cit.*, 155.

ções – como um sintoma revelador da tensão, na Ciência Económica, entre a fé na Metodologia e a prática retórica, essa prática que eles se obstinam em não reconhecer expressamente, mas à qual se referem copiosamente para lhe denunciarem as aberrações – sobretudo aquela (passe a circularidade) que consiste na ênfase retórica nas virtualidades da Metodologia, com a correspondente pompa formalista recobrando os recônditos impulsos de ostentação e de auto-gratificação⁷³; referindo-se a *formas estilizadas* de ciência de que julgam surpreender o traço axiomático e euclidiano – quando, insiste-se, as ciências emuladas são elas próprias dominadas por uma retórica muito mais anárquica e muito menos absolutista, muito mais resistente a uma formalização unívoca, circunstância que o curso da epistemologia contemporânea, de Carnap a Feyerabend, tem tido o mérito de detectar⁷⁴.

Quando, com irónico desencanto, os economistas lançam sobre o seu zelo positivista a denúncia de que o valor da perícia técnica não é mais do que um simples artifício de persuasão⁷⁵, não estão, mesmo que involuntariamente, senão a alinhar a sua disciplina com a *prática* epistemológica da mais rigorosa das ciências – estão a *reabilitá-la*, quando lhe denunciam as falsas pretensões positivistas e renunciam a elas⁷⁶; e estão mesmo a

⁷³ Ou, como sublinha McCloskey a propósito da arte persuasiva que é usada contra... a arte persuasiva: "*a pessoa que recorre a ela faz apelo a um padrão social e não-epistemológico de persuasão pelo simples facto de tentar persuadir alguém de que a persuasão não basta*" – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 38-39.

⁷⁴ Isto se não considerarmos até a hipótese de uma maior aproximação entre ciências sociais e naturais, sustentando que ambas estiveram desde sempre ligadas a um tronco comum – como o faz, de modo fascinante, Donald Kelley, que vê ambas como produtos de uma cisão entre as vertentes «hermenêutica» e «naturalista» do pensamento jurídico medieval: cfr. Kelley, Donald, *The Human Measure*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1990, 143, 173. Cfr. ainda: Schollmeier, Paul, "A Rhetorical Ontology for Modern Science", *Rhetorica*, 12 (1994), 327.

⁷⁵ McCloskey cita a recensão crítica de Mark Perlman à obra de Terence Hutchison, *Knowledge and Ignorance in Economics* (no *Journal of Economic Literature*, 16 (1978), 582-585) – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 35.

⁷⁶ Sem ironia, McCloskey denuncia o que há de inaceitável no cânone popperiano

legitimá-la de novo, quando se esforçam por fazer a demanda científica regressar aos domínios da razoabilidade persuasiva, por forma a evitar que qualquer alegação epistemológica conflite e tolha a persuasão razoável que move e aglutina a comunidade científica⁷⁷.

O principal aliado da causa anti-retórica é o medo da *dissolução* irracionalista⁷⁸ – como se a consciência das qualidades persuasivas da linguagem fosse uma exaltação fútil do veículo comunicativo enquanto forma ornamental, em detrimento da consideração *clara e distinta* da substância das questões e do

quando este remete para a mera *possibilidade* de falsificação, em testes *futuros*, autorizando uma boa consciência que adia perpetuamente qualquer teste crucial: "*não é fazer ciência prometer apenas que, em última instância, ela se fará*" - McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 43. Mais amplamente, a aproximação que veremos estabelecida por McCloskey entre as ciências económica e histórica faz com que as generalizações a que a primeira procede, na medida em que se aproximam dos paradigmas da segunda, não resultem, nem pretendam resultar, em proposições universais do tipo das leis causais, que sejam falsificáveis mediante uma singela contra-prova (uma proposição existencial ou factual).

⁷⁷ Mais concretamente, reconhecer-se-á a *todos* os economistas aquele mínimo de sofisticação epistemológica que os impede de hipostasiar nos factos uma espécie de «mundo euclidiano» no qual os agentes tivessem condutas mecanicamente previsíveis, alimentadas por um conhecimento perfeito sobre custos, condições do mercado e possibilidades técnicas: quando muito, os economistas poderão legitimamente tentar comprovar a existência desse estado de coisas (ou, mais plausivelmente, de graus de aproximação a esse estado de coisas), o que é precisamente o inverso da presunção de existência.

⁷⁸ Ou, mais brandamente, de imaginadas dificuldades com a semântica movediça das «humanidades», com a contaminação da referência empírica através da «linguagem natural». Esse medo alimenta-se de uma conjugação de dois vícios de raciocínio: –a) um conhecido como «ladeira escorregadia» (*slippery slope*) – uma típica «falácia de distração», que consiste no emprego adulterado do condicional hipotético para demonstrar que de uma proposição decorrem consequências crescentemente inaceitáveis ("*se admitimos uma excepção ao rigor axiomático, temos que admitir todas as excepções a este; e se as admitimos, ser-nos-á difícil pararmos antes da transformação do próprio rigor axiomático numa excepção ao uso comum do raciocínio e da linguagem*"); – b) outro conhecido como «questão complexa», também ele uma «falácia de distração» assente no uso ilegítimo da conjunção lógica, de modo a forçar o leitor à aceitação ou rejeição conjunta de duas asserções não relacionadas ("*ser racional é ser racionalista*", ou "*o crime é um fruto dos excessos de liberdade*"). Cfr. Copi, I.M. & C. Cohen, *Introduction to Logic*, cit., 96.

pensamento que se lhes dirige, e fosse assim um convite à *indiferenciação* entre forma e substância no capítulo da argumentação. É um medo atávico, subjazendo já à denúncia platónica dos sofistas – uma denúncia habilmente neutralizada por Aristóteles⁷⁹ –, ou aos ataques de Petrus Ramus contra Quintiliano⁸⁰. Contudo, se, ao modo artificialmente restritivo de «pseudo-esterilização» que o positivismo preconiza, o percebermos e denunciarmos como uma forma apenas, entre tantas, de persuasão através da remissão para o estatuto carismático de uma ciência descarnada (que, de resto, e como acabámos de dizer, não existe sequer), veremos que nem ele está imune ao império da «linguagem natural», e que portanto é possível aperfeiçoá-lo em termos retóricos, e, pela via da retórica, pô-lo ao serviço de uma forma de argumentação mais simples e útil, porque mais próxima das formas culturalmente sedimentadas – ou mais consciente dessa proximidade –. E assim poderíamos dizer, como McCloskey o sugere por invocação da sombra tutelar de Cícero⁸¹, que é possível reabilitar os sofistas, mesmo nalgum do seu mercenarismo, se virmos na sua concentração sobre a realidade e nas suas concessões ao relativismo um necessário correctivo à esterilização teórica que a razão, entregue a si mesma, poderia engendrar, *dissolvendo-se* no torpor irracional do dogma.

Prende-se a esta constatação uma outra, a do vago para-

⁷⁹ Quando na *Retórica* lembra que a denúncia do uso perverso da linguagem pode dirigir-se indiferenciadamente ao emprego de todas as coisas boas, e especialmente das úteis, já que tudo, menos a virtude, é susceptível de um uso perverso (1.1.1355b.3.14). Por outro lado, deverá também sustentar-se que a análise do emprego da retórica, mesmo do seu uso artificial e ornamental, não constitui incentivo à perversão «mercenária» da linguagem, tal como a reflexão sobre o método científico na economia não equivale à apologia da anarquia metodológica.

⁸⁰ Cfr. Ramus, Petrus, *Rhetoricae Distinctiones in Quintilianum / Arguments in Rhetoric Against Quintilian*, DeKalb Ill., Northern Illinois U.P., 1986; e ainda: Meerhoff, Kees, *Rhétorique et Poétique au XVIe Siècle en France: Du Bellay, Ramus et les Autres*, Leiden, E.J. Brill, 1986; Ward, John, "Quintilian and the Rhetorical Revolution of the Middle Ages", *Rhetorica*, 13 (1995), 231ss..

⁸¹ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 37.

doxo que se insinua no apelo de intelectuais contra a diversidade intelectual, em nome de uma uniformidade metodológica que se converteria num cânone *a priori* de validação do próprio trabalho intelectual, confinando-o a uma área de legitimidade demarcada pela observância dogmática – mas também possivelmente pela deferência, por afinidades emotivas, pela vontade de poder e de exclusão, e por todas as distorções sociais que o cânone formalista aparenta proscrever do mundo da ciência. O medo da *dissolução*, da *indiferenciação*, importado dos terrenos da ideologia («*depois de nós, o caos*»), gera uma ansiedade neurótica – a «ansiedade cartesiana»⁸² – que sustenta os piores excessos pragmáticos do positivismo – liquidando o paciente⁸³.

Dir-se-á assim, em suma, que a motivação científica principal é a de *integração* dentro de um âmbito de inteligibilidade e de comunicação, e não a de *superação* desse âmbito: os cientistas esperam persuadir e ser persuadidos, é nesse movimento que partilham o seu conhecimento e é para ele que orientam o principal do seu esforço: um esforço de persuasão que é também, a seu modo, um esforço económico, com «*transaction costs*»⁸⁴.

Nenhuma comunidade científica evoluída – herdeiras que

⁸² "Com uma perturbadora clareza, e com uma necessidade aparentemente inelutável, Descartes arrastou-nos para uma grandiosa e sedutora alternativa exclusiva. Ou existe um suporte para a nossa existência, uma fundação fixa para o nosso conhecimento, ou então não conseguimos livrar-nos das forças das trevas que nos envolvem com a loucura e com o caos moral e intelectual" – Bernstein, Richard J., *Beyond Objectivism and Relativism. Science, Hermeneutics, and Praxis*, Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 1983, 18.

⁸³ Cfr. Young, James O., "Relativism and Anti-Realism", *Ratio*, 9 (1996), 68ss..

⁸⁴ Partindo dos estudos de John Wallis e de Douglass North, McCloskey chega à conclusão de que cerca de um quarto do Rendimento Nacional dos EUA corresponde a actividades predominantemente «persuasivas» – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 76-79; Wallis, John Joseph & Douglass North, "Measuring the Transaction Sector in the American Economy, 1870-1970", in Engerman, S.L. & R.E. Gallman (orgs.), *Long-Term Factors in American Economic Growth*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1986, 95-161.

são, todas, do empirismo setecentista – é sobressaltada por indagações do gênero da que se interroga sobre a validade *numeral* das teorias em confronto – pela simples razão de que essa indagação, que é legítima na metafísica, ou na teologia, não pode ser respondida no âmbito da ciência. Sendo pois que, como observámos, a formulação de uma tal interrogação, e qualquer tentativa de resposta a dar-lhe, e todos os corolários de uma tal tentativa⁸⁵, não podem ter outro alcance do que o de remeter a persuasão para uma área de referência diversa, pondo termo à conversação entre cientistas – pretendendo destruir, no momento em que o analisa, o próprio modo como a ciência opera.

O recurso à consciência retórica não é um convite à perda de racionalidade e de razoabilidade pela ciência, sendo antes o seu preciso oposto: ao subsumir à crítica racional a componente de metáfora e de narrativa que permeia inevitavelmente todo o discurso científico, aquela consciência retórica está a permitir ao «tribunal da razão» que aprecie, na máxima amplitude, todos os elementos que determinam a persuasão do mais probo dos cientistas – sem aquela truncagem que, em nome de um depuramento metodológico *imposto* à ciência, enaltece exclusivamente os paradigmas susceptíveis de formalização (ou, na tautologia popperiana, os paradigmas que tenham sobrevivido à crítica), remetendo muito do que se passa na ciência para a penumbra da arbitrariedade e do capricho⁸⁶; e sem deixar na obscuridade os motivos pelos quais, no seio dos debates académicos, os mais eloquentes defensores de um racionalismo estrito se deixam arrebatam, tanto ou mais facilmente do que os

⁸⁵ Como o de se despromover todas as teorias não-canónicas à categoria de «falácias» – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 48-49.

⁸⁶ Cfr. Finocchiaro, Maurice, *Galileo and the Art of Reasoning. Rhetorical Foundations of Logic and Scientific Method*, Dordrecht, Reidel, 1980, 274. Cfr. ainda: Sebberson, David, "Is the Prospect of Rhetoric Antirhetorical? Or Rhetoric's Critical Impulse", in Enos, Theresa & Richard McNabb (orgs.), *Making and Unmaking the Prospects for Rhetoric. Selected Papers from the 1996 Rhetoric Society of America Conference*, Mahwah NJ, L. Erlbaum, 1997, Cap. XIII.

demais, pelo «*odium scholasticum*» – precisamente nas circunstâncias em que mais importante se torna o ascendente da racionalidade –⁸⁷.

IV – A ECONOMIA COMO ENCADEAMENTO ALEGÓRICO

Um das ideias-chave do pensamento de McCloskey é a de que "a economia é uma colecção de formas literárias, não uma ciência. De resto, a ciência é ela mesmo uma colecção de formas literárias, e não uma ciência. E as formas literárias são científicas"⁸⁸ – querendo com isto resgatar a economia de uma notória servidão perante os valores daquilo que ele julga ser o entendimento particularmente restritivo e exclusivista reservado, no ambiente anglo-saxónico, ao conceito de «*science*» (que ele contrasta com o alegadamente mais fluido entendimento «continental»⁸⁹).

A denúncia da demarcação entre «ciência» e «arte» visa tão-somente desfazer as pretensões monopolistas da epistemologia «científica» em matéria de fundamentação e supervisão daquilo que é a actividade dos economistas; e a via de eleição para tal finalidade é, não a de sustentar que a economia faz algo de diverso face às demais ciências, mas a de alegar que

⁸⁷ É uma observação de Piero Mini (*Philosophy and Economics. The Origins and Development of Economic Theory*, Gainesville Fla., Univ. Presses of Florida, 1974, 142).

⁸⁸ McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 55; *eiusdem*, *If You're So Smart...*, cit., 8. McCloskey invoca em seu apoio vários artigos da colectânea – Nelson, John, Allan Megill & D.N. McCloskey (orgs.), *The Rhetoric of the Human Sciences: Language and Argument in Scholarship and Public Affairs*, Madison Wis., Univ. of Wisconsin Press, 1987 –, e ainda: Galison, Peter, *How Experiments End*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1987; e Collins, Harry, *Changing Order. Replication and Induction in Scientific Practice*, London, Sage, 1985. Cfr. ainda: Dudley-Evans, Tony, Willie Henderson & Roger Backhouse (orgs.), *Economics and Language*, London - N.Y., Routledge, 1993; Henderson, Willie, *Economics as Literature*, London - N.Y., Routledge, 1995.

⁸⁹ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 7.

nenhuma delas está à altura dos requisitos formalistas que se arvoraram em cânones epistemológicos da «ciência», e que por isso todas partilham do estatuto *impuro* ou *imperfeito* que é associado à «arte» como veículo de conhecimento. McCloskey não é, de resto, nem a primeira nem a única pessoa a abalar convicções epistemológicas arreigadas com uma análise literária dos paradigmas científicos⁹⁰.

O alvo escolhido é o das pretensões de objectividade ínsitas no recurso às estatísticas económicas: para McCloskey, os valores estatísticos não passam de tropos literários em roupagens numéricas, integrando no seu conjunto aquilo que não passa, afinal, de uma simples narrativa⁹¹ – uma narrativa adensada pela sugestão de rigor que se associa ao recurso a valores

⁹⁰ Cfr. Bazerman, Charles, *Constructing Experience*, Carbondale, Southern Illinois U.P., 1994; *eiusdem*, *Shaping Written Knowledge. The Genre and Activity of the Experimental Article in Science*, Madison, Univ. of Wisconsin Press, 1988; Bazerman, Charles & James G. Paradis (orgs.), *Textual Dynamics of the Professions. Historical and Contemporary Studies of Writing in Professional Communities*, Madison Wis., Univ. of Wisconsin Press, 1991; Gross, Alan G., "Discourse on Method. The Rhetorical Analysis of Scientific Texts", *Pre/Text*, 9 (1988), 169ss.; *eiusdem*, "Experiment as Text. The Limits of Literary Analysis", *Rhetoric Review*, 11 (1993), 290ss.; *eiusdem*, *The Rhetoric of Science*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1990; *eiusdem*, "Rhetoric of Science without Constraints", *Rhetorica*, 9 (1991), 283ss.; *eiusdem*, "Science and Culture", *American Literary History*, 7 (1995), 169ss.; Hayles, N. Katherine, *Chaos Bound. Orderly Disorder in Contemporary Literature and Science*, Ithaca NY, Cornell U.P., 1990; *eadem*, *Chaos and Order. Complex Dynamics in Literature and Science*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1991; *eadem*, "Chaos as Orderly Disorder. Shifting Ground in Contemporary Literature and Science", *New Literary History*, 20 (1989), 305ss.; *eadem*, *The Cosmic Web. Scientific Models and Literary Strategies in the 20th Century*, Ithaca NY, Cornell U.P., 1984; Livingston, Paisley, "Why Realism Matters. Literary Knowledge and the Philosophy of Science", in Levine, George Lewis (org.), *Realism and Representation. Essays on the Problem of Realism in Relation to Science, Literature, and Culture*, Madison Wis., Univ. of Wisconsin Press, 1993, Cap. VII; Pera, Marcello, *Scienza e Retorica*, Roma, Laterza, 1991; Pera, Marcello & William R. Shea (orgs.), *Persuading Science. The Art of Scientific Rhetoric*, Canton MA, Science History Pubs., 1991; Pitt, Joseph C. & Marcello Pera (orgs.), *Rational Changes in Science. Essays on Scientific Reasoning*, Dordrecht, Reidel, 1987.

⁹¹ McCloskey enaltece em particular as virtualidades narrativas de: Mosteller, Frederick & John W. Tukey, *Data Analysis and Regression*, Reading Mass., Addison-Wesley, 1977.

e procedimentos matemáticos que parecem fundamentar-se em bases tautológicas, em puras definições analíticas, eminentemente vocacionadas para a analogia e para a transposição de domínios⁹²; uma ilusão de rigor assente na aparente exiguidade semântica de uma sintaxe tão poderosa como é essa da formalização numérica, que lhe conferiria uma especial aptidão para a *universalização* proposicional⁹³. Na sugestiva observação de McCloskey, não há uma curva da procura de apartamentos em Manhattan que seja vista a flutuar no céu: os modelos de que se socorre o economista são estritamente metafóricos, são atalhos para o real – atalhos comuns, tópicos –⁹⁴.

⁹² Cfr. Grattan-Guinness, Ivor, "Structure-Similarity as a Cornerstone of the Philosophy of Mathematics", in Echeverría, J., T. Mormann & A. Ibarra (orgs.), *The Space of Mathematics*, Berlin, De Gruyter, 1992, 91-111; *eiusdem*, "From Virtual Velocities to Economic Action: The Very Slow Arrivals of Linear Programming and Locational Equilibrium", in Mirowski, Philip (org.), *Natural Images in Economic Thought*. «Markets Read in Tooth and Claw», Cambridge, C.U.P., 1994, 91-108.

⁹³ Reconhecer-se-á também que o temor do convencionalismo, do irrealismo, levará a enfatizar a componente *designativa* da linguagem, por forma a ficar sugerido que as asserções se referem a algo *encontrado* nos factos, e não a algo *engendrado* pela própria técnica narrativa, aquilo que também é designado por "*style indirect inévitable*" (os factos a exprimirem-se a eles mesmos através da voz do narrador). Cfr. White, Hayden, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1973, 20.

⁹⁴ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, *cit.*, 1. Note-se que McCloskey quer também com esta observação realçar o ascendente dos modelos da física sobre a economia, visto que é naqueles que prepondera o estilo metafórico (mormente sob forma de simulação contra-factual), por contraposição ao estilo histórico-narrativo que domina a biologia, e que influencia também, mas minoritariamente, o paradigma modernista – *id.*, 11; *Knowledge and Persuasion in Economics*, *cit.*, 42 (veja-se também a observação de que "*os economistas mais destacados imaginam-se a eles mesmos como bons físicos de terceiro plano*" – *ibid.*, 129). Cfr. ainda: Schabas, Margaret, "What's So Wrong with Physics Envy?", *History of Political Economy*, 25-Supp. (1993), 45ss.. Veja-se ainda as alternativas propostas em: Hirschleifer, Jack, "Economics from a Biological Viewpoint", *Journal of Law and Economics*, 20 (1977), 1-52 – reflectindo a famosa observação de Alfred Marshall, de que "*the Mecca of the economist is economic biology rather than economic dynamics*" (*cit. in* Pigou, A.C. (org.), *The Memorials of Alfred Marshall*, London, Macmillan, 1925, 318). Cfr. Limoges, Camille & Claude Ménard, "Organization and the Division of Labor: Biological Metaphors at Work in Alfred Marshall's *Principles of Economics*", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, *cit.*, 336-359;

Assim sendo, o modelo linguístico poderia complementar, de forma construtiva, o paradigma mecanicista dominante na ciência económica – reabilitando, por exemplo, o valor explicativo da *sincronicidade*, a circunstância de as trocas, tanto as verbais como as económicas, pressuporem uma simultaneidade, não apenas enquanto contexto de uma interacção causal entre posições contrapostas, como até enquanto referência identificadora desse contexto dentro do âmbito mais amplo de sequências diacrónicas, dentro da «matéria-prima» da história económica; noção essa de sincronicidade que está inacessível a uma pura fundamentação axiomática.

Por outro lado, dificilmente se desmentirá que a literatura oferece ao teórico das ciências humanas um manancial de referências sobre o modo de formação e de expressão das motivações individuais – um repositório de «verdades informais» sobre a psicologia humana que é enriquecido pelo facto de o uso da linguagem nos seus modos designativo e evocativo poder ir muito mais longe na referência ao que há de mais insondável e inefável naquelas motivações, do que aquilo que é consentido ao uso demonstrativo da linguagem, o uso «canónico» da «ciência»⁹⁵. Um exemplo é o das «meta-preferências», das opções

Mirowski, Philip, *More Heat than Light. Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics*, Cambridge, C.U.P., 1989, 262-271.

⁹⁵ Sobre as perplexidades e frustrações a que conduz o emprego em exclusivo da psicologia «científica» ou «académica» na análise económica, cfr. Akerlof, George A. & W.T. Dickens, "The Economic Consequences of Cognitive Dissonance", *American Economic Review*, 72 (1982), 307-319; Guth, W., K.-E. Wärneryd & S.E.G. Lea, "Economic Psychology and Experimental Economics", *Journal of Economic Psychology*, 13 (1992), 199ss.; Hogarth, Robin M. & Melvin W. Reder (orgs.), *Rational Choice. The Contrast Between Economics and Psychology*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1987; Katona, George, *Psychological Economics*, N.Y., Elsevier, 1975; Lunt, P., "Rethinking the Relationship Between Economics and Psychology", *Journal of Economic Psychology*, 17 (1996), 275ss.; Maital, Shlomo & Sharone L. Maital (orgs.), *Economics and Psychology*, Aldershot, Elgar, 1993; Rabin, Matthew, "Psychology and Economics", *Journal of Economic Literature*, 36 (1998), 11ss.; Smith, Vernon L., "Rational Choice. The Contrast Between Economics and Psychology", *Journal of Political Economy*, 99 (1991), 877ss.. Para um exemplo de confluência acrítica dos dois domínios, cfr. Alhadeff, David A., *Microe-*

valorativas gerais que balizam as nossas escolhas específicas, para as quais a linguagem literária fornece inúmeros equivalentes semânticos – impelida para a evocação imaginativa do que é uma «personalidade» ou um «estilo de vida» –, que por outro lado escasseiam na confinada e «pavloviana» modelação do *homo oeconomicus*, comparativamente monotónica e unidimensional⁹⁶. O adensamento alegórico que é inevitável na persuasão económica requer o uso da mesma linguagem com a qual se faz justiça à riqueza do mundo moral⁹⁷.

É certo que também aqui a estrutura narrativa daquilo que passa por ciência económica evidencia uma simplicidade que facilita a análise, mas que tende a tornar escasso e repetitivo o enredo da alegoria económica⁹⁸. As acções relevantes para o discurso económico são poucas em número (escolha, competição, avaliação, licitação, entrada, saída, compra, venda, antecipação, reacção, optimização são algumas das poucas palavras-chave a que é reconduzida a descrição económica das condutas); menor é ainda o número dos personagens importan-

economics and Human Behaviour. Towards a New Synthesis of Economics and Psychology, Berkeley, Univ. of California Press, 1982.

⁹⁶ Cfr. Hirschman, Albert, "Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating Some Categories of Economic Discourse", *American Economic Review*, 74 (1984), 89-96; Shell, Marc, *The Economy of Literature*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1978; Thompson, James, *Models of Value. Eighteenth-Century Political Economy and the Novel*, Durham, Duke U.P., 1996 (sobre pioneiros como Defoe, Fielding e Burney). Especificamente sobre a «contaminação» literária da economia oitocentista, cfr. Heinzmann, Kurt, *The Economics of the Imagination*, Amherst, Univ. of Massachusetts Press, 1980 (repisando os trilhos abertos, para a filosofia da história, por White, Hayden, *Metahistory*, cit.).

⁹⁷ Jerry Evensky enaltece essa insistência de McCloskey na tradução, no âmbito da ciência, da dimensão ética de algumas metáforas, como a da liberdade do mercado – Evensky, Jerry, "Ethics and the Classical Liberal Tradition in Economics", *History of Political Economy*, 24 (1992), 61-77 (62-63).

⁹⁸ Ainda que essa escassez facilite a apreensão do *cerne* das questões económicas e a formulação de conclusões – os objectivos de uma leitura *eferente*, na terminologia de Louise Rosenblatt (*The Reader, the Text, the Poem. The Transactional Theory of the Literary Work*, Carbondale, Southern Illinois U.P., 1978 – o Cap. III, "Efferent and Aesthetic Reading"). Cfr. também: Coen, Stanley J., *Between Author and Reader. A Psychoanalytic Approach to Writing and Reading*, N.Y., Columbia U.P., 1994.

tes (três, no caso de David Ricardo: o proprietário agrícola, o agricultor e o trabalhador); são igualmente poucos em número os princípios causais que conferem plausibilidade ao discurso económico – os princípios *meta-económicos*, ou de inteligibilidade axiomática das acções económicas –⁹⁹; e o desfecho aceitável é, classicamente, apenas um – o equilíbrio¹⁰⁰. O enredo neo-clássico é tão confinado e previsível que pode ser caricaturado, sem muita distorção, em duas proposições: 1) um modelo que pressuponha a concorrência perfeita, a informação total e o equilíbrio geral descreve aproximadamente a realidade (tem um grau aceitável de relevância empírica); 2) o «óptimo de Pareto» é alcançado sempre que os governos deixam de intervir no mercado¹⁰¹.

A análise literária da obra dos economistas corresponde ainda à revalorização da *forma*, com o que ela traz de identificação de uma tradição analítica e descritiva, um modo de organização do entendimento (uma *disciplina*) que é convocado

⁹⁹ Num trabalho conjunto, alguns investigadores da Universidade de Melbourne tentaram formular sete princípios meta-económicos (agora no sentido mais específico de ideias inter-temporais, que subsistiriam por entre a evolução da ciência económica): 1) o do interesse próprio; 2) o dos incentivos e desincentivos; 3) o da minimização dos «custos de transacção»; 4) o das expectativas racionais (e da consistência temporal da conduta); 5) o da especificidade da conduta económica face à conduta social; 6) o da susceptibilidade de avaliação inter-subjectiva de *tudo*; 7) o da tendência dos mercados para satisfazerem completamente as necessidades dos seus intervenientes (Sawyer, K.R., Clive Beed, H. Sankey & B. Ellis, "Meta-Economic Principles" [*inédito*]).

¹⁰⁰ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 25-27.

¹⁰¹ Mais recentemente, uma proposição adicional: 3) todas as externalidades são espontaneamente «internalizáveis», dado um quadro institucional apropriado. A caricatura não pode, por definição, ser demasiado distorcida: é que, enquanto «meta-narrativa», o modelo neo-clássico tem uma capacidade muito limitada de variação dos seus componentes básicos – sob pena de perda de *identidade*. Cfr. Heilbroner, Robert, "Economics in the Twenty-First Century", Whalen, Charles J. & Randy P. Albelda (orgs.), *Political Economy for the 21st Century. Contemporary Views on the Trend of Economics*, Armonk NY, M.E. Sharpe, 1996, Cap. XIV; Roe, Emery, *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham NC, Duke U.P., 1994; White, Hayden, "The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory", in Currie, Mark (org.), *Metafiction*, N.Y., Longman, 1995, Cap. VI.

pela tarefa imediata de tradução de percepções em linguagem – mas um modo de organização que representa *quase tudo aquilo que pensamos* (sendo escasso, mesmo nas ciências, aquilo que admitamos de verdadeiramente novo a esse atavismo formal). A precedência da forma é inevitável: descobri-lo e mencioná-lo não é reduzir uma qualquer «ciência» a «mera literatura», e menos ainda é negar a validade daquilo que numa ciência é genuinamente independente de uma forma (uma intuição, uma descoberta); é antes reconhecer que quase todo o labor científico, como todo o esforço humano, se sedimenta num hábito que se revela numa forma, num modo reiterado de organização, que *passa a pensar por nós* (se assim se pode dizer) e que *liberta a nossa atenção para a novidade*¹⁰². É essa circunstância que justifica a perspectiva *legiferante* que coenvolve toda a meditação sobre o método (muito evidente na linhagem kantiana); porque, como bem sintetiza Wayne Booth, "*as vias consagradas pelo direito são codificações dos cominhos razoáveis que seguimos em todas as facetas das nossas vidas, mesmo na prática científica*"¹⁰³.

E assim, por exemplo, quando McCloskey decide aproximar-se de um dos bastiões do *modernismo* económico, as *Foundations of Economic Analysis* de Paul Samuelson¹⁰⁴, é com um propósito analítico – embora veladamente irónico – que o faz, e não num ímpeto iconoclasta que procurasse descortinar erros históricos ou oportunidades falhadas na atitude carismática de Samuelson, de perene oscilação "*entre o frio enunciador de verdades matemáticas e o proponente entusiás-*

¹⁰² Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 69.

¹⁰³ Booth, Wayne C., *Modern Dogma and the Rhetoric of Assent*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1974, 157.

¹⁰⁴ Samuelson, Paul, *The Foundations of Economic Analysis*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1947. McCloskey escolhe, na obra, duas páginas ao acaso: 122 e 123. Noutra ponto, imputa a Samuelson o facto de ter empobrecido o objecto da análise smithiana através da limitação conceptual da actividade económica "*ao raciocínio de um ser condicionado, maximizador e aquisitivo*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 82.

tico de argumentos económicos"¹⁰⁵. A atitude, sustenta McCloskey, serve precisamente o mesmo propósito retórico daquela outra que se alimenta de alardes de erudição clássica – a intimidação do leitor com a aparência de fácil maestria em domínios intratáveis para o vulgo –: porque o sustentáculo temático da teoria poderia ser modestamente remetido para apêndices à obra, como aliás era prática dominante no momento de ascensão de Samuelson à notoriedade científica¹⁰⁶. O elenco de artifícios retóricos cedo se multiplica: argumentos de autoridade, analogias e homologias¹⁰⁷, a derivação de conclusões a partir de simples condicionais hipotéticos, a redução das variáveis relevantes do modelo causal até níveis praticamente irrealis (aquilo que foi designado por Schumpeter, em referência à axiomatização precipitada do dedutivismo, como o «vício ricardiano», mas que já era denunciado como «espírito de sistema» nos *économistes* fisiocratas): tudo expedientes retóricos, que não têm a virtualidade «cartesiana» de provarem por dedução ou por falsificação, e que valem portanto apenas pela sua força persuasiva¹⁰⁸ – e tudo isso no seio de uma obra pretensa-

¹⁰⁵ McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 70. Noutra, McCloskey mostra-se mais condescendente com o formalismo de Samuelson (e o de Solow e de Arrow), reconhecendo que, na sua juventude, ele teve que travar uma batalha desigual contra "a oposição idiota a qualquer recurso à matemática" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 172. De outra perspectiva, cfr. Klammer, Arjo, "The Conception of Modernism in Economics. Samuelson versus Keynes", in Dow, Sheila C. & John Hillard (orgs.), *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot, E. Elgar, 1995, 318-333.

¹⁰⁶ Mormente pelo precedente estabelecido pelos *Principles of Economics* de Marshall. Do facto da «intimidação» retira McCloskey uma conclusão adicional, a de que muita da metodologia positivista assenta numa deferência (cientificamente indigna) perante a liberdade criativa de alguns raros indivíduos que são apresentados como os «génios sistematizadores»: Samuelson, Kenneth Arrow, Lawrence Klein – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 21-22, 148.

¹⁰⁷ A analogia referindo-se à similitude de função, a homologia à de forma; ambas ocupando a posição intermédia entre a *identidade* e a *metáfora* – Cfr. Cohen, I. Bernard, "Newton and the Social Sciences, with Special Reference to Economics, or, The Case of the Missing Paradigm", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, cit., 56-57.

¹⁰⁸ Noutra ponto, McCloskey desafia os defensores do procedimento hipotético-

mente imunizada contra a retórica por impecáveis credenciais positivistas, facto que McCloskey constata como um apoio à sua noção irónica de que a força persuasiva é com frequência tanto mais potente quanto menos evidente ou deliberada é (quanto mais funda e inefável, diríamos, é a sua sedimentação no hábito *formal*, quanto maior é a sua capacidade para suspender a «descrença ontológica» e travar a ironia reflexiva¹⁰⁹).

Debalde se procurarão, pois, no meio da reflexão consciente sobre o método económico os melhores índices de densidade retórica – embora os equívocos deliberados e as conotações irónicas em torno de conceitos-chave como o de «mão invisível» possam fornecer-nos contra-exemplos –; a saturação só é mais evidente no seu uso não-reflexivo, por exemplo na subtil subversão de simples metáforas em postulados da análise económica – as ideias de que há deveras «curvas» da oferta e da procura, de que a conduta económica é assimilável a uma «teoria dos jogos» ou de que existem nela «automatismos», de que há um «bem-estar social» ou um «capital humano» quantificáveis¹¹⁰, de que a realidade económica é particularmente susceptível de modelação, ou de que são discerníveis nos *factos* económicos coisas como «mecanismos de preços», «inflação», «multiplicador», «instrumentos de política» –. Postulados que, numa análise retórica¹¹¹, evidenciam a sua crua natureza de

dedutivo a darem um só exemplo histórico de rejeição de um argumento económico com base: – a) na dedução de implicações observáveis a partir de hipóteses de grau superior, e – b) no confronto dessas implicações com observações efectivas – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 184.

¹⁰⁹ Cfr. Black, Max, *Models and Metaphors*, Ithaca NY, Cornell U.P., 1962, 228.

¹¹⁰ Sendo a quantificação, no entender de McCloskey, a metáfora por excelência da ciência económica – e também um motivo de desconfiança dos leigos, que tendem a desconfiar do modo categórico como grandes colecções de números, não raro de proveniências muito díspares e representativos de realidades dificilmente comparáveis e comensuráveis, são convocadas e alinhadas nos cálculos – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 63.

¹¹¹ De que podem dar-se como exemplos: Cohen, I. Bernard, "Disciplinary History and the Use of Metaphor: Analogy, Homology, & Metaphor in the Interactions Between the Natural Sciences & the Social Sciences, Especially Economics", *Histo-*

metáforas tomadas num sentido literal, não-ornamental¹¹², que se estende em cadeias alegóricas até recobrir todo o domínio daquilo que se aceita serem os procedimentos metodológicos de um ramo de saber¹¹³ – tornando, em suma, a alegoria em algo de profundamente condicionante do que é a identidade racional, consciente, da ciência¹¹⁴: o que faz com que a adopção das «convenções de estilo» da ciência económica acabe por ter um impacto muito mais vasto do que aquele que se lhe as-

ry of Political Economy, 25-Supp. (1993), 7ss.; Mirowski, Philip, *More Heat than Light*, cit. Mais amplamente, Booth, Wayne C., "Metaphor as Rhetoric. The Problem of Evaluation", *Critical Inquiry*, 5 (1978), 49-72; Kaufer, David S. & Christine Neuwirth, "Contrasts between Ironic and Metaphoric Understanding. An Elaboration of Booth's Observations", *Western Journal of Speech Communication*, 47 (1983), 75-83.

¹¹² O que por sua vez suscita a velha hipótese de o pensamento ser, todo ele, metafórico, no sentido de se mover num quadro referencial cuja validade é puramente *instrumental*, sem que nada possa asseverar-se sobre o seu estatuto ontológico, para além da simples constatação do seu poder *suggestivo*, da sua capacidade pragmática de recriação da «visualização natural» – cfr. Rorty, Richard, *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, cit., 277ss.. Nomeadamente quanto às perplexidades relativas à constatação do enraizamento da metáfora do «capital humano» no próprio senso comum, cfr. Schultz, Theodore, "Are University Scholars and Scientists Free Agents?", *Southern Humanities Review*, 22 (1988), 251-260.

¹¹³ No caso da economia, McCloskey sustenta que há uma gradação de cadeias alegóricas (conjuntos de metáforas e de narrativas) que vão das menos explícitas – o uso de símbolos matemáticos e gráficos – às mais explícitas – a opção deliberada pelo *irrealismo metodológico* e pelo raciocínio contra-factual, o *coeteris paribus*, culminando na grande alegoria que é a concepção da actividade económica como expressão invariável de um interesse egoísta –. Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 78; *If You're So Smart...*, cit., 12. Quanto ao progressivo abandono do pressuposto egoísta, cfr. Axelrod, Robert M., *The Evolution of Cooperation*, N.Y., Basic Books, 1984; *eiusdem*, *The Complexity of Cooperation. Agent-Based Models of Competition and Collaboration*, Princeton NJ, Princeton U.P., 1997; Mansbridge, Jane J. (org.), *Beyond Self-Interest*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1990; Margolis, Howard, *Selfishness, Altruism, and Rationality. A Theory of Social Choice*, Cambridge, C.U.P., 1982; Weisbrod, Burton Allen, *The Nonprofit Economy*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1988; Wolfson, Murray, "Eligo ergo sum. Classical Philosophies of the Self in Neoclassical Economics", *History of Political Economy*, 26 (1994), 297-326.

¹¹⁴ Isto sem esquecer que também há metáforas ornamentais, como aqueles eufemismos com que muitas vezes se procura designar os corolários mais cruéis do mecanicismo económico.

sociaria à primeira vista, e que seja através desses tópicos que emerge a *plausibilidade* das conjecturas acerca do mecanismo básico e da finalidade última do mundo económico¹¹⁵.

Ter a consciência da carga alegórica da ciência económica é aumentar as possibilidades do correspondente policiamento, já que permite detectar o uso ilegítimo das metáforas, medindo o distanciamento entre o seu conteúdo semântico original e as suas derivações no seu terreno adoptivo – o desvio *tropológico* de modos, do literal para o figurativo –¹¹⁶. E é também aumentar a capacidade de progresso da ciência, na medida em que esta fique explicitamente habilitada a lidar com as «*metáforas heurísticas*», ou seja, com aqueles «deslizamentos semânticos» capazes de atrair o espírito para novas formas de

¹¹⁵ Sabe-se que muito do sucesso do marginalismo resultou da convicção de que as curvas matemáticas eram uma representação bastante fiel do *contínuo* da actividade económica – o que é em larga medida fruto da metáfora «*natura non facit saltum*», a qual, não comprovável empiricamente (sujeita como está à subjectividade de um padrão de medida, o que ressalta bem aquando do recurso a valores agregados para as explicações macro-económicas), fizera já tradição com Tissot e Leibniz, e reemerge no frontispício dos *Principles of Economics* de Alfred Marshall. A metáfora oposta, e a hipótese de *descontínuo*, alimenta a análise económica marxista. Mas, como observava Alexander Gerschenkron, "é sempre a mão ordenadora do historiador que cria continuidades e descontinuidades" – Gerschenkron, Alexander, *Continuity in History and Other Essays*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1968, 38. Sobre Alexander Gerschenkron, veja-se a análise detalhada de McCloskey (*If You're So Smart...*, cit., Cap. V: "The Scholar's Story"; *eiusdem*, "Alexander Gerschenkron", *The American Scholar*, 61 (1992), 241ss.). Note-se ainda que não há uma conexão necessária entre *marginalismo* e *incremento do formalismo* na ciência económica: Carl Menger (ao contrário de Walras e Jevons) não recorreu à matemática, e pode mesmo dizer-se que a sua teoria, mais do que não-matemática, é mesmo não-quantitativa. Cfr. Porter, Theodore M., "Rigor and Practicality: Rival Ideals of Quantification in Nineteenth-Century Economics", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, cit., 139.; e ainda: Boos, Margarete, *Die Wissenschaftstheorie Carl Mengers. Biographische und ideengeschichtliche Zusammenhänge*, Wien, H. Böhlau, 1986; Caldwell, Bruce J. (org.), *Carl Menger and His Legacy in Economics*, Durham NC, Duke U.P., 1990; Howey, R.S., *The Rise of the Marginal Utility School, 1870-1889*, Lawrence, Univ. of Kansas Press, 1960; Schabas, Margaret, *A World Ruled by Number. William Stanley Jevons and the Rise of Mathematical Economics*, Princeton NJ, Princeton U.P., 1989.

¹¹⁶ Cfr. Klamer, Arjo & Thomas C. Leonard, "So What's an Economic Metaphor?", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, cit., 20ss..

percepção e de entendimento dos fenómenos (não autorizadas por interpretações literais).

A ciência económica recorre abundantemente aos «teoremas de existência» que importa da matemática: muito do seu raciocínio incide na *possibilidade* de solução para equações representativas de uma economia abstracta ("*blackboard economy*") – mas na possibilidade apenas, bastando-se com a demonstração de que uma solução existe algures no universo matemático, ainda que seja especificamente indeterminável; ou seja, satisfazendo-se com a demonstração de que existe uma solução *única*, sem curar da magnitude das aproximações – dispensando a «retórica da *prova*»¹¹⁷. Ora isso só pode significar que, nesses casos, é ilegítimo o uso de proposições quantitativas para referir o contexto, visto que o que se quantifica é meramente hipotético¹¹⁸ – sendo que nada se assevera acerca

¹¹⁷ O que, numa disciplina tão preocupada com a *comprovação*, pode conduzir a que o rigor probatório seja inutilizado pela displicência na aplicação de resultados – no regresso à dimensão estritamente pragmática, na utilização de valores genuinamente designativos da realidade empírica: "*muita da teoria económica consiste, não (...) em formular e testar hipóteses explícitas sobre situações reais, mas em investigar modelos económicos*" – Gibbard, Allan & Hal R. Varian, "Economic Models", *Journal of Philosophy*, 75 (1979), 664-677 (676). Sobre a desmesurada hipertrofia dos estudos em torno do conceito de «equilíbrio geral» e respectivos corolários, Frank Hahn considera que há algo de escandaloso no dispêndio de energias relativas ao refinamento da análise "*de situações económicas que não há qualquer razão para supôr que alguma vez tenham ocorrido ou venham a ocorrer*" – Hahn, Frank, *Equilibrium and Macroeconomics*, Oxford, Basil Blackwell, 1984, 88. No mesmo sentido, Blaug, Mark, "Afterword", in De Marchi, N. & M. Blaug (orgs.), *Appraising Economic Theories*, cit., 509, ou mais recentemente o artigo de John Cassidy, "The Decline of Economics", *The New Yorker*, 2/12/96, 50-60 (onde se sustenta que, de um ponto de vista de utilidade social, os economistas estão sobreavaliados – defendendo-se uma redução drástica dos programas de doutoramento em economia e a abolição do Prémio Nobel, encarados ambos como razões principais para o crescente adensamento teórico e para a progressiva perda de relevância prática dos estudos económicos).

¹¹⁸ Neste ponto, McCloskey toma por alvo principal o «*blackboard marxism*» que ele entende particularmente bem ilustrado na obra de Bowles, Samuel & Herbert Gintis, "Contested Exchange. New Microfoundations of the Political Economy of Capitalism", *Politics and Society*, 18 (1990), 165-222. Mas podia ter escolhido um alvo mais amplo, o do formalismo económico em geral, bastando lembrarmos uma

do *mundo*, firmando-se apenas a *consistência* das proposições¹¹⁹, num hábito de pensamento que Maurice Allais não hesitou já em designar como de «totalitarismo escolástico»¹²⁰, e que não é mais do que a deliberada atrofia teórica que busca «certezas» através da redução do seu objecto – o proverbial «Leito de Procrusto» –¹²¹.

McCloskey encontra, por outro lado, a oportunidade para enaltecer o explícito casuísmo de Ronald Coase, porque vê nele expressa a intenção de descoberta das histórias, das metáforas, da lógica e dos factos mais adequados à explicação de cada problema por si, sem o escopo obsessivo e reducionista de, elegendo um elemento de análise em detrimento dos demais, encontrar *teoremas* para a «engenharia social»; porque vê nele aquela clarividência científica que não se apressa em concluir que os *princípios* são mais importantes do que os *casos* – lamentando, em contrapartida, aquela perversão da «*law and economics*» que insistiu em associar «teoremas» ao nome de Coase, e em retirar dessa circunstância corolários políticos¹²².

observação de Edgeworth, segundo a qual o que se visava no formalismo era "não tanto uma aritmética política como uma espécie de álgebra económica, na qual o problema não é determinar x ou y em termos de quantidades dadas, mas antes estabelecer relações quantitativas mais difusas do tipo: x é maior ou menor do que y , e aumenta ou diminui com os aumentos de z " – Edgeworth, Francis Ysidro, "Points at Which Mathematical Reasoning Is Applicable to Political Economy", *Papers Relating to Political Economy. II*, N.Y., Burt Franklin, 1970, 274 (1889). Cfr. Edgeworth, F.Y., *Edgeworth on Chance, Economic Hazard, and Statistics* (Philip Mirowski, ed.), Lanham Md., Rowman & Littlefield, 1994.

¹¹⁹ A qual só tem um valor *absoluto* na opinião rigorista dos mais inflamados cultores do formalismo matemático, entre os quais se destacaria Gerard Debreu. Deste: "Economic Theory in the Mathematical Mode", *American Economic Review*, 74 (1984), 267-278; *Mathematical Economics. Twenty Papers of Gerard Debreu*, Cambridge, C.U.P., 1983; "The Mathematization of Economic Theory", *American Economic Review*, 81 (1991), 1-7. Contra Debreu, McCloskey usa a velha *boutade* de Einstein: "a elegância é para os alfaiates" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, *cit.*, 176.

¹²⁰ Allais, Maurice, "My Life Philosophy", *The American Economist*, 33 (1989), 13.

¹²¹ Cfr. Summers, Lawrence, "The Scientific Illusion in Empirical Economics", *Scandinavian Journal of Economics*, 93 (1991), 27-39.

¹²² Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, *cit.*, 147. A referência é a Coase,

Mas esse passo para a consideração não-ornamental da metáfora é tudo menos inadvertido: ele resulta da consideração de uma mais profunda habilidade do procedimento metafórico para trazer à luz, através de uma incidência oblíqua, realidades não discerníveis através do emprego comum e directo da linguagem¹²³. Tudo está, pois, em proceder a uma transposição semântica, usando a linguagem própria de um domínio para designar um outro, estabelecendo sugestivos *isomorfismos* entre eles (ou, de outro prisma, consagrando uma identidade que seja entendida como conceito *relacional*)¹²⁴ – sem se cair na armadilha de falácias indutivas, como a falsa analogia («*governar um país é como governar uma casa, logo...*»¹²⁵). Mais do que de fertilização cruzada ou de cooperação interdisciplinar, do que se trata neste procedimento metafórico é de habilitar cada uma das disciplinas – e mormente as mais dotadas de uma

R.H., "The Problem of Social Cost", *Journal of Law and Economics*, 3 (1960), 1-44.

¹²³ Nesse sentido, e pese as reticências de McCloskey, parece de aceitar a observação de Cristina Bicchieri, de que a metáfora científica tende para o uso excessivo, recorrente, para a saturação – cfr. Bicchieri, C., "Should a Scientist Abstain from Metaphor?", in Klamer, Arjo, Robert M. Solow & Donald N. McCloskey (orgs.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, Cambridge, C.U.P., 1988, 113; McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 45.

¹²⁴ Essa dimensão alegórica pode até ter o alcance prático de condicionar condutas – quando, por exemplo, a designação de uma situação de concorrência internacional como «guerra comercial» assume uma aparência legitimadora de genuínas atitudes belicistas –. Isso sucede no caso de Lester Thurow, que, ao sugerir, *contra* Adam Smith, que não há vantagens mútuas nas trocas, e que por isso o comércio internacional é um caso de «*jogo de soma nula*», em que o ganho de um país só pode ser suportado pela perda do seu parceiro na troca, se inclina para legitimar uma política comercial agressiva e potencialmente chauvinista – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 4, 156ss.; *eiusdem*, *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 47ss.; Thurow, Lester C., *The Zero-Sum Solution. Building a World-Class American Economy*, N.Y., Simon & Schuster, 1985. Cfr. ainda: Thurow, Lester, "A New Economic Game", in Goddard, C. Roe, John T. Passé-Smith & John G. Conklin (orgs.), *International Political Economy. State-Market Relations in the Changing Global Order*, Boulder Col., Lynne Rienner, 1996, Cap. IX; *eiusdem*, *Head to Head. The Coming Economic Battle Among Japan, Europe, and America*, N.Y., Morrow, 1992.

¹²⁵ Cfr. Barker, Stephen Francis, *The Elements of Logic*, N.Y., McGraw-Hill, ⁵1989, 192; Cederblom, J.B. & D.W. Paulsen, *Critical Reasoning*, cit., 257.

linguagem peculiar e sugestiva – a uma expansão imperialista, extravasando do seu confinamento referencial numa investida unilateral. O exemplo mais sugestivo da tendência nos domínios da ciência económica é, por consenso geral, o de Gary Becker – que McCloskey não se esquece de mencionar, designando-o muito apropriadamente como "o Kipling do império económico"¹²⁶ –, que instaurou um novo modo de conversão do arsenal analítico da ciência económica em chave de penetração omnímoda nos domínios do humano e do social¹²⁷. E o exemplo mais moderno é o da «economia do conhecimento científico», o recurso ao arsenal analítico da ciência económica para

¹²⁶ McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 76.

¹²⁷ Cfr., de Gary Stanley Becker: *A Treatise on the Family*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1991 (1981); *Accounting for Tastes*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1996; "Crime and Punishment: An Economic Approach", in Becker, Gary S. & William M. Landes (orgs.), *Essays in the Economics of Crime and Punishment*, N.Y., NBER - Columbia U.P., 1974, Cap. I; *Economic Theory*, N.Y., A.A. Knopf, 1971; *Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 31993 (1964); *The Economic Approach to Human Behavior*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1976; *The Economics of Discrimination*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 21971 (1957); "Underinvestment in College Education?", in Phelps, Edmund S. (org.), *The Goal of Economic Growth*, N.Y., Norton, 1969, Cap. XI; e também: Becker, Gary Stanley & al., *Discrimination, Affirmative Action, and Equal Opportunity. An Economic and Social Perspective*, Vancouver, Fraser Institute, 1981; Becker, Gary Stanley & Guity Nashat Becker, *The Economics of Life. From Baseball to Affirmative Action to Immigration, How Real-World Issues Affect Our Everyday Life*, N.Y., McGraw-Hill, 1997; Ghez, Gilbert R. & Gary S. Becker, *The Allocation of Time and Goods Over the Life Cycle*, N.Y., NBER - Columbia U.P., 1975. Sobre Gary Becker: Elster, Jon, "More than Enough: Accounting for Tastes. Gary S. Becker", *University of Chicago Law Review*, 64 (1997), 749ss.; Iannaccone, Laurence R., "Household Production, Human Capital, and the Economics of Religion", in Tommasi, Mariano & Kathryn Ierulli (orgs.), *The New Economics of Human Behavior*, Cambridge, C.U.P., 1995, Cap. XI; Oi, Walter Y. "Gary Becker. Expanding the Scope of Economics", *Economic Inquiry*, 36 (1998), 444ss.; Peters, H. Elizabeth, "An Economic Approach to the Study of Child Well-Being. Gary Becker on Altruism and Household Production", *Journal of Family Issues*, 16 (1995), 587ss.; Shackleton, J.R., "Gary S. Becker, the Economist as Empire-BUILDER", in Shackleton, J.R. & Gareth Locksley (orgs.), *Twelve Contemporary Economists*, London, Macmillan, 1981, Cap. I; Shulman, Steven, "Metaphors of Discrimination: A Comparison of Gunnar Myrdal and Gary Becker", *Review of Social Economy*, 50 (1992), 432ss..

explicar a evolução histórica das ciências (especificamente as particularidades da sua produção, circulação e consumo)¹²⁸.

Compreender-se-á, a esta luz, que a formalização, a matematização da ciência económica – um dos pontos salientes do advento do *modernismo* metodológico e a porta de entrada para a *profissionalização* dos economistas¹²⁹ – possa dar-se como pouco mais do que uma apropriação metafórica não-ornamental de tropos encontrados noutras disciplinas como a matemática ou a física – se dermos de barato que essa apropri-

¹²⁸ Cfr. Dasgupta, Partha, "The Welfare Economics of Knowledge Production", *Oxford Review of Economic Policy*, 4 (1988), 1-12; Dasgupta, Partha & Paul David, "Toward a New Economics of Science", *Research Policy*, 23 (1994), 487-521; Davis, John B., "The Fox and the Henhouses. The Economics of Scientific Knowledge", *History of Political Economy*, 29 (1997), 741-746; Diamond, Arthur, "Economic Explanations of the Behavior of Universities and Scholars", *Journal of Economic Studies*, 20 (1993), 107-133; *eiusdem*, "Science as a Rational Enterprise", *Theory and Decision*, 24 (1988), 147-167; Friedman, Michael, "Objectivity and History. Philip Kitcher, *The Advancement of Science. Science without Legend, Objectivity without Illusions*", *Erkenntnis*, 44 (1996), 379ss.; Gibbons, M. & B. Wittrock (orgs.), *Science as a Commodity. Threats in the Open Community of Scholars*, Harlow, Longman, 1985; Hands, D. Wade, "Conjectures and Reputations. The Sociology of Scientific Knowledge and the History of Economic Thought", *History of Political Economy*, 29 (1997), 695-740; *eiusdem*, "Social Epistemology Meets the Invisible Hand: Kitcher on the Advancement of Science", *Dialogue*, 34 (1995), 605-621; Kitcher, Philip, *The Advancement of Science. Science without Legend, Objectivity without Illusions*, Oxford, O.U.P., 1993; Lawson, Tony, *Economics and Reality*, London - N.Y., Routledge, 1996; Machamer, Peter, "Kitcher and the Achievement of Science", *Philosophy and Phenomenological Research*, 55 (1995), 629ss.; Mirowski, Philip, "The Economic Consequences of Philip Kitcher", *Social Epistemology*, 10 (1996), 153-169; Pickering, Andrew, *The Mangle of Practice. Time, Agency, and Science*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1995; Roorda, Jonathan, "Kitcher on Theory Choice", *Erkenntnis*, 46 (1997), 215ss.; Shapere, Dudley, "Kitcher on Advancing Science", *Philosophy and Phenomenological Research*, 55 (1995), 647ss.; Stephan, Paula, "The Economics of Science", *Journal of Economic Literature*, 34 (1996), 1199-1262.

¹²⁹ Cfr. Coats, A.W., "Sociological Aspects of British Economic Thought (ca. 1880-1930)", *Journal of Political Economy*, 75 (1967), 706-729; Maloney, John, *Marshall, Orthodoxy, and the Professionalisation of Economics*, Cambridge, C.U.P., 1985; Stigler, George, *The Economist as Preacher and Other Essays*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1982 (o Cap. "The Adoption of the Marginal Utility Theory", 72-85).

ção se fez sem deturpações demasiado graves¹³⁰ –; e que se diga que, no caso, a expansão imperialista do «modo narrativo» destas determinou uma absorção pelo âmbito metafórico daquela (com uma correspondente retracção). Concluir-se-á que o recurso aos paradigmas matemáticos pelo economista releva do mesmo tipo de «licença literária» que advém da importação dos tradicionais tropos retóricos importados da literatura¹³¹ – o

¹³⁰ O que não é a conclusão a que chega Philip Mirowski, que emite um juízo negativo sobre a ciência económica neoclássica, partindo do princípio de que toda ela está de algum modo associada a equívocos ocorridos na importação, por Walras, dos paradigmas científicos da física; ponto em que expressamente retoma algumas críticas formuladas contra Walras por Joseph Bertrand e Hermann Laurent, e contra Pareto pelo mesmo Hermann Laurent e Vito Volterra – cfr. Mirowski, Philip, *More Heat than Light*, cit., 242-254; Mirowski, Philip & Pamela Cook, "Walras' «Economics and Mechanics»: Translation, Commentary, Context", in Samuels, W. (org.), *Economics as Discourse*, cit., 189-215 (temperando um pouco as conclusões de Mirowski, considerando que ele exagera, veja-se a recensão de Hal Varian a *More Heat than Light*, no *Journal of Economic literature*, 29 (1991), 595-596). Veja-se também a análise que I. Bernard Cohen faz dos erros incríveis em que ocorreu Henry Carey na sua interpretação do newtonismo – estando Carey convicto, por exemplo, de que Newton asseverava que era a gravidade de cada um dos planetas que contrariava a força centrípeta do Sol (equivalendo-se as forças centrípeta e centrífuga) – cfr. Cohen, I. Bernard, "Newton and the Social Sciences, with Special Reference to Economics, or, The Case of the Missing Paradigm", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, cit., 64.

¹³¹ A referida «licença» deve ser interpretada *cum grano salis*, visto que nenhuma narrativa, mesmo a ficcional, pode dispensar inteiramente um grau de plausibilidade que a torne inteligível ao leitor – incluindo a referência a leis causais subentendidas na nossa capacidade de designarmos o mundo exterior através da linguagem (leis que sejam *lugares comuns*). Por exemplo, mesmo nas «viagens no tempo» é comum que se pretenda explorar as virtualidades contra-factuais da rectificação do passado, mas tornar-se-ia ininteligível que os protagonistas pudessem, no próprio contexto imediato da eficácia das suas acções, violar a regra básica da causalidade segundo a qual o futuro não pode afectar o passado (ou o desfecho da acção preceder a deliberação para agir) – sem embargo da figura de estilo que consiste na alteração deliberada da ordem temporal dos factores (o «*hysteron proteron*»). Cfr. Benthem, J.F.A.K. van, *The Logic of Time. A Model-Theoretic Investigation into the Varieties of Temporal Ontology and Temporal Discourse*, Dordrecht, Kluwer, ²1991; Faye, Jan, "Causation, Reversibility and the Direction of Time", in Faye, Jan, Uwe Scheffler & Max Urchs (orgs.), *Perspectives on Time*, Boston, Kluwer, 1997, Cap. XI; Hilton, Denis J., "Logic and Language in Causal Explanation", in Sperber, Dan, David Premack & Ann J. Premack (orgs.), *Causal Cognition. A Multidisciplinary Debate*, Oxford, Clarendon, 1995, Cap. XVI; Ohrstrom, Peter & Per F.V. Hasle,

que se torna particularmente transparente naqueles momentos críticos em que duas teorias formais se entrecrocaram, e no embate se vêm forçadas a explicitar os seus apoios metafóricos¹³². O que decide em última instância essas contendas intelectuais é a riqueza sugestiva dos tropos que apoiam os argumentos em contenda – pois só esses têm autêntica eficácia persuasiva –: metáforas, metonímias, sinédoques e ironias são tanto ou mais facilmente detectáveis em relações simbólicas e quantificadas do que o são nas suas correspondentes transliterações em «linguagem natural»¹³³; sendo que a relação simbólica e quantifi-

Temporal Logic. From Ancient Ideas to Artificial Intelligence, Dordrecht, Kluwer, 1995.

¹³² O que, no entender de McCloskey, teria acontecido no «Debate das duas Cambridge» (a inglesa e a de Massachusetts) dos anos 60, em torno da admissibilidade do conceito de «*função de produção agregada*» – um combate de iluminações recíprocas, até à mútua exaustão, visto que nenhum das escolas contendoras achou apropriado prosseguir o debate no nível a que imperceptível mas inequivocamente se tinha chegado: o da adequação pragmática de um conceito cuja impossibilidade tinha sido matematicamente provada (dentro de um contexto de referência, o da «*economia agregada*», cuja comprovação estatística também já se tinha dado por impraticável), e cujo alcance era, afinal e só, o de uma metáfora – de uma forma de argumento que o *modernismo* julga ser capaz de remeter para a irrelevância. Sobre o assunto, cfr. Hausman, Daniel, *Capital, Profits, and Prices. An Essay in the Philosophy of Economics*, N.Y., Columbia U.P., 1981; e ainda, de uma perspectiva mais recente: Aiginger, Karl, *Production and Decision Theory Under Uncertainty*, Oxford, B. Blackwell, 1987; Borghlin, Anders, *Optimality in Infinite Horizon Economies*, Berlin, Springer, 1986; Tinbergen, Jan, *Production, Income, and Welfare. The Search for an Optimal Social Order*, Lincoln, Univ. of Nebraska Press, 1985.

¹³³ É o que McCloskey tenta provar na sua análise do artigo de Robert Solow, "Technical Change and the Aggregate Production Function" (*Review of Economics and Statistics*, 39 (1957), 312-320, reimp. in Zellner, Arnold, *Readings in Economics and Statistics and Econometrics*, Boston, Little Brown, 1968, 349ss.) – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 83-86. Entendamos por *metáfora* a comparação implícita de conceitos que é alcançada através do uso figurativo (não-literal) de termos – o que está já parcialmente alcançado no recurso a notações *simbólicas* que recubram indiferentemente ciências com domínios referenciais distintos –; por *metonímia* a substituição de um termo por outro que ele contextualmente sugere – o próprio cerne de uma notação *simbólica* –; por *sinédoque* uma forma de metonímia em que a compreensão é alcançada através da combinação de expressões, ou da sua comparação em termos de *parte* e de *todo* – o que é facilitado no recurso a notações *quantitativas*, nas quais os termos sejam *factores de cálculo* uns dos outros –; e por *ironia* a inversão do uso semântico normal de um termo, gerando uma di-

cada tem apenas a virtude – quando a tem – de tornar mais transparentes alguns argumentos, na sua forma e nas suas implicações semânticas, impedindo ocasionalmente que a falta de nitidez torne incompreensíveis as questões subjacentes ao jogo de palavras, à medida que a análise vá detectando o aumento de complexidade dos problemas¹³⁴.

A conclusão incontornável é a de que a metáfora está profundamente implantada na linguagem científica¹³⁵, e que é tarefa vã tentar expurgar dela a ciência económica, sobretudo se isso envolve o recurso a uma via tão profundamente alegórica como o é a matemática – ainda que a fácil percepção do carácter convencional dos símbolos matemáticos possa ajudar à tomada de consciência acerca da cadeia alegórica de que se alimenta toda a expressão comunicativa, obstando a que o uso inadvertido de metáforas se converta num sucedâneo para o raciocínio (como sucede habitualmente naquelas circunstâncias em que o conteúdo do pensamento é toldado por uma barragem de ideias e frases feitas, de fórmulas universais, o que é frequente na degeneração ideológica do discurso científico¹³⁶).

vergência entre o sentido literal e o sentido *real* ou *contextual* dos termos – um meio «metatropológico» que assegura a margem de auto-consciência necessária à deliberação de uso dos demais tropos (mais simplesmente, a margem de *artifício* ínsita no recurso à retórica; como «tropo de salto», a *antífrase*, ela é o preciso inverso da metáfora, que busca, *sem artifício*, uma transposição de domínios semânticos assente em similitudes) –.

¹³⁴ Nesse aspecto se dirá que o discurso pode ficar relativamente mais imunizado contra uma das falácias mais comuns na ágora, a da «superficialidade espúria» – uma variante do argumento «*ad hominem*» que pega em palavras empregues na discussão e concentra a réplica nelas, apegando-se ao «jogo de palavras», à *logomaquia* (proposição: "*existem argumentos económicos contra o intervencionismo estadual*"; réplica: "*mas o que é que você entende por Economia?*" , ou "*o que é que você entende por Estado?*" , ou "*o que é que você entende por intervenção?*").

¹³⁵ A implantação pode chegar até à formação de «metáforas mortas», o fenómeno pelo qual certas palavras perdem toda a sua carga metafórica no momento em que ingressam na linguagem comum: como nos exemplos de «*arranha-céus*», de «*leito do rio*», etc.. Cfr. Turbayne, Colin M., *Myth and Metaphor*, New Haven, Yale U.P., 1962.

¹³⁶ Como tem sucedido, na formação ideológica de teses de política económica, com as intermináveis litanias acerca da «mão invisível», ou acerca da «produtividade

Em suma, o uso irónico da linguagem «científica» assegura dialecticamente a consciência do modo *perenemente* problemático como a linguagem desempenha as suas funções *designativas*: ele aponta pragmaticamente para a incompetência «numenal» de todo o simbolismo, denunciando o absurdo das convicções que se estribam em meras *designações*¹³⁷ – porque é possível que a linguagem não tenha a virtualidade de *designar* ou de *transmitir* um significado substancial que lhe seja externo ou prévio, mas apenas a capacidade de gerar um significado no entrecruzar de esforços comunicativos entre um transmitente e um transmissário *concretos* (a atribuição de significado é um hábito, no qual fazem sentir todo o seu peso o condicionamento cultural, a convenção social¹³⁸). Neste sentido, ter-se-á por impossível uma economia sem retórica, tudo se jogando, pois, no grau com que a linguagem «científica» da economia combina genuínas designações (apelos à corroboração empírica e à legitimação lógica) com o uso deliberado de tropos visando a simples *eficiência persuasiva* de auditórios reais¹³⁹.

V- SOBRE A ESPERTEZA DOS PROFESSORES DE ECO-

marginal» – convertidos em verdadeiros *arquétipos* da linguagem económica e política, fontes inesgotáveis de convicções não-analisadas.

¹³⁷ Cfr. White, Hayden, *Metahistory, cit.*, 37. Isto sem embargo da longa tradição filosófica, iniciada no *Crátilo* platónico e exaltada nas teses realistas da «Querela dos Universais», de admitir às palavras um certo grau de «eponímia», de similitude entre o signo e a coisa designada – cfr. Genette, Gérard, *Mimologiques. Voyage en Cratylie*, Paris, Seuil, 1976, 25ss..

¹³⁸ Ainda que se admita o interesse analítico da concepção de um utilizador ideal da linguagem, dotado de uma «competência» para a geração de proposições correctas do ponto de vista gramatical e absolutamente novas – no sentido de não geradas num contexto de necessidade *real* de comunicação –, através de uma iteração recursiva de regras simples de transformação proposicional (e desprovidas de qualquer conteúdo semântico): afinal, a conjectura de Chomsky. Cfr. Radford, Andrew, *Transformational Syntax. A Student's Guide to Chomsky's Extended Theory*, Cambridge, C.U.P., 1981.

¹³⁹ Cfr. Cosgel, Metin M., "Rhetoric in the Economy. Consumption and Audience", *Journal of Socio-Economics*, 21 (1992), 363ss..

NOMIA

A «Pergunta Americana» pragmatista – "Se és tão esperado, porque é que não és rico?" – conduz McCloskey à análise da importante inflexão teórica que representa, no domínio da ciência económica, o advento da corrente das «*rational expectations*»¹⁴⁰ – inflexão essa que é considerada como eminentemente retórica.

O ponto focal da sua análise é o artigo pioneiro de John Muth¹⁴¹; neste, a cadeia argumentativa começa com a asserção, simples e intuível, de que a predição de condições económicas é imediatamente condicionante da conduta presente – fazendo-se apelo à racionalidade do leitor, que se julga imune àquela «viscosidade reactiva» que tradicionalmente se postulava como limitação fundamental do comportamento dos agentes económicos. O novo argumento, no entender de McCloskey, é mais persuasivo do que o argumento tradicional, que deixava implícito que, sendo os agentes económicos lentos nas suas reac-

¹⁴⁰ A expressão surge por «catacrese» – o movimento de integração de lacunas vocabulares através de metáforas: cfr. Klamer, Arjo & Thomas C. Leonard, "So What's an Economic Metaphor?", in Mirowski, P. (org.), *Natural Images in Economic Thought*, cit., 45.

¹⁴¹ Muth, John, "Rational Expectations and the Theory of Price Movements", *Econometrica*, 29 (1961), 315-335. Para um conspecto actualizado sobre o tema, cfr. ainda: Anand, Paul, *Foundations of Rational Choice Under Risk*, Oxford, Clarendon, 1993; Hogarth, Robin M. & Melvin Warren Reder (orgs.), *Rational Choice. The Contrast Between Economics and Psychology*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1987; Lucas, Robert E. & Thomas J. Sargent (orgs.), *Rational Expectations and Econometric Practice*, 2 vols., Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 1981; Madsen, J.B., "Formation of Inflation Expectations: From the Simple to the Rational Expectation", *Applied Economics*, 28 (1996), 1331ss.; Sargent, Thomas J., "Expectations and the Nonneutrality of Lucas", *Journal of Monetary Economics*, 37 (1996), 535ss.; *eiusdem*, *Rational Expectations and Inflation*, N.Y., Harper & Row, 1986; Shackle, George L.S. & J.L. Ford, *Time, Expectations, and Uncertainty in Economics. Selected Essays*, Aldershot, E. Elgar, 1990; Shaw, Graham K., *Rational Expectations. An Elementary Exposition*, Brighton, Wheatsheaf, 1984; Sheffrin, Steven M., *Rational Expectations*, Cambridge, C.U.P., 2^a1996; Vickers, Douglas, *Economics and the Antagonism of Time. Time, Uncertainty and Choice in Economic Theory*, Ann Arbor Mich., Univ. of Michigan Press, 1994.

ções, caberia à «esperteza dos professores de economia» sondar essa lentidão e explorar as virtualidades do respectivo desfasamento temporal – essencialmente convertendo a política económica numa espécie de «rectificação providencial» que permitiria aproximar os resultados das condutas dos agentes económicos daquela posição *óptima* que eles atingiriam se não fosse a supramencionada «viscosidade», e autorizando, em conformidade, a aplicação de toda a espécie de fórmulas de dirigismo económico à ordenação de condutas mal informadas e essencialmente manipuláveis (já para não falarmos das objecções de Robert Lucas com teor mais filosófico, segundo as quais um futuro previsível, por ser necessariamente determinista, tornaria irrelevante qualquer medida de política económica)¹⁴². E porquê mais persuasiva? Basicamente por causa da «Pergunta Americana», enquanto denúncia da noção de que os economistas ocupariam uma posição privilegiada na presciência da evolução económica futura¹⁴³.

Teria sido o artigo de Muth a determinar essa crucial inflexão nas pretensões dos economistas, que se viram forçados a conceder – porque não são *tão ricos* como o seriam se tivessem deveras conhecimentos privilegiados acerca da evolução futura dos mercados¹⁴⁴ – que lhes não estava reservada (nem sequer

¹⁴² Observa Preston Miller acerca da «Revolução das Expectativas Racionais»: "Antes da revolução, a política macro-económica era encarada como um problema de engenharia. Guiar a economia era como dirigir uma nave espacial" – cfr. Miller, Preston J. (org.), *The Rational Expectations Revolution. Readings from the Front Line*, Cambridge Mass., MIT Press, 1994, xiii.

¹⁴³ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 87ss.. McCloskey considera que tudo parte de uma história mal contada, de «banha da cobra» («snake oil»): um leitor pobre abre o jornal e encontra lá um artigo redigido por um sábio economista que, por qualquer razão (inexplicada) resolveu partilhar os seus conhecimentos privilegiados sobre o futuro, não apenas com o leitor mas também com mais alguns milhões de leitores; e em resultado da utilização desses conhecimentos (e sem mais esforço) o leitor torna-se rico – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 3.

¹⁴⁴ Sem prejuízo de alguns professores de economia terem efectivamente prosperado: só que geralmente através da prestação de informações a terceiros ("sob forma de modelos, de equações estatísticas e de conversa cativante"), não através do uso directo dessas informações para proveito próprio e exclusivo. Essa subtilidade escapou

cometida ou autorizada) a tarefa de áugures, mas antes a de simples intérpretes de uma *ciência social* como as demais, uma ciência especialmente vocacionada para a *descrição* de condutas de agentes cujos atributos e horizonte referencial não são radicalmente distintos dos dos seus espectadores, nem são de modo algum *pragmaticamente inferiores* às teorias científicas que se lhes reportam: todos partilhando de um «senso comum» que Muth optou por designar por «racionalidade»¹⁴⁵.

Isso não significa que se pretenda negar a existência de previsões económicas¹⁴⁶, mas apenas que se quer recusar a es-

aparentemente a Alexander Rosenberg, que argumenta (na forma «*tu quoque*») que McCloskey se deveria ter coibido de *prever* que nenhuma previsão será rentável – quando McCloskey está a atacar a *rendibilidade extraordinária* das previsões, mas não a respectiva *possibilidade*. Cfr. Rosenberg, Alexander, *Economics – Mathematical Politics or Science of Diminishing Returns?*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1992, 54. Nesse aspecto, observa ainda McCloskey, é possível reabilitar algum do pragmatismo do sofista Sócrates, que essencialmente consistia, contra a opinião dos socráticos, em aferir o valor dos argumentos pelo teste do mercado – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 119, 124. Cfr. também: McComiskey, Bruce, "Neo-Sophistic Rhetorical Theory. Sophistic Precedents for Contemporary Epistemic Rhetoric", *Rhetoric Society Quarterly*, 24 (1994), 16ss.; Papillion, Terry, "Isocrates' *Techne* and Rhetorical Pedagogy", *Rhetoric Society Quarterly*, 25 (1995), 149ss..

¹⁴⁵ Uma explicação *causal* subjaz a esta tese: é a de que, quando os agentes económicos produzem os seus resultados de acordo com uma conduta *racional*, o futuro acaba por ser aquilo que eles *em média* previram que ele fosse – cfr. Forges, Françoise & Enrico Minelli, "Self-Fulfilling Mechanisms and Rational Expectations", *Journal of Economic Theory*, 75 (1997), 388ss..

¹⁴⁶ Mas já é possível negar a previsibilidade da evolução da ciência económica, visto que, como deixaram abundantemente demonstrado Karl Popper e Alasdair MacIntyre, conhecer o futuro da ciência seria antecipar a ciência do futuro. Cfr. MacIntyre, Alasdair C., *After Virtue. A Study in Moral Theory*, Notre Dame Ind., Univ. of Notre Dame Press, 1981; Popper, Karl Raymund, *The Logic of Scientific Discovery*, London - N.Y., Routledge, 1992 (1934). Há uma curiosa coincidência temporal com a obra de Gaston Bachelard em que se punha ênfase na descontinuidade da evolução científica (com a tese de que, na ciência, toda a novidade é revolucionária, o que coincide aproximadamente com a questão da imprevisibilidade – cfr. Bachelard, Gaston, *Le Nouvel Ésprit Scientifique*, Paris, P.U.F., 1934). Cfr. também: Boland, Lawrence A., *Critical Economic Methodology. A Personal Odyssey*, London - N.Y., Routledge, 1997 (os Caps. XIX e XX, "Understanding the Popperian Legacy in Economics" e "Scientific Thinking without Scientific Method. Two Views of Popper"); Fuller, Michael B., *Making Sense of MacIntyre*, Aldershot, Ashgate, 1998;

tas um estatuto de conhecimento privilegiado, com base no qual passasse a haver uma oportunidade autónoma de ganho económico *regular*, através de um conhecimento sistemático, justificado, barato e explícito. O máximo que se consegue, segundo esta perspectiva, é chegar a uma extrapolação baseada em dados *normais*, e a previsões estatisticamente correctas – a um conhecimento que está imediatamente disponível à racionalidade de qualquer agente económico, e não a um tipo de informação *escassa*, sobre o qual fosse possível especular e obter lucros *extraordinários*¹⁴⁷. O cerne das «expectativas racionais» está, pois, na sugestão de que as pessoas não são geralmente tão estúpidas que seja fácil surpreendê-las constantemente – e se não é possível surpreendê-las, impossível se torna manipulá-las; impossível se torna aquela exploração minuciosa das oportunidades económicas («*fine tuning*») que a previsão parecia prometer. Na palavras de McCloskey, "*os economistas insistem na exposição de cenários inacreditavelmente detalhados aos microfones das reportagens televisivas, mas no seu íntimo eles sabem que estão errados*"¹⁴⁸.

Para McCloskey, o que há de irónico no artigo de Muth é o facto de ele usar abertamente a linguagem do cientismo e do positivismo – recorrendo à formalização matemática até ao ponto da obscuridade – para colocar em posição tão crítica uma das traves mestras da visão *modernista* da ciência: a pretensão a uma eficácia preditiva excepcional medida em termos pura-

Horton, John P. & Susan Mendus (orgs.), *After MacIntyre. Critical Perspectives on the Work of Alasdair MacIntyre*, Cambridge, Polity, 1994; McMylor, Peter, *Alasdair MacIntyre: Critic of Modernity*, London - N.Y., Routledge, 1994.

¹⁴⁷ Mesmo que assim não fosse, a simples possibilidade de entrada e saída irrestritas no mercado da oferta do trabalho especializado dos economistas cedo gravitaria marginalmente em direcção ao nível mínimo do «*lucro normal*», o limiar de subsistência dos professores de economia – por dispersão do conhecimento a favor dos recém-chegados, sendo que essa mesma dispersão é inevitável, dado que é ela que permite a evolução da ciência económica – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 90.

¹⁴⁸ McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 122.

mente pragmáticos. O que constituiria um exemplo rematado de eficácia retórica preter-intencional, amplificada pela persuasão social que (retardada embora no caso particular de Muth) a teoria alcançou junto de grupos de economistas, que lhe adoptaram e exploraram as conclusões, transformadas em artigos de fé para alguns, ou em simples tropos para uma contenda interminável (para os mais auto-conscientes cultores da retórica)¹⁴⁹. A analogia, não comprovada mas crucial para Muth, entre bens comuns e informação acerca do futuro – como objectos de produção, de afectação, de planificação – não é, no final, alicerce para uma «prova» no sentido modernista, no sentido de via de acesso a uma Verdade derradeira ou crepuscular: ela é, como toda a prova de todo o teorema, uma manipulação de conceitos que visa progredir na iluminação de uma conjectura, de um objecto problemático. Porque, em suma, pode haver uma intuição, um senso comum, reportados ao «*indubitável*» – mas o esforço da ciência há-de dirigir-se, e ser impelido, por graus variáveis de dúvida e persuasão, nos quais todos, agentes económicos e professores de economia, se encontram pragmaticamente irmanados¹⁵⁰. Quanto ao resto – há que deixá-lo bem claro –, a «Pergunta Americana» não destrói toda a legitimidade da modelação mecanicista do comportamento económico, quer como paradigma de explicação causal do passado, quer como base para previsões de rotina; ela evidencia apenas a inutilidade dessa modelação para conferir a quem quer que seja uma vantagem significativa assente no conhecimento do futuro¹⁵¹.

¹⁴⁹ Note-se que o próprio advento da escola das «*rational expectations*» já foi usado para comprovar o irrealismo da teoria de Lakatos, cujos contornos contradiz – cfr. Maddock, Rodney, "The Development of New Classical Macroeconomics. Lessons for Lakatos", in De Marchi, N. & M. Blaug (orgs.), *Appraising Economic Theories*, cit., 335-359.

¹⁵⁰ Cfr. Quinn, Kevin, "A Rhetorical Conception of Practical Rationality", *Journal of Economic Issues*, 30 (1996), 1127ss..

¹⁵¹ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 72ss..

VI- O LEITOR E A «DENSIDADE RETÓRICA» DO TEXTO ECONÓMICO

A atenção de McCloskey centra-se na sua área de eleição – a história económica¹⁵² – para ilustrar de forma particularmente vívida o enraizamento de cadeias analógicas no discurso científico, visto que naquela área disciplinar existem pelo menos duas tradições retóricas distintas, a económica e a histórica, que colaboram no aguçar da eficácia persuasiva, como se se tratasse das duas lâminas de uma tesoura. O exemplo mais rematado que encontra de *densidade retórica* é o da tese de Robert W. Fogel, um dos pioneiros da «cliometria», acerca da *irrelevância* dos caminhos de ferro para o crescimento económico da América oitocentista¹⁵³: sem sombra de dúvida, uma

¹⁵² Cfr., de Donald / Deirdre McCloskey: "1066 and a Wave of Gadgets. The Achievements of British Growth", in Gouk, Penelope (org.), *Wellsprings of Achievement. Cultural and Economic Dynamics in Early Modern England and Japan*, Brookfield Vt., Variorum, 1995, Cap. VI; "Does the Past Have Useful Economics?", in AA.VV., *Historical Perspectives on the American Economy. Selected Readings*, Cambridge, C.U.P., 1995, Cap. I; *Econometric History*, Houndmills – Basingstoke, Macmillan, 1987; *Enterprise and Trade in Victorian Britain. Essays in Historical Economics*, London, Allen & Unwin, 1981; "Fogel and North: Statics and Dynamics in Historical Economics", *The Scandinavian Journal of Economics*, 96 (1994), 161ss.; "Telling Stories Economically", in Ebeling, Richard M. (org.), *Economic Education. What Should We Learn About the Free Market?*, Hillsdale Mich., Hillsdale College Press, 1994, Cap. IV; *The Applied Theory of Price*, N.Y., Macmillan, ²1985 (¹1982); "The Economics of Choice: Neoclassical Supply and Demand", in Rawski, Thomas G. (org.), *Economics and the Historian*, Berkeley, Univ. of California Press, 1996, Cap. V; "The Prudent Peasant: New Findings on Open Fields", *The Journal of Economic History*, 51 (1991), 343ss.. E ainda: Floud, Roderick & Donald N. McCloskey (orgs.), *The Economic History of Britain Since 1700. I-1700-1860. II- 1860-1939. III- 1939-1992*, Cambridge, C.U.P., ²1994 (¹1980-1981); McCloskey, Donald N. (org.), *Essays on a Mature Economy. Britain After 1840. Mathematical Social Science Board Conference on the New Economic History of Britain, 1840-1930, 1970: Harvard University*, Princeton NJ, Princeton U.P., 1971; McCloskey, Donald N. (org.), *Second Thoughts. Myths and Morals of U.S. Economic History*, N.Y., O.U.P., 1993; McCloskey, Donald N. & George K. Hersh Jr. (orgs.), *A Bibliography of Historical Economics to 1980*, Cambridge, C.U.P., 1990.

¹⁵³ Cfr. Fogel, Robert William, *Railroads and American Economic Growth. Essays in Econometric History*, Baltimore Md., Johns Hopkins U.P., 1964. Cfr. ainda, de

«conclusão de escândalo» para as verdades feitas da historiografia económica (assentes na velada premissa romântica de que toda a inovação, porque é *factor* de progresso, acarreta por si própria um potencial de crescimento, que é *sintoma* de pro-

Robert Fogel: "A Quantitative Approach to the Study of Railroads in American Economic Growth: A Report of Some Preliminary Findings", *Journal of Economic History*, 22 (1962), 163ss.; "Economic Growth, Population Theory, and Physiology. The Bearing of Long-Term Processes on the Making of Economic Policy", *American Economic Review*, 84 (1994), 369ss.; "New Sources and New Techniques for the Study of Secular Trends in Nutritional Status, Health, Mortality, and the Process of Aging", *Historical Methods*, 26 (1993), 5ss.; "Notes on the Social Saving Controversy", *Journal of Economic History*, 39 (1979), 1ss.; "Problems in Modeling Complex Dynamic Interactions. The Political Realignment of the 1850s", *Economics & Politics*, 4 (1992), 215ss.; "The Relevance of Malthus for the Study of Mortality Today. Long-Run Influences on Health, Mortality, Labour Force Participation, and Population Growth", in Lindahl-Kiessling, Kerstin & Hans Landberg (orgs.), *Population, Economic Development, and the Environment*, Oxford, O.U.P., 1994, Cap. IX; *The Union Pacific Railroad. A Case in Premature Enterprise*, Baltimore Md., Johns Hopkins U.P., 1960; "Toward a New Synthesis on the Role of Economic Issues in the Political Realignment of the 1850s", in Weiss, Thomas Joseph & Donald Schaefer (orgs.), *American Economic Development in Historical Perspective*, Stanford Cal., Stanford U.P., 1994, Cap. IX; *Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery*, N.Y., Norton, 1991. E também: Aydelotte, William Osgood, Allan G. Bogue & Robert W. Fogel (orgs.), *The Dimensions of Quantitative Research in History*, Princeton NJ, Princeton U.P., 1972; Fogel, Robert W. & Geoffrey R. Elton, *Which Road to the Past? Two Views of History*, New Haven, Yale U.P., 1983; Fogel, Robert W., Ralph A. Galantine, Richard L. Manning & Scott Cardell, *Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery. Evidence and Methods*, N.Y., Norton, 1992; Fogel, Robert W. & Stanley L. Engerman, "The Anatomy of Exploitation" e "Explaining the Relative Efficiency of Slave Agriculture in the Antebellum South", in AA.VV., *Historical Perspectives on the American Economy. Selected Readings*, Cambridge, C.U.P., 1995, Caps. V e VII; Fogel, Robert W. & Stanley L. Engerman, *Without Consent or Contract. The Rise and Fall of American Slavery. Technical Papers. I- Markets and Production. II- Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom*, N.Y., Norton, 1992; Fogel, Robert W. & Stanley L. Engerman, *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*, N.Y., W.W. Norton, 1989 (¹1974); Fogel, Robert W. & Stanley L. Engerman, *Time on the Cross. Evidence and Methods, A Supplement*, Boston, Little Brown, 1974; Fogel, Robert W. & Stanley L. Engerman (orgs.), *The Reinterpretation of American Economic History*, N.Y., Harper & Row, 1971. Sobre Fogel: Eichengreen, Barry, "The Contributions of Robert W. Fogel to Economics and Economic history", *The Scandinavian Journal of Economics*, 96 (1994), 167ss.; Gutman, Herbert George, *Slavery and the Numbers Game. A Critique of Time on the Cross*, Urbana, Univ. of Illinois Press, 1975.

gresso) – e, como conclusão inesperada e contundente, uma pedra angular para a reedificação de uma nova «cadeia analógica» persuasiva¹⁵⁴. Uma demonstração em três passos da pequenez relativa de um factor na economia, já tornada clássica na cliometria aquando da análise dos Actos de Navegação¹⁵⁵, e toda ela conduzida num estilo deliberadamente contundente, anunciando repetidamente os seus propósitos retóricos e a intenção de uso irrestrito do anacronismo da analogia como modo de ilustração e de intervenção no presente – de uma forma conscientemente evocativa da apologética e da inflamação forense, com flóridas oscilações entre «*indignatio (aganactesis)*» e «*vexatio (diasyrmus)*», rematando em invocações éticas: a antítese, quer do estilo frio, *blasé* e auto-depreciativo que é, em certos meios elitistas, o timbre da sofisticação (aquela que envolve em defesas irónicas a sua resistência à aprendizagem), quer daquele outro tique positivista que consiste em aspergir o maior número possível de proposições com o qualificativo de «factos», com o propósito de que elas sejam imunizadas contra «argumentos», lançando uma suspeição genérica contra tudo o que seja um assumido esforço de persuasão¹⁵⁶. «*Res non ver-*

¹⁵⁴ McCloskey reserva agora para Fogel o epíteto de "*Napoleão da revolução cliométrica na história económica*" – McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 114ss.

¹⁵⁵ Por Peter McClelland, em *Causal Explanation and Model Building in History, Economics, and the New Economic History*, Ithaca NY, Cornell U.P., 1975. A cadeia argumentativa em Fogel é a seguinte: 1) os caminhos de ferro são tidos como factores decisivos no crescimento americano; 2) pelos custos comparados dos vários meios de transporte, conclui-se que o custo do transporte ferroviário é metade do dos meios alternativos, sendo igualmente de metade da média a sua capacidade de carga – constatando-se que o sector dos transportes representa 10% do rendimento nacional; 3) logo, 50% do custo de 50% da carga de 10% do rendimento nacional corresponde a 2,5% deste rendimento nacional: uma fracção diminuta em termos causais.

¹⁵⁶ McCloskey julga sintomática, apesar de obviamente jocosa, a afirmação de George Stigler segundo a qual "*não há dez boas razões para nada*" (Stigler, George J., "Does Economics Have a Useful Past?", *History of Political Economy*, 1 (1969), 226). Adiante, refere-se ainda ao enamoramento dos economistas pela «economia da argumentação», que os atrai para o uso indiscriminado da «navalha de Ockham» – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 124n, 135.

ba» é um simples tropo – tão inescapavelmente retórico como o era a prosa do já estafado Mr. Jourdain: os factos são factos através das categorias conceptuais com que os designamos, através de palavras; e não repugna que se encare as palavras como sendo, por sua vez, o que de mais real há (no sentido de mais *operativo*) em todo o universo da coexistência social, e não epifenómenos de algo alegadamente mais profundo e inefável¹⁵⁷.

Mas tal não significa que o texto de Fogel se distinga do tronco comum da ciência económica, ou mesmo da ramificação cliométrica, por uma especial «densidade retórica»: o que nele há de especial é a *visibilidade* do artifício, resultante do recurso a tópicos comuns, aqueles que têm consagração cultural mais remota na prática de oradores, de académicos e de juristas. Porque é a mesma a «densidade» que se acoita no recurso a tópicos «especiais» ou intra-disciplinares, no uso de tecnicismos e de expressões iniciáticas ou oraculares privativas de um grupo de cientistas – embora aí esse uso particularmente persuasivo da linguagem, que faz apelo ao *ethos* do cientista como «aquele que lida com verdades muito profundas», não desdeñe de apresentar-se nas vestes de antídoto à «mera retórica».

Isso não significa que Fogel se dirija prioritariamente a outro auditório que não o dos economistas¹⁵⁸: só que o faz

¹⁵⁷ "Pensarmos que, expondo algumas falhas num sistema, o ferimos de morte é alinharmos numa espécie bizarra de desconstrutivismo platónico – bizarra porque o platonismo é um dos alvos a abater pela desconstrução –, nos termos da qual as características superficiais da vida seriam declaradas ilusórias face a uma verdade ou falsidade subjacentes e mais profundas. Todavia, é nas superfícies que vivemos, nos movemos e revelamos o nosso ser (não há senão superfícies), e nenhuma demonstração filosófica do seu carácter efémero pode enfraquecer-lhes o ascendente" – Fish, Stanley E., *Professional Correctness. Literary Studies and Political Change*, Oxford, Clarendon, 1995, 74-75.

¹⁵⁸ McCloskey (*The Rhetoric of Economics, cit.*, 131) escolhe dois exemplos comprovativos de que o discurso de Fogel pressupõe uma audiência de economistas: a ligação da noção de «lucro» à de «mudança extraordinária» (implicando que as «mudanças ordinárias» apenas consentem o «lucro normal», facto que só é apreensível para quem disponha de conhecimentos económicos), e a ênfase colocada no

através de uma *importação* tópica que expressamente recusa, às linguagens privativas da ciência, as pretensões de depuramento e de imunidade perante o fluxo dinâmico da linguagem «natural» – porque realisticamente é forçada a admitir, no ponto final do discurso, um leitor ou um espectador *implícitos* (implícitos no sentido de que o autor tem, pela força condicionante do discurso e pela sua atenção ao auditório – o *pathos* da argumentação –, a capacidade de condicionar – e por isso, até certo ponto, *criar* – o seu destinatário¹⁵⁹). O discurso para especialistas é o que visa a compreensão daqueles que de antemão se sabe compreenderem já esse discurso – embora se deva conceder que o leitor implícito na obra especializada de economia, ainda que seja uma figura pouco atraente, é utilitariamente indispensável, visto que espelha uma visão realista acerca das limitações e das escolhas impostas pela actividade económica, com um grau de concentração que pode não ser con-

«resultado líquido» de uma evolução histórica, em detrimento de considerações de justiça intermédia – os «*equity effects*» – (ênfase que McCloskey julga reveladora de uma particular sensibilidade, ou erro de paralaxe, por parte dos economistas). Cfr. Fogel, Robert W., *Railroads and American Economic Growth*, cit., 11-12.

¹⁵⁹ É um conceito elaborado por Wayne C. Booth, *The Rhetoric of Fiction*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1961, 138ss.. Veja-se uma aplicação sistemática desse conceito em: Leach, Eleanor Winsor, "The Implied Reader and the Political Argument in Seneca's *Apocolocyntosis* and *De Clementia*", *Arethusa*, 22 (1989), 197ss.. Quando, por exemplo, um economista refere o binómio «eficiência-justiça», imediatamente condiciona o seu leitor a pensar que se trata de uma alternativa entre valores comensuráveis, sendo que os ganhos num se fazem à custa de sacrifícios no outro; ou seja, condiciona o leitor a assumir uma posição *utilitarista* (além de constituir um *falso dilema* – uma típica «falácia de distracção», que consiste no emprego adulterado do operador «ou» para sugerir que só existem duas opções em alternativa, desviando o leitor da percepção de outras opções). Daí que McCloskey não hesite de falar em «enamoramento», quando observa que "*para a maior parte dos economistas, utilitarismo parece ser um sinónimo de pensamento*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 24. Por outro lado, aquilo de que o formalismo positivista é genericamente acusado é de pretender colocar o autor implícito *acima* do leitor implícito (*ibid.*, 156). Cfr. ainda: Gunnarsson, Britt-Louise, "On the Sociohistorical Construction of Scientific Discourse", in Gunnarsson, Britt-Louise, Per Linell & Bengt Nordberg (orgs.), *The Construction of professional Discourse*, London, Longman, 1997, Cap. VI.

sentido na vida comum pela relevância de outras solicitações valorativas, mas que é exigido para a análise em profundidade da racionalidade interna dos fenómenos económicos¹⁶⁰ —. Quanto ao «proselitismo da ciência», o mais que se consegue é frequentemente que o destinatário compreenda que há *demarcações* pressupostas na argumentação, mas não que se entre na compreensão da sua substância: o que muitas vezes não tem senão o objectivo de intimidar os leigos com uma mistificação ritual, reforçando o impacto carismático do discurso, convertido que está num encadeamento de obscuridades pontuadas por algumas «palavras-chave» cujo reconhecimento aparenta assegurar a sua cientificidade.

Fogel, sustenta McCloskey, encontra-se até numa posição privilegiada para demonstrar a eficiência da sua opção retórica: pois do fio do seu discurso, tomando por alvo apenas leitores e espectadores implícitos e contra-factuais, fez nascer um auditório *real*, o da corrente cliométrica¹⁶¹ — talvez não uma mudança de paradigma no sentido da noção de Thomas Khun, não uma inflexão assumida nos modelos teóricos, mas um progresso no modo de expressão da teoria, nos tópicos e nas regras de formação do discurso «científico».

Um progresso, em primeiro lugar, no sentido do afasta-

¹⁶⁰ Em todo o caso, é também possível extrair da própria análise fria e descarnada da racionalidade do *homo economicus* alguns preceitos de conteúdo ético, mormente naquela área de *mediocritas* em que se move a maioria da humanidade, entre os extremos da amoralidade e da ética supererogatória: *«pensa em ti; acumula; prevê; planeia racionalmente as tarefas longas ou complexas; adapta-te ao grau de honestidade comum; não te deslumbres com a ostentação; não pagues tributo à deferência social; não adies demasiado as tuas gratificações; pensa em ti»* — cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 140ss..

¹⁶¹ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 134. Isso denota, no seu entender, a eficácia de uma cumplicidade pré-teórica, linguística, entre o autor e o leitor; ou, nas palavras de Amelie Rorty, "A convicção é amiúde alcançada através de um estilo carismático e categórico: a sua claridade e condensação, o ritmo das suas frases, as suas imagens explosivas" — Rorty, Amelie Oksenberg, "Experiments in Philosophic Genre: Descartes' *Meditations*", *Critical Inquiry*, 9 (1983), 546.

mento do estilo decretório, «monológico»¹⁶², representativo daquilo que de pior a ciência modernista é capaz; um progresso, em segundo lugar, no sentido de admissão de que todo o conhecimento é na sua essência algo de *social*, algo que nasce e é validado por uma tradição inesgotável de persuasão mútua¹⁶³ – o que permite refutar e inverter o desprezo a que, em nome da «ciência», foi votado o recurso ao estilo da linguagem «natural», o estilo informalmente persuasivo; e um progresso *substancial*, por fim, dado que a abertura da cliometria ao uso do contra-factual despertou a ciência económica para a circunstância de este ser um dos dois principais vectores metodológicos segundo os quais pode desenvolver-se a investigação económica¹⁶⁴, sendo o outro o da indução estatística – um que se reporta, no *condicional hipotético*, a condições iniciais que não existem (procurando construir uma extrapolação plausível, de acordo com uma teoria¹⁶⁵), outro que designa, no *presente do*

¹⁶² Por contraposição ao «dialógico» ou «polifónico» (a estrutura do discurso que espelha a posição do «outro» tanto como a do autor; o discurso que traduz aquilo que seria excluído pela sua representação), categorias que Bakhtin celebrizou nos seus esforços dirigidos a uma proto-estruturalista «morte do autor» – cfr. Bakhtin, Mikhail Mikhailovich, *The Dialogical Imagination. Four Essays*, Austin, Univ. of Texas Press, 1981.

¹⁶³ Devendo assinalar-se, todavia, que – salvo na óptica de um estrito historicismo – o contexto de *gênese* do conhecimento deve ser demarcado do seu contexto de *justificação*. Cfr. Davis, John B., "Rorty's Contribution to McCloskey's Understanding of Conversation as the Methodology of Economics", *Research in the History of Thought and Methodology*, 7 (1990), 75.

¹⁶⁴ Dada a escassa praticabilidade da terceira *via oficial* do método científico, a da experimentação (controlada).

¹⁶⁵ McCloskey sublinha o facto de muitos dos problemas teóricos dos contra-factuais resultarem da necessidade de tradução, uns nos outros, de conceitos próximos mas distintos: 1) a lei científica ("*todas as inflações resultam do crescimento monetário*"); 2) a asserção causal ("*o crescimento monetário é suficiente para causar a inflação*"); 3) o condicional factual ("*dado que a inflação se alterou, houve mudanças no crescimento monetário*"); 4) a proposição «dispositiva» ("*a inflação é controlável através do crescimento monetário*"); 5) os mundos paralelos ("*num mundo idêntico ou similar ao nosso em tudo menos no crescimento monetário, a inflação seria também diversa da nossa*"); 6) o contra-factual ("*se o crescimento monetário fosse nulo, seria igualmente nula a inflação*") – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 90-91. Cfr. também: Chisholm, Roderick M., "Law Statements and

indicativo, condições iniciais efectivas, procurando determinar qual a explicação que melhor se adequa ao influxo *real* dessas condições.

Mas não deve pensar-se que é só para efeitos comunicativos que é crucial a consideração da «densidade retórica» do texto económico: há um outro nível, o do escrúpulo epistemológico, no qual a atenção reservada àquele aspecto é reclamada para assegurar a validade dos argumentos que o economista usa. O exemplo a que McCloskey recorre é, no caso, o da estatística: a escolha de critérios de relevância, a triagem de dados com base nesses critérios, a omissão dos dados «irrelevantes», mais do que provocarem a ansiedade de um purista que buscasse o *Graal* da Verdade Absoluta nestes domínios da *atipicidade*, devem suscitar a inquietação intelectual – proto-céptica, diríamos – acerca dos motivos da *vontade de omitir* o que seja tido por irrelevante (ou, mais sugestivamente, acerca do interesse e admissibilidade de uma *margem de sombra* numa referência empírica)¹⁶⁶: se o discurso económico não é uma ficção engendrada em torno de um núcleo de hipóteses interessantes, então porque é que o seu prurido realista admite uma triagem prévia dos condicionamentos empíricos a respeitar?¹⁶⁷ Em ter-

Counterfactual Inference", in Sosa, Ernest (org.), *Causation and Conditionals*, London, O.U.P., 1975, Cap. X; Lange, Marc, "Inductive Confirmation, Counterfactual Conditionals, and Laws of Nature", *Philosophical Studies*, 85 (1997), 1ss.; Woods, Michael, *Conditionals*, Oxford, Clarendon, 1997.

¹⁶⁶ Cfr. Leamer, Edward E., "Let's Take the Con Out of Econometrics", *American Economic Review*, 73 (1983), 31-43. Uma observação crucial de Leamer é a de que a omissão de uma variável importante resulta num valor para a covariância da amostra que *não tende para o zero* (aumentando a precisão) à medida que aumenta a dimensão da amostra – um valor que não varia porque muito simplesmente não é fruto de um erro de amostragem, mas sim de um erro de especificação; sendo que, para mais, o método estatístico está exclusivamente vocacionado para a detecção dos erros de amostragem, não possuindo uma capacidade reflexiva que lhe permita lidar com erros de especificação (como os que resultam da escolha de padrões de mensuração e de escala).

¹⁶⁷ Uma resposta óbvia seria a de que qualquer descrição dos factos é uma *amostra*, dado que a nossa experiência sensorial está, para efeitos de inteligibilidade, submersa em irrelevância – pelo que a *parsimónia* narrativa, mais do que uma virtude, é até

mos bayesianos, a análise do contexto retórico das convicções prévias acerca da relevância empírica torna inevitável a interrogação sobre o *modo* como a probabilidade atribuída a uma hipótese pode ser alterada pela *prova* dos factos: mas é extremamente invulgar que os economistas, posto que a sua sofisticação epistemológica lhes consinta o emprego corrente da referência ao raciocínio bayesiano¹⁶⁸, se dêem ao trabalho de recuar muito longe na análise e explicitação de tais convicções prévias¹⁶⁹. Isso deixa aberto o caminho para a tese de que o recurso à estatística resulta da vontade retórica de demarcação de uma área de relevância, na qual os «cientistas económicos» poderiam concentrar-se na análise de coeficientes verdadeiramente significantes, libertando-se da ganga das trivialidades¹⁷⁰.

certo ponto uma inevitabilidade (a qual tem, por sua vez, o efeito de suscitar o papel activo do leitor, que deve, interpolando e extrapolando, reconstituir o universo referencial). Também aqui, adverte McCloskey, "*a parsimónia é retórica, não intemporal*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 17.

¹⁶⁸ Cfr. Dorfman, Jeffrey H., *Bayesian Economics Through Numerical Methods. A Guide to Econometrics and Decision-Making with Prior Information*, N.Y., Springer, 1997; Hammond, Peter J., "A Revelation Principle for (Boundedly) Bayesian Rationalizable Strategies", in Gilles, Robert P. & Pieter H.M. Ruys (orgs.), *Imperfections and Behavior in Economic Organizations*, Boston, Kluwer, 1994, Cap. III; Kiefer, Nicholas M. & Yaw Nyarko, "Savage-Bayesian Models of Economics", in Kirman, A.P. & Mark Salmon (orgs.), *Learning and Rationality in Economics*, Oxford, B. Blackwell, 1995, Cap. II; Zellner, Arnold, *An Introduction to Bayesian Inference in Econometrics*, N.Y., Wiley, 1996 (¹1971).

¹⁶⁹ Entre as excepções, de novo Leamer, Edward E., "A Bayesian Perspective on Inference from Macroeconomic Data", *The Scandinavian Journal of Economics*, 93 (1991), 225ss.

¹⁷⁰ Advirta-se, contudo, que são há muito conhecidos os riscos de um uso puramente «mecânico» do conceito estatístico de significância, sendo que nem sempre é possível retirar qualquer inferência a partir de dados significantes, ou seja, de características permanentes da amostra (características que não são acidentais, e que não tendem pois para o zero à medida do aumento da dimensão da amostra): daí que se tenham multiplicado as reacções contra o uso indiscriminado do «teste de significância», espécie de reflexo condicionado da quantificação nas ciências sociais, extrapolado muito para lá da sua função genuína, que é a de aferir o erro de amostragem inerente à indução para o universo a partir de uma amostra aleatória. Cfr. Boring, Edwin G., "Mathematical versus Scientific Significance", *Psychological Bulletin*, 16 (1919), 335-338; Morrison, Denton E. & Ramon E. Henkel (orgs.), *The Significance Test Controversy. A Reader*, Chicago, Aldine, 1970. Cfr. ainda: Chow,

Uma constatação liminar é a de que a quantificação não confere aos argumentos uma *objectividade* supra-humana, pela elementar razão de que toda a quantificação é uma *medição*, ou seja é uma remissão para um plano referencial que não é, por sua vez, senão produto de uma *escolha* subjectiva, intrinsecamente *arbitrária*¹⁷¹ – sendo pois que a argumentação «científica» se fragiliza se, ao tentar escudar-se por detrás da quantificação, involuntariamente se envolve em atribuições metafísicas, como a de hipostasiar um critério *objectivo* de relevância na própria realidade observada¹⁷²; quando o que na realidade faz, *volente nolente*, é escamotear a *escala* da relevância, impedindo a análise e a possibilidade de refutação dos argumen-

Siu L., *Statistical Significance. Rationale, Validity and Utility*, Thousand Oaks Cal., Sage, 1996, Cap. II; Darcy, Robert & Richard C. Rohrs, *A Guide to Quantitative History*, Westport Conn., Praeger, 1995 (o Cap. IV, "Inferential Statistics: The Basics of Probability, Distributions, Significance Testing, and Confidence Intervals"); Sirkin, R. Mark, *Statistics for the Social Sciences*, Thousand Oaks Cal., Sage, 1995 (o Cap. VII, "Statistical Inference and Tests of Significance").

¹⁷¹ O argumento é ilustrado da seguinte forma: não é rigoroso designar-se uma corrida de atletismo como «Os 10 mil», sem mais; porque é obviamente distinto se se trata de 10 mil centímetros, pés, jardas ou metros. Ora, quem escolhe a unidade relevante, o seu significado e o alcance da quantificação «10 mil» nessa unidade são homens: não é Deus (ainda que muitos economistas, sobretudo os mais laureados, gostem de assumir a pose carismática de Sumos Sacerdotes) – cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 144-145. O facto de toda a escolha ter o seu elemento de arbítrio impede que se resvale, neste ponto, para o cepticismo; este manifestar-se-á, antes, no momento em que se analisa a relação entre a escolha de um determinado nível de *relevância* e a capacidade de corroboração ou de refutação de uma hipótese (*id.*, 157).

¹⁷² Um pouco à maneira do empirismo «baconiano» ou «pré-kantiano». Uma das críticas que se faz à «maré-alta» da Metodologia que representa o ainda tão recente triunvirato «Popper-Kuhn-Lakatos» é a de insensibilizar a ciência em relação à subjectividade que presidiu constantemente ao seu progresso pretérito – cfr. Lavoie, Don C., "The Progress of Subjectivism" e Caldwell, Bruce J., "Comment on Lavoie", ambos in De Marchi, N. & M. Blaug (orgs.), *Appraising Economic Theories*, cit., 470-491. Além disso, é criticável que a simples menção daqueles três nomes tenha tantas vezes servido o simples propósito retórico de servir de indício de familiarização com os temas da moderna epistemologia, de uma superficial afectação de ciência – Mäki, Uskali, "Contribution to Session on «Methodological Diversity in Economics»", *Research in the History of Thought and Methodology*, 5 (1987), 220.

tos quantificados – fragilizando-os¹⁷³. O arbítrio referencial só é vencido através de uma persuasão: a de que o ponto de partida para a medição, o termo comum da comparação, ou a *escala adoptada*¹⁷⁴, são representativos de uma *qualidade* que confere

¹⁷³ Embora McCloskey reconheça que essa atribuição é, muito frequentemente, reclamada por uma exigência de *certeza indutiva*, sem a qual pode não haver denominadores referenciais comuns que consintam o intercâmbio argumentativo – não devendo a ciência imobilizar-se perante a questão-chave da mensuração – “*how large is large?*” –, que é recorrente e inerradicável de toda a tentativa de quantificação, de adopção de termos de comparação. A única resposta legítima à questão é, não a persistência na acumulação de dados numéricos isolados do seu contexto de significação, mas antes a referência explícita a esse contexto, no decurso de um argumento – “*it is large relative to something else you just admitted is large*” –. Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 142, 159.

¹⁷⁴ O problema da escala, já celebrizado por Pierre Duhem, é o de que o *aumento de precisão* pode acarretar uma *perda de certeza*, sendo que contextualmente a admissibilidade de um critério amplo (tolerante) de relevância permite decisões seguras – por exemplo, é mais fácil e seguro determinar que “António é alto” do que determinar que “António tem 1,92m”, ou “António é alto e solteiro”. Também é o problema de escala que leva John Austin a concluir que as asserções são válidas apenas em termos contextuais (mormente no âmbito dos interesses de um determinado auditório, na especificidade de um certo discurso), dando o exemplo da frase “*a França é hexagonal*”. Cfr. Austin, J.L., *How to Do Things with Words*, Cambridge Mass., Harvard U.P., 1975, 143 (¹1962); Duhem, P.-M.-M., *The Aim and Structure of Physical Theory* (trad. p/ P.P. Weiner), N.Y., Atheneum, 1962, 178-179 (¹1904); Mayer, Thomas, *Truth Versus Precision in Economics*, Aldershot, Edward Elgar, 1993, 7. Por outro lado, o problema da escala é igualmente relevante do ponto de vista contra-factual: como concluiu Jon Elster com o seu «Paradoxo Básico dos Contra-factuais», a necessidade de plausibilidade de um contra-factual determina que a sua relevância seja proporcional à sua susceptibilidade de inserção no passado *real*; nesse caso, um contra-factual terá tanto maiores hipóteses de sucesso quanto mais vaga for a teoria em que assenta – um modelo simples pode ser insatisfatório e incompleto, mas é essa mesma pobreza que o torna menos susceptível de entrar em contradição com aquilo que é conhecido do curso *real* do passado. Em suma, uma teoria *sincrónica* pode autorizar uma reconstrução *diacrónica* contra-factual, mas fá-lo-á com risco de conflito com outras teorias *sincrónicas* que sejam tidas por incontrovertidas. Cfr. Elster, Jon, *Logic and Society. Contradictions and Possible Worlds*, Chichester, Wiley, 1978, 206ss. (onde a teoria de Fogel sobre os caminhos de ferro é objecto de análise). Cfr. ainda, de Jon Elster: *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge, C.U.P., 1989; *Rational Choice*, Oxford, B. Blackwell, 1986; *Solomonic Judgements. Studies in the Limitations of Rationality*, Cambridge, C.U.P., 1989; “Strategic Uses of Argument”, in Arrow, Kenneth J. (org.), *Barriers to Conflict Resolution*, N.Y., W.W. Norton, 1995, Cap. XII; *The Cement of Society. A Study of Social Order*, Cambridge, C.U.P., 1989; *The Multiple Self*, Cambridge, C.U.P.,

à quantificação o seu significado (porque essa quantificação não fará senão denotar proximidade ou afastamento em relação àquele ponto) – facto que é trivialmente verdadeiro para todos aqueles que tiveram já que defrontar-se com os problemas da *arte* da escolha de uma base para números-índices, ou do intervalo de confiança associado à representatividade da amostra estatística, ou da legitimação última do raciocínio indutivo¹⁷⁵.

Que essa pretensão a uma objectividade supra-humana falha, fica amplamente demonstrado nas dissenções que ocorrem em torno até dos mais simples conceitos quantificados – por exemplo, à volta do conceito de «paridade do poder de compra» como índice comparativo dos níveis de preços entre nações, como taxa de câmbio *implícita*¹⁷⁶ –. Segundo McCloskey, a disparidade de conclusões nesta área não se deve à incerteza do património científico da economia, nem à inépcia dos economistas, mas somente à circunstância de as partes em disputa não se alongarem na consideração dos pressupostos retóricos das suas posições, o que as impede de proporem um «*standard*» de convergência e as força a repetirem, até à exaustão, dogmas não analisados e não verdadeiramente rebatidos – alimentado, cada um dos campos, pela ilusão de que a falta de um verdadeiro contraponto é indício do valor absoluto das suas

1986. E também: Elster, Jon & Aanund Hylland, *Foundations of Social Choice Theory*, Cambridge, C.U.P., 1986.

¹⁷⁵ Convém ter presente que a *comparação* é o expediente crucial para a *inventio* retórica (a busca de argumentos, ou mais especificamente dos argumentos que podemos ser compelidos, através do discurso, a aceitar como válidos). Cfr. Ochs, Donovan J., "Cicero and Philosophic Inventio", *Rhetoric Society Quarterly*, 19 (1989), 217ss..

¹⁷⁶ Cfr. Edison, Hali J., Joseph E. Gagnon & William R. Melick, "Understanding the Empirical Literature on Purchasing Power Parity: The Post-Bretton Woods Era", *Journal of International Money and Finance*, 16 (1997), 1ss.; Krugman, Paul R., "Purchasing Power Parity and Exchange Rates: Another Look at the Evidence", *Journal of International Economics*, 8 (1978), 397-407; O'Connell, Paul G., "The Overvaluation of Purchasing Power Parity", *Journal of International Economics*, 44 (1998), 1ss.; Rogoff, Kenneth, "The Purchasing Power Parity Puzzle", *Journal of Economic Literature*, 34 (1996), 647ss..

posições. Muito significativo se torna, deste modo, a circunstância de a maior parte dos estudos de econometria escamotear – deliberadamente ou não¹⁷⁷ – o facto de o valor de uma hipótese científica não poder ser cabalmente comprovado ou refutado por simples recurso à estatística (ou, como vimos mais amplamente, por simples alusão a referências quantitativas¹⁷⁸): é a prova rematada da unilateralidade dessa retórica inconclusiva que predomina na ciência económica moderna, enredada que está nas várias «-metrias» do positivismo metodológico¹⁷⁹.

VII- VINTE ARGUMENTOS CONTRA MCCLOSKEY

1. McCloskey quer dissolver a ciência económica em retórica, isto é, em irracionalismo (sendo que nada há de retórico na ciência, e que os assaltos retóricos ao racionalismo, se não são *ipso facto* sintomas de irracionalidade, são a apologia do irracionalismo)¹⁸⁰.

2. Nenhuma das teses da «retórica da economia» consegue modificar a prática comum dos economistas (dado

¹⁷⁷ Conforme pretendam ou não socorrer-se das estatísticas «brutas» para contornarem a sofisticação temática ou teórica.

¹⁷⁸ Usando o expediente, tão usual, de apoiar asserções através da inclusão de algumas fórmulas ou passos inferenciais formalizados (axiomas e teoremas) e de alguns gráficos ilustrando correlações e regressões, e rematando tudo isso com uma remissão para um manual estatístico, ou para o mais ritualizado dos manuais de economia matemática. Muito raramente acontece que econometristas venham a reconhecer o papel condicionante das suas convicções – uma excepção é a da admissão do prisma monetarista (anti-keynesiano) em: Cooley, T.F. & S.F. LeRoy, "Identification and Estimation of Money Demand", *American Economic Review*, 71 (1981), 825-844.

¹⁷⁹ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics*, cit., 159. Note-se que a econometria é, contudo, difícil de enquadrar em qualquer dos sentidos que «formalismo» assume na ciência económica – dada a sua «contaminação empírica» – Cfr. Golland, Louise Ahrndt, "Formalism in Economics", *Journal of the History of Economic Thought*, 18 (1996), 1-12.

¹⁸⁰ Cfr. Backhouse, Roger E., "The Constructivist Critique of Economic Methodology", *Methodus*, 4 (1992), 65; Hoppe, Hans-Hermann, "In Defence of Extreme Rationalism. Thoughts on Donald McCloskey's *The Rhetoric of Economics*", *Review of Austrian Economics*, 3 (1989), 179-214. Note-se, na proposição, a *paronomasia* entre as expressões em «idade» e em «ismo».

que nada há de retórico na *substância* da economia)¹⁸¹.

3. A reflexão sobre a ciência é epistemológica, não retórica (nada havendo de retórico na epistemologia, que é uma espécie de *meta-ciência*)¹⁸²; logo, mesmo que as conclusões que McCloskey tira fossem verdadeiras, elas seriam irrelevantes, visto que tentam responder a problemas epistemológicos com soluções que são exclusivamente válidas no âmbito da retórica (*ignoratio elenchi*)¹⁸³.

4. A retórica da economia, centrando-se na referência àquilo que persuade os economistas, pretende obviar à análise do método económico por *não-praticantes*, mormente pelos filósofos (com a velada insinuação de que só quem é persuadido pode ter a percepção clara de tudo o que contribuiu para a sua persuasão, quando na realidade a *prática* da ciência económica é determinada pela importação de temas e hábitos de pensamento gerados em sede filosófica)¹⁸⁴.

5. A aversão à Metodologia deixa a ciência sem um cânone (trans-disciplinar) que imponha aos contestatários o ónus da prova quanto ao interesse e viabilidade das suas propostas alternativas (sendo a Metodologia, não a complacente *Sprachethik*, a guardiã da cidadela contra a barbárie, porque é à Metodologia que cabe decidir o que é, e não é, *científico*)¹⁸⁵.

¹⁸¹ Amariglio, Jack, "Economics as a Post-Modern Discourse", in Samuels, W. (org.), *Economics as Discourse*, cit., 25.

¹⁸² Cfr. Gerrard, Bill, "What's the Difference Between Rhetoric and Methodology? Not a Lot so Let's Talk More and Fight Less. A Review Essay of Donald N. McCloskey's *Knowledge and Persuasion in Economics*", *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 15 (1997), 295ss.; Rappaport, Steven, "Arguments, Truth, and Economic methodology: A Rejoinder to McCloskey", *Economics and Philosophy*, 4 (1988), 170ss..

¹⁸³ Cfr. Copi, I.M. & C. Cohen, *Introduction to Logic*, cit., 105.

¹⁸⁴ Cfr. Rosenberg, Alexander, "Contribution to Session on «Methodological Diversity in Economics»", *Research in the History of Thought and Methodology*, 5 (1987), 216; Hausman, Daniel M., *The Inexact and Separate Science of Economics*, Cambridge, C.U.P., 1992, 318.

¹⁸⁵ Cfr. Rosenberg, Alexander, *Economics – Mathematical Politics or Science of Diminishing Returns?*, cit., 237.

Mesmo que se aceitasse a predominância do factor *tradicional* na sedimentação dos cânones científicos, ficaria comprometida a «*comensurabilidade*» de tradições científicas distintas¹⁸⁶.

6. *Ergo*, «vale tudo»: dizer que um cânone está condicionado pelo seu contexto circunstancial é a forma polida de sustentar que não há cânone nenhum (ou não se integrasse McCloskey na linhagem do anarquista Feyerabend)¹⁸⁷.

7. Dessa anarquia resulta a imposição de um «cânone de facto», meramente consuetudinário – já que a «tertúlia de cientistas» é que ratificará, *ambulando*, a prática aceite, sufragando o conhecimento pelo *poder* das maiorias, o que dificulta a sustentação da *descoberta individual* e da *heterodoxia* (sendo que o que é *meramente* costumeiro carece de ratificação por uma instância superior – sabido que é que *A Verdade* habita no céu platónico)¹⁸⁸.

8. E no entanto, McCloskey pretende sugerir vias metodológicas quando denuncia a própria Metodologia (*tu*

¹⁸⁶ Este é o ponto que distingue os «desconstrutivistas radicais», que insistem no carácter irreduzivelmente «local» da tradição científica, dos defensores da «hermenêutica», que tendem a acreditar nas virtualidades progressistas de uma «fusão de horizontes», postulando pois uma «*comensurabilidade*» entre tradições e disciplinas – cfr. Murphy, John W., *Postmodern Social Analysis and Criticism*, N.Y., Greenwood, 1989, 49-53.

¹⁸⁷ Cfr. Gerrard, Bill, "On Matters Methodological in Economics", *Journal of Economic Surveys*, 4 (1990), 210. E isto, ainda que Feyerabend se oponha expressamente à dissolução relativista no plano metodológico – cfr. Feyerabend, Paul, *Farewell to Reason*, London, Verso, 1987, 283 (e no mesmo sentido: Fish, Stanley, *Doing What Comes Naturally. Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary and Legal Studies*, Durham NC, Duke U.P., 1989, 164). McCloskey, com intuito provocador, vangloria-se das suas dívidas para com Feyerabend – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, *cit.*, 321ss..

¹⁸⁸ Cfr. Hausman, Daniel M. & Michael S. McPherson, "Standards", *Economics and Philosophy*, 4 (1987), 6; Backhouse, Roger E., "The Constructivist Critique of Economic Methodology", *Methodus*, 4 (1992), 73. Especialmente poderosa é, com este argumento do «cânone maioritário» (espécie de «*consensus gentium*»), a investida anti-relativista (anti-Stanley Fish) de Martha Nussbaum: "Sophistry About Conventions", *apud Love's Knowledge. Essays on Philosophy and Literature*, N.Y., O.U.P., 1990, 220-229.

quoque – D)¹⁸⁹.

9. Na realidade, McCloskey mantém-se apegada aos paradigmas da economia neo-clássica, que utiliza como plataforma para as suas investidas retóricas contra o modernismo positivista, que parece atacar como simples excesso de ortodoxia (e a verdade é que, na sua dedicação à historiografia económica, são esses paradigmas neo-clássicos que lhe servem de instrumento analítico)¹⁹⁰.

10. A afirmação externa de uma ciência, que envolve a adopção de cânones metodológicos, é essencial em termos políticos, pelo que não deve ser fragilizada através da retórica (o conhecimento traz poder, e a ciência deve rodear-se de uma margem de eficácia prática, mesmo que à custa da perda de sofisticação crítica)¹⁹¹.

11. A ciência é *teoria* (no sentido de que é a teoria que lidera a *prática* e lhe demarca a legitimidade), tendo cabimento uma reflexão teórica que seja *legiferante* para a ciência (sendo aceitável que se confie acriticamente na teoria); além disso, a *teoria* não nasce das necessidades da argumentação, nem é construída por elas (*teoria* e *polémica* não são a mesma coisa). E a prova disso é que a ciência económica, a exemplo de outras ciências sociais, não tem conhecido um progresso cumulativo (o que sucederia se, como sustenta McCloskey, ela fosse o resultado partilhado de uma tal argumentação entre cientistas)¹⁹².

¹⁸⁹ Blaug, Mark, "Methodology with a Small m", *Critical Review*, 1 (1987), 1-5; *eiusdem*, *Not Only an Economist. Recent Essays by Mark Blaug*, Cheltenham, Edward Elgar, 1997 (o Cap. XXXI, "Review of *The Rhetoric of Economics*, by Donald N. McCloskey").

¹⁹⁰ Mirowski, Philip, "Three Vignettes in the State of Economic Rhetoric", in De Marchi, N. (org.), *The Post-Popperian Methodology of Economics*, cit., 235-259.

¹⁹¹ Cfr. Rosenberg, Alexander, *Economics – Mathematical Politics or Science of Diminishing Returns?*, cit., 31, 52. Contra: Gross, Alan G., "Is a Rhetoric of Science Policy Possible?", *Social Epistemology*, 8 (1994), 273ss..

¹⁹² Cfr. Rosenberg, Alexander, "Contribution to Session on «Methodological Diversity in Economics»", *Research in the History of Thought and Methodology*, 5 (1987), 217-218. E ainda: Khalil, Elias L., "Has Economics Progress? Rectilinear,

12. A retórica assegura a via da persuasão, não a do conhecimento (sendo que é concebível um sem o outro); ela só é válida quando se esgotam outros métodos mais racionais (não havendo verdadeira ciência quando esses métodos se esgotam)¹⁹³.

13. Mesmo que se recuse o apoio canónico de proposições universais, sempre se admitirá que a credibilidade de uma teoria advém de uma *comprovação particular* de factos, à maneira das ciências naturais, não da *mera persuasão* que a retórica visa (já que a comprovação empírica se impõe por meios não-persuasivos)¹⁹⁴.

14. McCloskey desvaloriza as capacidades preditivas da ciência económica (sendo a previsão o único critério palpável do sucesso da ciência)¹⁹⁵.

15. McCloskey faz da ciência económica um grande jogo, cujas balizas são somente as da crítica literária; ao fazê-lo, quer arrastar a economia para a subserviência face à literatura, com o escopo último de facilitar, naquela, a «dissolução desconstrutivista» que grassa já nesta (*desconstrução=destruição*)¹⁹⁶.

Historicist, Universalist, and Evolutionary Historiographies", *History of Political Economy*, 27 (1995), 43-87.

¹⁹³ Cfr. Munz, Peter, "The Rhetoric of Rhetoric", *Journal of the History of Ideas*, 51 (1990), 121-142; Samuels, Warren J., "Comments on McCloskey on Methodology and Rhetoric", *Research in the History of Thought and Methodology*, 2 (1984), 208.

¹⁹⁴ Cfr. Rappaport, Steven, "Economic Methodology: Rhetoric or Epistemology?", *Economics and Philosophy*, 4 (1988), 110-128.

¹⁹⁵ Cfr. Rosenberg, Alexander, *Economics – Mathematical Politics or Science of Diminishing Returns?*, cit., 80 (isto sem embargo de Rosenberg reconhecer antes – *ibid.*, 51 – que é simplista dar-se a eficácia preditiva como o *summum bonum* da ciência).

¹⁹⁶ Cfr. Rosenberg, Alexander, "Contribution to Session on «Methodological Diversity in Economics»", *Research in the History of Thought and Methodology*, 5 (1987), 216-217 (e também Lawrence A. Boland, *ibid.*, 211). Mas veja-se McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 326-331, onde certa e subtilmente se observa que a angústia desconstrutivista com a ausência de «fundamentos» é inteiramente alheia à perspectiva pragmatista (para a qual o sucesso gera a «verdade», sendo descabido aferir-se, em sentido inverso, o sucesso pela «verdade»).

16. As conclusões relativistas de McCloskey, que recusam à epistemologia um fundamento em verdades independentes do seu contexto, só são válidas, por sua vez, dentro de um determinado contexto, o de uma etapa intermédia numa evolução epistemológica (não devendo desesperar-se de se dar um grande salto em direcção à *meta última* do conhecimento)¹⁹⁷.

17. Se fossem universalmente válidas, as conclusões relativistas autorizariam um cepticismo paralizante, retirando à ciência económica a sua relevância política (quando se defronta com problemas prementes – a fome, o desemprego –, é lícito à ciência económica não apenas proceder a uma suspensão crítica para agir, mas até «abandonar o navio» e renegar-se a si mesma: *primum vivere...*)¹⁹⁸.

18. Uma posição verdadeiramente relativista tolhe a capacidade crítica (porque uma introspecção relativista do relativismo se dissolve num paradoxo auto-referencial). Assim, ainda que McCloskey negue a existência absoluta de um valor-

de») – para não falarmos já da proeminência da agenda política da primeira, e da ostensiva indiferença política da segunda. Em todo o caso, não é de menosprezar a circunstância de algumas análises do processo científico, depois de um período de «namoro» com o «*rhetorical turn*», se terem afastado da «análise do discurso», regressando aos mais tradicionais quadros da epistemologia – como é o caso da «Sociologia do Conhecimento Científico». Cfr. Collins, Harry M. & Steven Yearley, "Epistemological Chicken", in Pickering, Andrew (org.), *Science as Practice and Culture*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1992, 301-326 (305). Da estrita perspectiva institucionalista, cfr. Brown, Doug, "An Institutional Look at Postmodernism" e Waller, William T. & Linda R. Robertson, "Valuation as Discourse and Process. Or, How We Got Out of a Methodological Quagmire on Our Way to Purposeful Institutional Analysis", ambos no *Journal of Economic Issues*, 25 (1991), 1089-1104, 1029-1048.

¹⁹⁷ Cfr. Hausman, Daniel M., *The Inexact and Separate Science of Economics*, cit., 1992, 266. Em tom kantiano, replica McCloskey: "A Retórica é um projecto humano, a Epistemologia um projecto divino" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 194.

¹⁹⁸ Cfr. Hausman, Daniel M., *The Inexact and Separate Science of Economics*, cit., 1992, 318. Um exemplo igualmente nítido deste argumento anti-relativista surge em: Ranson, Baldwin, "Warren Samuels: The Absolute Relativist", *Journal of Economic Issues*, 25 (1991), 842-846.

verdade, é desse valor que implicitamente parte para criticar as posições não-relativistas (*tu quoque – II*)¹⁹⁹.

19. Relativizar as proposições da ciência ao tempo e ao lugar de comunidades científicas concretas é já infringir as proposições do relativismo (cultural), já que é encarar essas comunidades como quadros de referência omnipresentes e intemporais, como «*dados*» (*tu quoque – III*)²⁰⁰.

¹⁹⁹ Cfr. Mäki, Uskali, "How to Combine Rhetoric and Realism in the Methodology of Economics", *Economics and Philosophy*, 4 (1988), 89-109; Hoppe, Hans-Hermann, "In Defence of Extreme Rationalism. Thoughts on Donald McCloskey's *The Rhetoric of Economics*", *Review of Austrian Economics*, 3 (1989), 179-214. O argumento do «*tu quoque*» ou pressupõe, em quem o utiliza, a disposição (invulgar) de comungar no vício de pensamento que é denunciado; ou, se pretende ser uma proposição não-relativista, isto é, uma denúncia que implicitamente iliba o acusador, então postula a existência de um nível meta-linguístico «seguro», no qual se decide, em última instância, a sorte dos argumentos: nível esse cuja existência é, no mínimo, problemática – cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., Cap. XV ("*The tu quoque Argument and the Claims of Rationalism*"). O argumento «*tu quoque*» é uma variante do «*argumentum ad hominem*», uma falácia que consiste em mudar de assunto, atacando quem profere o argumento e não o próprio argumento em si (o visado pode ser atingido nas suas circunstâncias pessoais, ou numa alegada ligação mercenária dos seus interesses com as conclusões que retira, ou – caso do «*tu quoque*» – no facto de não praticar o que prega, ou de praticar o que denuncia) – Cfr. Copi, Irving M. & Carl Cohen, *Introduction to Logic*, cit., 97. Mäki acaba por admitir que pelo menos o «*tu quoque*» é tão aplicável a um retórico anti-realista como a um realista anti-retórico, o que torna necessária uma aliança de retórica e realismo («realismo» no sentido de que é possível e legítimo um uso convencional das palavras sem perda de eficácia operativa – sem que as palavras fiquem reféns da dúvida filosófica, ou percam a sua qualidade designativa *universal*; rejeitando-se, em suma, a alternativa subjacente à «ansiedade cartesiana») – cfr. Mäki, Uskali, "Realism, Economics, and Rhetoric: A Rejoinder to McCloskey", *Economics and Philosophy*, 4 (1988), 167ss..

²⁰⁰ Cfr. Backhouse, Roger E., "The Constructivist Critique of Economic Methodology", *Methodus*, 4 (1992), 73. Uma perversão subtil do relativismo pode ser a de desprometer a arrogância cultural do Ocidente que se estriba em referências a «*Ab-solutos*» – porque afinal há referências desse género até na mais rudimentar religião animista –, substituindo-a pelo alarde (aparentemente menos agressivo e mais relativista) de uma superioridade tecnológica e científica que é mais exclusiva e incontestável – cfr. Adas, Michael, *Machines as the Measure of Men*, Ithaca NY, Cornell U.P., 1989. Estas observações assemelham-se às denúncias de Baudrillard contra o «consumismo», que ele sustenta ser muito mais um veículo de exclusão e diferenciação do que de homogeneização – cfr. Baudrillard, Jean, *Pour une Critique de l'Économie Politique du Signe*, Paris, Gallimard, 1972.

20. Se a retórica é tudo, ou recobre tudo, então ela nada é, visto que não é possível distingui-la de coisa alguma (*si omnia, nulla* – o argumento eleático)²⁰¹.

VIII- RETÓRICA, NÃO TERAPÊUTICA

Não é de uma revolução na substância da ciência econômica, ou da introdução de uma nova metodologia, que se trata, nestas propostas de McCloskey dirigidas à explicitação do conteúdo retórico da economia e ao seu eventual adensamento: a própria sofisticação que advém da consciência retórica adverte quanto ao facto de a ciência não progredir pela simples adopção de fórmulas metodológicas (mesmo que seja com o sabor de triunfo numa «*Methodenstreit*») – pelo que McCloskey se esquia a propô-las, para não se enredar nos sonhos *refundamentadores* de tantos positivistas bem-intencionados. Ironicamente, poderá dizer-se que um dos pontos mais marcantes do pensamento de McCloskey consiste na recusa daquilo que é o recôndito desejo positivista – o de colocar a ciência ao serviço de uma filosofia legiferante que se constituísse em seu guia –, preservando, antes, aquela *autonomia* da ciência que o positivismo aparentemente reclama²⁰².

A consciência retórica²⁰³ não pretende ser, pois, uma *re-*

²⁰¹ Cfr. Lanham, Richard A., *The Electronic Word. Democracy, Technology, and the Arts*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1993, Cap. VII.

²⁰² Embora, insista-se, a consciência retórica acabe por impôr um outro tipo, menos ambicioso, de autonomia para a ciência econômica, o da sua paridade metodológica com todas as disciplinas, com subordinação comum à instância superior da «ética do discurso».

²⁰³ O «*rhetorical turn*», que hoje invade largos domínios das ciências, e também das ciências sociais: cfr. Campbell, John Angus & Keith R. Benson, "The Rhetorical Turn in Sciences Studies", *The Quarterly Journal of Speech*, 82 (1996), 74ss.; Gaonkar, Dilip Parameshwar, "Object and Method in Rhetorical Criticism. From Wichelns to Leff and McGee", *Western Journal of Speech Communication*, 54 (1990), 290ss.; *eiusdem*, "The Revival of Rhetoric, the New Rhetoric, and the Rhetorical Turn. Some Distinctions", *Informal Logic*, 15 (1993), 53ss.; *eiusdem*, "The Idea of Rhetoric in the Rhetoric of Science", in Gross, Alan G. & William M. Keith

velação, a via para um salto qualitativo que, de uma vez só, determinasse um visível progresso científico. Pelo contrário, ela pretende apontar para o facto de a vida não ser assim tão linear e simples – para o facto de esse progresso científico ser *predominantemente* o fruto de uma paulatina conversação entre cientistas, que vai sedimentando os entrecosques da persuasão interna numa comunidade aglutinada pelo denominador mínimo da «ética do diálogo». Nesse aspecto, os desafios de McCloskey têm sido objecto de uma aceitação invulgarmente pacífica e ampla, mesmo entre economistas²⁰⁴.

(orgs.), *Rhetorical Hermeneutics. Invention and Interpretation in the Age of Science*, Albany NY, SUNY Press, 1997, Cap. I; *eiusdem*, "The Very Idea of a Rhetorical Culture", *The Quarterly Journal of Speech*, 80 (1994), 333ss.; Simons, Herbert W. (org.), *Rhetoric in the Human Sciences*, London, Sage, 1989; Simons, Herbert W. (org.), *The Rhetorical Turn. Invention and Persuasion in the Conduct of Inquiry*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1990. E os pioneiros Perelman, Chaïm & L. Olbrechts-Tyteca, *Rhétorique et Philosophie. Pour une Théorie de l'Argumentation en Philosophie*, Paris, P.U.F., 1952.

²⁰⁴ Cfr. Black, Fischer, "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Journal of Finance*, 41 (1986), 1183-1185; Bonello, Frank J., "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Social Science Quarterly*, 68 (1987), 209ss.; Bornemann, Alfred H., "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Kyklos*, 40 (1987), 128ss.; Boylan, Thomas A. & Paschal F. O'Gorman, *Beyond Rhetoric and Realism in Economics. A Reconstruction of Economic Methodology*, London - N.Y., Routledge, 1994; Brennan, Timothy J., "Is Economic Methodology Special?", *Research in the History of Thought and Methodology*, 2 (1984), 127-149; Gay, David E.R., "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Social Science Journal*, 24 (1987), 466ss.; Goodwin, Craufurd, "The Heterogeneity of the Economists' Discourse: Philosopher, Priest and Hired Gun", in Klammer, A., R.M. Solow & D.N. McCloskey (orgs.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, cit., 207-220; Hahn, Frank, "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Journal of Economic Literature*, 25 (1987), 110ss.; Hausman, Daniel M. & Michael S. McPherson, "Standards", *Economics and Philosophy*, 4 (1987), 1-7; Heilbroner, Robert L., "The Murky Economists", in Klammer, A., R.M. Solow & D.N. McCloskey (orgs.), *The Consequences of Economic Rhetoric*, cit., 38-43; Hollis, Martin, "The Emperor's Newest Clothes", *Economics and Philosophy*, 1 (1985), 128-133; Klammer, Arjo, "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Quarterly Journal of Speech*, 72 (1986), 469-472; Kregel, J.A., "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Economic Journal*, 97 (1987), 278ss.; Niggle, Christopher, "Review of *The Rhetoric of Economics*", *Social Science Journal*, 25 (1988), 111ss.; Perelman, Mark, *The Character of Economic Thought, Economic Characters, and Economic Institutions: Selected Essays*, Ann Arbor, Univ. of Michigan Press, 1996 (o Cap. VI, "Rhetoric and Normativism: An Idiosyncratic Appraisal from the Standpoint of the History of

A única parte vagamente terapêutica inerente à consciência retórica tem a ver com a denúncia, a análise, e o contributo para a superação daquilo que McCloskey sugestivamente designa como a "*neurose do modernismo*"²⁰⁵ presente na ciência económica – e que consistiria basicamente no receio de falhar nalgumas tarefas que o positivismo associa à sua noção de *sucesso* da ciência: tarefas para as quais a economia não está genuinamente vocacionada, como as da previsão e da liderança social (arredadas pragmaticamente pela denúncia da «esperteza dos professores de economia», e em todo o caso objectivos modestos para o acervo de sabedoria que um conhecimento científico pode propiciar²⁰⁶) ou da formação de consensos dogmaticamente coesos (o que não sucede em nenhuma disciplina científica). A consciência retórica procura tornar claro porque é que os cientistas discordam entre eles, e porque é que

Economic Thought, a Review Essay of Albert O. Hirschman's *The Rhetoric of Reaction* and Donald N. McCloskey's *If You're So Smart: The Narrative of Economic Expertise*"); Rhoads, Steven E., "Review of *The Rhetoric of Economics*", *American Political Science Review*, 81 (1987), 338ss.; Samuels, Warren J., "Comments on McCloskey on Methodology and Rhetoric", *Research in the History of Thought and Methodology*, 2 (1984), 207-210; Sassower, Raphael, "Economics: Rhetoric or Mathematics?", *Philosophy of the Social Sciences*, 18 (1988), 551ss.; Seiz, Janet A. "Comment on Klamer's «The Textbook Presentation of Economic Discourse»", in Samuels, Warren (org.), *Economics as Discourse, cit.*, 155-166; Stettler, Michael, "The Rhetoric of McCloskey's Rhetoric of Economics", *Cambridge Journal of Economics*, 19 (1995), 391ss.; Summers, Lawrence, "The Scientific Illusion in Empirical Economics", *Scandinavian Journal of Economics*, 93 (1991), 27-39; Visker, Rudi, "How to Get Rid of Your Expensive Philosopher of Science and Still Keep Control Over the Fuzzy Conversation of Mankind: Some Critical Comments on the McCloskey Connection", *Philosophy of the Social Sciences*, 20 (1990), 483ss.; Winston, Gordon C. & R.F. Teichgraeber III (orgs.), *The Boundaries of Economics*, Cambridge, C.U.P., 1988, 1-12.

²⁰⁵ Cfr. McCloskey, D.N., *The Rhetoric of Economics, cit.*, 175.

²⁰⁶ Acresce que hoje estão postas em causa as teses que tão categoricamente estabeleciam uma correlação directa entre «triunfo da ciência» e «progresso económico» – e que constituíram parte fundamental do credo iluminista –. Cfr. Jones, Eric L., *Growth Recurring. Economic Change in World History*, Oxford, Clarendon, 1988; Mokyr, Joel, *The Lever of Riches*, N.Y., O.U.P., 1990; Rosenberg, Nathan & L.E. Birdzell, *How the West Grew Rich. The Economic Transformation of the Industrial World*, N.Y., Basic Books, 1986.

a discórdia é essencial para que a ciência persevere²⁰⁷ – tal como a sociologia do conhecimento científico, pelo seu lado e complementarmente, procura explicar as concordâncias e as coincidências entre o labor dos vários cientistas, e o modo como esses fenómenos são reveladores de um ascendente contextual²⁰⁸.

Para McCloskey, a vocação mais genuína da ciência económica é a de conferir inteligibilidade ao passado, contando histórias cujo encadeamento causal não apenas concite, pela persuasão, o consenso dos economistas²⁰⁹, como ainda que

²⁰⁷ Ao contrário do que se subentende na visão positivista, na qual a insistência em critérios de *demarcação* promete a cada cientista a boa consciência de se encontrar do «lado certo da trincheira», e dispensado de fazer concessões – cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 73.

²⁰⁸ Também se pode sustentar que, na sua forma mais ambiciosa, a sociologia da ciência se coenvolve já na crítica retórica – cfr. Amariglio, Jack, "Economics as a Post-Modern Discourse", in Samuels, W. (org.), *Economics as Discourse*, cit., 14-46; *eiusdem*, "The Body, Economic Discourse, and Power. An Economist's Introduction to Foucault", *History of Political Economy*, 20 (1988), 583-613; Campbell, Donald T., "Science's Social System of Validity-Enhancing Belief Change and the Problem of the Social Sciences", in Fiske, Donald & Richard A. Schweder (orgs.), *Metatheory in Social Science. Pluralisms and Subjectivities*, Chicago, Univ. of Chicago, 1986, 108-135 (116ss.).

²⁰⁹ Em especial, a história do pensamento económico poderia servir directamente para a adopção de uma perspectiva crítica sobre a ciência económica, na medida em que pudesse transitar-se da visão diacrónica para a análise sincrónica, retirando-se conclusões acerca de cada um dos impasses, dos recuos e avanços, das opções e dos «custos de oportunidade» contra-factuais em cada ponto de viragem na evolução da teoria – técnica que McCloskey julga especialmente bem representada em Axel Leijonhufvud. Cfr., de Axel Leijonhufvud: *Information and Coordination. Essays in Macroeconomic Theory*, N.Y., O.U.P., 1981; "Information Costs and the Division of Labour", *International Social Science Journal*, 41 (1989), 165ss.; *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes. A Study in Monetary Theory*, N.Y., O.U.P., 1968; "Towards a Not-too-Rational Macroeconomics", in Colander, David C. (org.), *Beyond Microfoundations. Post Walrasian Macroeconomics*, Cambridge, C.U.P., 1996, Cap. III; "What Was the Matter with IS-LM?", in Fitoussi, Jean-Paul (org.), *Modern Macroeconomic Theory*, Oxford, Blackwell, 1983, Cap. III. Cfr. ainda: Backhouse, Roger, *Interpreting Macroeconomics. Explorations in the History of Macroeconomic Thought*, London - N.Y., Routledge, 1995 (o Cap. XII, "Rhetoric and Persuasion in Macroeconomics. A Comparison of Muth and Leijonhufvud"); Vaz, Daniel E. & Kumaraswamy Velupillai (orgs.), *Inflation, Institutions and Information. Essays in Honour of Axel Leijonhufvud*, Houndmills, Macmillan, 1996.

torne inteligível, ao senso comum, o processo que subjaz à experiência económica²¹⁰: "*Se os economistas contassem histórias acerca da economia seriam historiadores. Na verdade, fazem-no e são-no. Eles não são engenheiros sociais, ainda que desejassem sê-lo. Eles são filósofos sociais e sobretudo historiadores sociais. Muito do que eles fazem é história num outro registo*"²¹¹. Mas isso não significa que, por aproximação dos paradigmas económico e historiográfico, se façam veladas concessões ao positivismo – agora porque para um entendimento menos esclarecido é na historiografia que mais legítimo se afigurará a imposição do espartilho positivista: pois não é a história que expressamente pretende «cingir-se aos factos», podendo configurar-se como uma actividade de paciente recolha de dados em arquivos? Mas também esse entendimento soçobra, se tivermos presentes, quer a dimensão retórica desse «encontro com os factos» da historiografia²¹², quer a opulência da moderna «teoria da história» – a filosofia da história na sua vertente crítica e nos seus subsequentes sobressaltos «desconstrutivistas»²¹³.

Por outro lado, uma das vantagens da consciencialização

²¹⁰ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 31.

²¹¹ McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 40. Sobre a colaboração dos economistas no dirigismo e na planificação económica do último pós-guerra, McCloskey (sem referir Benda) qualifica-a como «*trahison des clercs*».

²¹² McCloskey também já versou o assunto: cfr. Megill, Allan & D.N. McCloskey, "The Rhetoric of History", in Nelson, J., A. Megill & D.N. McCloskey (orgs.), *The Rhetoric of the Human Sciences*, cit., 221-238. Cfr. ainda: Berlin, James A., *Rhetoric and Reality*, Carbondale, Southern Illinois U.P., 1987; Dillon, George L., *Contending Rhetorics. Writing in Academic Disciplines*, Bloomington, Indiana U.P., 1991 (o Cap. "Dialogues with the Dead. The Rhetorics of History", 113-125); White, Hayden, *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1985 (o Cap. "Historicism, History, and the Figurative Imagination", 101-120).

²¹³ Cfr. Hutton, Patrick H., *History as an Art of Memory*, Hanover NH, Univ. Press of New England, 1993; Iggers, Georg G., *Historiography in the Twentieth Century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Hanover NH, Wesleyan U.P., 1997 (¹1993); Megill, Allan, "Fragmentation and the Future of Historiography", *American Historical Review*, 96 (1991), 693-698.

de que a ciência económica é uma forma de «contar histórias» (sem que isso belisque a sua cientificidade) é a de permitir denunciar – e, logo, prevenir – uma extrapolação de metáforas para o futuro que fosse desacompanhada da consciência de que se trata, tão-somente, de metáforas: começando pela conjectura da continuidade do passado para o futuro, que é desmentida pela abundância de *acidentes* registados na história. E outra das vantagens é a de permitir contrariar o expediente modernista que consiste em disfarçar, sob o manto da «neutralidade científica», os juízos de valor que são incindíveis de toda a narrativa das ciências sociais – como se, desde o primeiro momento, a ciência económica não tivesse dado expressão, mais ou menos contida, a juízos de valor acerca da eficiência governativa ou acerca dos desígnios dos monopolistas ou da «classe mercantil»²¹⁴.

A primeira norma que a consciência retórica propõe aos economistas é a de que *escrevam bem*, no sentido de evidenciar algum respeito pelo leitor (pela *hermenêutica*, aqui na acepção peculiar de «ponto de vista do destinatário da retórica»²¹⁵) e no sentido de se libertarem do espartilho de fórmulas de encadeamento proposicional próprios do dedutivismo matemático ou do indutivismo físico, sujeitos também eles, na sua combinação com factores fixos como o do objecto de estudo, a rendimentos marginais decrescentes²¹⁶ – para não se falar já de

²¹⁴ Um dos alvos favoritos de McCloskey é a análise da «*welfare economics*», que acusa de escamotear até os dados mais elementares da vida moral e respectivas opções, em favor de denominadores mínimos (e fáceis) como o critério do «ótimo de Pareto» – e erradicando dimensões cruciais como a da verdade empírica ou a da moralidade para planos abstractos, e tendencialmente irrelevantes, do «verificacionismo» e do «moralismo»; tudo em nome de um «rigor taxonómico» e de uma «purificação matemática» que tornariam obsoleta a ênfase no bem-estar *material* (o que foi explicitamente advogado por Lionel Robbins em *An Essay on the Nature & Significance of Economic Science*, London, Macmillan, 1932). Para McCloskey, a «*welfare economics*» é essencialmente "o utilitarismo Vitoriano, empalhado e com olhos de vidro" – McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 136.

²¹⁵ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 313.

²¹⁶ Morishima, Michio, "The Good and Bad Uses of Mathematics", in Wiles, Peter

convenções como as do planeamento rígido da exposição ou da preferência por tecnicismos, que costumam engendrar autênticas aberrações –²¹⁷. É uma norma que se justifica adicionalmente, quer pela necessidade de manutenção de condições de diálogo intradisciplinar²¹⁸, quer pela necessidade de abertura retórica da ciência económica às demais disciplinas – e em primeiro lugar às disciplinas literárias, se se reconhecer que, pese embora o progresso da cooperação com a matemática, a grande maioria da ciência económica continua a desenvolver-se *em prosa*, com o acervo alegórico que lhe é fornecido pela semântica da linguagem natural, com a ímpar eficácia cultural que, no nosso espaço cultural, a comunicação em prosa continua a oferecer. Mas é uma norma que não pode ser entendida no sentido deturpado de ser um convite à escrita elegante com desprezo dos demais pilares do discurso retórico: a referência aos factos, o respeito pela lógica, a deliberação no uso das metáforas²¹⁹.

A ênfase na comunicação só não faz muito sentido para quem defenda uma estrita demarcação entre uma «substância inefável» do conhecimento e o veículo de transmissão, e *reto-*

John de la Fosse & Guy Routh (orgs.), *Economics in Disarray*, Oxford, B. Blackwell, 1984, 51-73 (64).

²¹⁷ Neste ponto, McCloskey reconhece a prioridade de algumas advertências gerais, como a de Walter Salant, "Writing and Reading in Economics", *Journal of Political Economy*, 77 (1969), 545-558. Cfr. Henderson, Willie, *Economics as Literature*, cit.; Laband, David N. & Christopher N. Taylor, "The Impact of Bad Writing in Economics", *Economic Inquiry*, 30 (1992), 573ss.; Palmini, Dennis J., "Using Rhetorical Cases to Teach Writing Skills and Enhance Economic Learning", *Journal of Economic Education*, 27 (1996), 205ss..

²¹⁸ O que envolve o acatamento de convenções de probidade científica, de atribuição e de citação, que assegurem a identificação das partes legítimas no esforço cooperativo e ao mesmo tempo a transmissão minimamente fiel das ideias por sobre o «ruído de fundo» da conversação (evitando a «replicação teratológica»); cfr. Collins, H.M., "The Meaning of Replication and the Science of Economics", *History of Political Economy*, 23 (1991), 123-142. E mais amplamente: Serres, Michel, *Le Parasite*, Paris, B. Grasset, 1980.

²¹⁹ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 83; *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 61-63.

ricamente assimile essa dicotomia a uma outra, a que se estabelece entre «profundidade» e «superficialidade» – o que só é racionalmente sustentável por quem nunca tenha escrito uma linha com capacidade crítica e de auto-reflexão, por quem jamais tenha experimentado a eclosão de novas ideias e razões convocadas pelas necessidades de explicitação inerentes à escrita. Contudo, mesmo aquela dicotomia, a ser relevante²²⁰, é dificilmente comprovável, e não será necessário embrenharmos muito em subtilezas filosóficas para concluirmos que o conhecimento racional – pelo menos esse – é incindível de uma linguagem que o *articule* perante a própria consciência, sendo por isso até inteiramente plausível que esta linguagem lhe pre-exista²²¹; sem linguagem, a actividade mental imobilizar-se-ia no estupor de um silêncio catatónico – começando pela *consciência*, se ela é de veras, como o seu étimo sugere, um conhecimento que nasce em comum, em partilha e intercâmbio. É bem possível que seja certo o célebre dito de Gadamer, de que somos nós próprios pertença de uma tradição, de uma história e de uma linguagem, antes mesmo de eles nos pertencerem a nós.

A sofisticação da consciência retórica pode trazer com ela um benefício adicional, o da tolerância desapassionada, visto que permite que se encare um argumento como aquilo que ele verdadeiramente é – como um passo inferencial cuja verdade está contingentemente assente na verdade das premissas, e não como algo de mais solene, como uma manifestação de *carácter*, por exemplo, de cuja verdade dependessem certas qualidades morais daquele que a profere (sendo a respectiva refutação tomada como pessoalmente ofensiva²²²), ou de cuja ex-

²²⁰ O que não sucederá se aceitarmos uma «isotopia» entre todos os graus (mais latentes ou mais manifestos) de um discurso, em termos de concebermos que nenhum dos níveis distorce a homogeneidade que é o resultado *sintético* de todos eles – cfr. Greimas, Algirdas Julien, *Sémantique Structurale, Recherche de Méthode*, Paris, Larousse, 1966.

²²¹ O que, se é dificilmente comprovável em termos históricos, parece ao menos corroborado pelo processo de formação da linguagem nas crianças.

²²² Não devendo, todavia, tomar-se esta circunstância como inibidora das possibili-

pressão dependesse a realização integral da personalidade (sendo que a refutação seria, neste caso, um atentado à liberdade).

Um argumento científico não deve ser encarado ou apresentado com a veemência de uma «opinião pessoal» – aquela que se escuda na irredutibilidade e no melindre da liberdade de opinião para pôr termo às conversas, ou para transformá-las *a verbis ad verbera* –; deve antes, na sua formação e manifestação, evidenciar a sua perene abertura à continuação da conversação, ao envolvimento no espaço em que se cruzam estratégias persuasivas²²³: conselho que é tão relevante para o investigador²²⁴ como o é para o professor de economia, na medida em que também este último, mesmo que se esquive à conversação com os seus pares ou com os seus alunos, não se furta a uma dialéctica entre aquilo que ensina e aquilo que se habitua a pensar. Essa introdução de uma dualidade no modo de pensar, essa capacidade de contraposição e de transição entre perspectivas complementares, mais do que convite à indiferenciação relativista, é uma via de incremento da sofisticação analítica, pois permite a consideração simultânea do que se encontra no discurso e daquilo que se alcança através dele, daquilo para que ele aponta – para a reconstrução tanto do processo perceptivo

dades retóricas do *ethos* do discurso – cfr. Schutrumpf, Eckart, "The Model for the Concept of *Ethos* in Aristotle's *Rhetoric*", *Philologus*, 137 (1993), 12ss.; Sullivan, Dale L., "The Ethos of Epideictic Encounter", *Philosophy and Rhetoric*, 26 (1993), 113ss..

²²³ Cfr. Cordes, Joseph J., Arjo Klamer & Thomas C. Leonard, "Academic Rhetoric in the Policy Arena. The Case of Capital Gains Taxation", *Eastern Economic Journal*, 19 (1993), 459ss.; Klamer, Arjo, "A Rhetorical Perspective on the Difference Between European and American Economics", *Kyklos*, 48 (1995), 231ss.; *eiusdem*, *The Making of an Economist*, Boulder, Westview, 1990; *eiusdem*, "The Rhetoric of Disagreement", *Rethinking Marxism*, 2 (1989), 140ss.; *eiusdem*, *Conversations with Economists. New Classical Economists and Opponents Speak Out on the Current Controversy in Macroeconomics*, Totowa NJ, Rowan & Allanheld, 1984.

²²⁴ Com o corolário de que o investigador não deve recusar o diálogo que, em termos tão frutuoso e sob a égide do positivismo, se encetou no século XX entre a ciência económica e a matemática oitocentista.

como da sua elaboração linguística-racional. Não é a «*voie royale*» para a harmonia celeste, decerto; mas talvez seja instrumento eficaz num contexto intelectual que pode ser que esteja irremediavelmente contaminado pela nossa imperfeição antropológica²²⁵.

Por fim, a denúncia do sonho positivista de um «encontro despojado com os factos» torna claro que é possível e legítima uma controvérsia sobre factos, e que a invocação destes não tem a virtualidade de encerrar disputas²²⁶: do facto de alguém não «ver» os factos do mesmo modo que nós os vemos não pode retirar-se a conclusão de que esse alguém é necessariamente desonesto ou estúpido, ou de que é o escravo da sua miopia egoísta, da sua soberba cismática, dos seus interesses inconfessados ou das suas paixões ideológicas (males que nunca reconhecemos em nós próprios)²²⁷. O permeio inevitável de «categorias de entendimento» na nossa percepção da realidade empírica deixa-nos todos irmanados no *mal radical* da nossa limitação epistemológica – tornando indispensável o recurso a uma linguagem que devemos reconhecer que é parcialmente oblíqua, «constitutivamente metafórica», na referência aos factos (não havendo nenhuma linguagem designativa que possamos asseverar que seja «pura», «literal», «grau zero», ainda que ela tenha a capacidade de sugerir a sua própria transparência, e até mesmo a sua própria ausência)²²⁸. Além disso, a sim-

²²⁵ Cfr. McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 294-296.

²²⁶ Cfr. Gross, Alan G., "Ending It All. Closure in Science and in Its Philosophy", *Argumentation*, 8 (1994), 9ss.; Megill, Allan, "Introduction. Four Senses of Objectivity", in Megill, A. (org.), *Rethinking Objectivity*, Durham, Duke U.P., 1994, 1-20; Novick, Peter, *That Noble Dream. The «Objectivity Question» and the American Historical Profession*, Cambridge, Cambridge U.P., 1988.

²²⁷ A noção de que a defesa de ideias que servem de apoio aos nossos interesses tem que ser necessariamente mendaciosa (como o sugere a falácia «*ad hominem*») era já energeticamente rebatida por Joseph Schumpeter, em "Science and Ideology", *American Economic Review*, 39 (1949), 345-359 (346).

²²⁸ Uma «metáfora constitutiva» é aquela que nos permite esboçar uma caracterização de um mundo novo, condicionando inicialmente os esquemas conceptuais de designação desse mundo. Por exemplo, pensar-se na organização dos genes como

ples circunstância de ser controversa a possibilidade de se derivar *valores* a partir de proposições de *facto* – a «falácia naturalista» – tornaria necessária a reconsideração, ao lado de um tipo de retórica «forense» que se concentra em juízos de facto, das virtualidades comunicativas e persuasivas da retórica «deliberativa», que incide sobre juízos pragmáticos (sobre a imperatividade e a oportunidade das acções²²⁹), e da retórica «epidéctica» (ou «demonstrativa»), que se reporta aos juízos de valor²³⁰. Tudo contributos, pois, para o progresso do requinte intelectual dos debates científicos.

Isso facilita que aceitemos as virtualidades retóricas da incindibilidade dos binómios «objectivo-subjectivo», e «facto-valor», voltando a enfatizar a necessidade de uma reflexão sobre a subjectividade e sobre os valores – os lados das dicotomias que foram inutilmente sacrificados na demanda modernista –

um «código» determinou profundamente os estudos na área (até por falta de metáfora alternativa); estes passaram a centrar-se na ideia de «descodificação», o que facilitou grandemente a formalização, omnipresente na biologia molecular – cfr. Schön, Donald A., *The Invention and Evolution of Ideas*, London, Social Science Paperbacks, 1967, 105. Veja-se, por outro lado, os esforços que têm sido dirigidos à demonstração de que a adopção, por Adam Smith, de metáforas constitutivas de índole mecanicista condicionou *radicalmente* a identidade da ciência económica. Note-se ainda que uma das «conquistas» da moderna linguística reside precisamente na diferenciação entre «linguagem» e «nomenclatura», assente no princípio de que a segunda é uma colecção de nomes com correspondências biunívocas com objectos e ideias, enquanto que a primeira é um sistema centrípeto e exclusivo, que priva de sentido tudo aquilo que dele se afasta – Cfr. Saussure, Ferdinand de, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1976 (¹1907); *Deuxième Cours de Linguistique Générale (1908-1909)*, Oxford, Pergamon, 1997; *Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911)*, Oxford, Pergamon, 1993. E ainda: Harris, Roy, *Reading Saussure. A Critical Commentary on the Cours de Linguistique Générale*, London, Duckworth, 1987.

²²⁹ Entroncando na *teleologia* e na consideração dos elementos deliberativos e não-deliberativos (incluindo a pré-compreensão, o «*background understanding*» que pretende substituir-se à metafísica no mundo pós-cartesiano) de uma tomada de decisão – cfr. Wright, Larry, "Argument and Deliberation. A Plea for Understanding", *Journal of Philosophy*, 92 (1995), 565-585.

²³⁰ Cfr. Grant-Davie, Keith, "Rhetorical Situations and Their Constituents", *Rhetoric Review*, 15 (1997), 264ss.; Lausberg, Heinrich, *Elementos de Retórica Literária* (trad. p/ R.M. Rosado Fernandes), Lisboa, F.C. Gulbenkian, ³1982, 84.

, para extrairmos a conclusão de que nenhuma divergência nas motivações para argumentarmos, e na interpretação dos factos a que reportamos os argumentos, tolhe inteiramente a capacidade para apreciarmos as virtudes gerais da argumentação, ou exonera do dever de tentarmos aperfeiçoar os nossos instrumentos de persuasão²³¹.

E isso é crucial porque, do alto da nossa sofisticação pós-kantiana, perdida a esperança numa descoberta derradeira da *essência* dos factos (até porque a «essência» que nos é acessível não é *descoberta*, é *construída*, e é *discernida* na medida em que é *delineada*), devemos concentrar-nos na indagação racional daquilo que *nos é lícito dizer*, a cada momento, acerca desses factos – com a força e a falibilidade de um entendimento aberto à persuasão: "*Somos nós que inventamos as histórias e as metáforas, e não nos é dado, por isso, apelarmos à certeza divina para julgar qual delas é a melhor ou para determinar o modo de as combinarmos. Temos que falar sobre elas, pondo-as à prova umas contra as outras numa conversação humana*"²³².

A ciência é (salvo para a vaidade dos filósofos positivistas) uma actividade humana, dominada por interesses e convicções que não são menos permeáveis do que quaisquer outros ao ascendente dos artifícios que asseguram a comunicação intersubjectiva e o consenso social – pelo que é lícito denunciarmos como *imposições* ilegítimas todas aquelas atitudes que querem dar a ciência como simples *revelação* de um desígnio, de uma lógica ou de uma realidade transcendentem, tentando furtá-la ao único plano – o da crítica racional – no qual nos é consentido

²³¹ Cfr. McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., ix.

²³² McCloskey, D.N., *If You're So Smart...*, cit., 96. Isto, sublinha noutro ponto McCloskey, não é uma afirmação de irrealismo berkeleyano: ainda existe um mundo lá fora, "*os peixes estão lá por vontade de Deus, mas são os homens que fazem as redes. A pesca exige ambos*" – McCloskey, D.N., *Knowledge and Persuasion in Economics*, cit., 212. Cfr. Mäki, Uskali, "The One World and the Many Theories", in Salanti, Andrea & Ernesto Screpanti (orgs.), *Pluralism in Economics. New Perspectives in History and Methodology*, Cheltenham, Edward Elgar, 1997, Cap. II.

agirmos como instância suprema.

E pode ser que assim, na realidade do discurso social e não já em invocações à transcendência (divina ou outra²³³) ou em apelos à clareza e distinção de «factos», a economia contribua, com as demais ciências, para abrir caminho a um novo idealismo – agora liberto, por um distanciamento irónico, dos inebriamentos totalitários de antanho, das proposições racionalistas que o investiam na qualidade de *último reduto* contra o gigante quixotesco que é o «caos». Como observa Richard Rorty referindo-se às disciplinas científicas, "*a verificação de um assentimento espontâneo em todas elas fornece-nos tudo o que poderíamos esperar da presença de uma «verdade objectiva»: nomeadamente, a concordância intersubjectiva*"²³⁴ – eis tudo o que podemos humanamente reclamar em termos de «fundação» do nosso saber. Talvez seja, por isso, de aceitar a sugestão de Hilary Putnam, de que é chegada a altura de reclamar uma moratória, quer nos esforços ontológicos de determinação do que é o conteúdo do Universo, de demarcação do que não passa de uma projecção humana e do que é independente de uma tal projecção, quer nos paralelos esforços epistemológicos de fixação canónica de um método exclusivo de aferição de todas as nossas convicções – pondo-as em consonância com aquela determinação ontológica²³⁵.

Se a economia pretendesse ser a descoberta e tradução do plano providencial e onnipotente de regência dos negócios humanos, ela seria, na sua limitação cognitiva e preditiva, um

²³³ Mesmo o recurso a modelos mecanicistas pode não se conter nas margens do imanentismo, e resultar numa "*ontologia de acção sobrenaturalista*" – Hutchinson, K., "Supernaturalism and the Mechanical Philosophy", *History of Science*, 21 (1983), 325.

²³⁴ Rorty, Richard, "Science as Solidarity", in Nelson, J., A. Megill & D.N. McCloskey (orgs.), *The Rhetoric of the Human Sciences*, cit., 42. Cfr. Martin, Emily, "Meeting Polemics with Irenics in the Science Wars", in Ross, Andrew (org.), *Science Wars*, Durham NC, Duke U.P., 1996, Cap. III.

²³⁵ Cfr. Putnam, Hilary, *Realism with a Human Face*, cit., 118.

estrandoso fracasso²³⁶; mas, por referência a um esquema conceptual humano, a uma comunidade de linguagem, ao nível prosaico em que nasceu e ao qual se encontra limitada (como todas as ciências), e no qual, portanto, os termos de avaliação do seu desempenho são inapelavelmente fixados, ela é um sucesso – revelando como o faz, *em termos literários* e outros, a pujança máxima do engenho humano, tão generosamente representada na comunidade dos economistas.

Ao querido mestre, em memória de antigas batalhas:

"e – o que é sinal de maior glória ainda – todos os hereges te detestam. Também a mim me perseguem com igual ódio, tentando com imprecações atingir a vida que eles não conseguem destruir com a espada"

São Jerónimo a Santo Agostinho (A.D. 418)²³⁷



²³⁶ Visto que tanta da actual meditação filosófica sobre a ciência económica, como temos visto, se concentra "na afirmação efectiva de que muito, se não tudo, daquilo que aceitamos confiadamente como conhecimento, especialmente nas ciências sociais, é altamente contingente, problemático e relativo" – Samuels, Warren J., "«Truth» and «Discourse» in the Social Construction of Economic Reality. An Essay on the Relation of Knowledge to Socioeconomic Policy", *Journal of Post-Keynesian Economics*, 13 (1991), 513.

²³⁷ *Epistula CXCIV, apud Sancti Aureli Augustini Hipponiensis Episcopi Epistulae. Pars IV - Epp. CLXXXV-CCLXX. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, LVII (Alois Goldbacher, ed.), Wien, F. Tempsky - Academia Litterarum Caesareae Vindobonensis, 1923, 214-216. Também: *Epistula CXLI, apud Sancti Eusebii Hieronymi Epistulae. Pars III - Epp. CXXI-CLIV. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, LVI/1 (Isidorus Hilberg & Margit Kamptner, eds.), Wien, Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, ²1996.